



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 91

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 10 de Dezembro de 2003

Presidente: Deputado Fernando Menezes

Secretários: Deputados António Loura e Raúl Rego

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos)

Período da Agenda Parlamentar

Continuação do debate das **Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas ao “Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004”**.

Na análise das propostas usaram da palavra os Srs. Deputados, Herberto Rosa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), José Rego (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Manuel Avelar (*PS*), António Gomes (*PS*), Osório Silva (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Manuel Silveira (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Paulo Messias (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), João Cunha (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), Manuel Avelar (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), Luís Medeiros (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da

Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*), Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*), da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Economia (*Duarte Ponte*), dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*), do Ambiente (*Helder Silva*) e o Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Agradeço que tomem os vossos lugares para procedermos à chamada.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do Nascimento de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira Campos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Osório Meneses da Silva

Paulo Manuel Ávila Messias

Renato Luís Pereira Leal

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a continuação do debate das Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas ao “Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004”.

Como se recordam, ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, estávamos na fase de pedidos de esclarecimento.

Para esse efeito estava inscrito o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, ao qual dou a palavra.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, no fim da tarde, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro brindou-nos com aquilo que eu poderia apelidar, numa versão PP/Açores, de discurso da tanga e que agora está transformado no discurso da crise.

O Sr. Deputado, indisfarçavelmente, deixou patente que nós teríamos uma crise nos Açores.

À falta de argumentos consistentes, tentou mistificar os dados e os números. Quando as coisas registam algum abrandamento, a culpa é do Governo Regional, quando apresentam melhorias os méritos são da conjuntura, mas não vou desenvolver este assunto, porque penso que os dados são evidentes.

O Sr. Deputado citou dados que são oficiais, relativos às dormidas por ilha na hotelaria tradicional. A hotelaria tradicional não é toda a hotelaria disponível, naturalmente.

De qualquer modo, gostaria de esclarecer que, independentemente desses dados, há um dado que é importante reter relativamente ao que são os fluxos de passageiros.

Naquilo que respeita à Ilha das Flores, em concreto, até final de Outubro de 2003, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, no aeroporto registou-se um acréscimo de movimento de 5%. Ou seja, entre passageiros entrados e saídos, registaram-se 28.786 contra 27.427.

Isto quer dizer que houve um aumento de 5% de passageiros e um aumento de tráfego, de voos regulares para as Flores, de 15,1%.

As pessoas poderão ou não ter utilizado a hotelaria tradicional. Poderá ser um outro tipo de turismo.

Nós sabemos que a recessão que se vive a nível nacional, considerando que uma grande percentagem dos turistas que demanda os Açores é nacional, fez com que os turistas continentais procurem menos os Açores.

Os Açores foram compensados com turistas de outras paragens.

De qualquer modo importa salientar que a demanda da Ilha das Flores este ano, aumentou em 5%.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de continuar, informo que hoje estamos muito bem acompanhados por 66 alunos e 4 professores da Escola Básica e Jardim de Infância da Cônsul Dabney.

Eu pedia um aplauso para aquela moldura que está no público.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Espero que gostem para que amanhã possam sentar-se no nosso lugar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que o Sr. Deputado Herberto Rosa, apesar do que disse, percebeu claramente a intervenção que fiz e, sobretudo, percebeu a mensagem e a desmontagem que a minha intervenção fez daquilo que tem sido o discurso oficial e a base da propaganda política do Governo Regional dos Açores.

Aliás, ele próprio, nas palavras que utilizou, também fez essa desmontagem quando referiu que a crise que afecta o país, tem que se fazer incidir na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, a Região Autónoma dos Açores sofre, naturalmente, as consequências da situação económica e social que se vive no todo nacional e não era fácil a situação ser diferente, ainda por cima numa Região com as características da nossa.

Portanto, na própria base da questão levantada, já está parte da resposta. A diferença é que o Sr. Deputado fez um discurso tentando encontrar a explicação real para o que acontece, coisa que o Governo não faz. O Governo faz o contrário tal como o Partido Socialista e os seus dirigentes regionais. Ocultam a situação e tentam fazer crer que o Governo controla tudo o que se passa nos Açores e que é graças à sua política que as coisas correm bem. Quando as coisas não correm bem tenta esconder e quando não pode esconder admite que a culpa é do resto do país.

Preocupa-me imenso que o Sr. Deputado, eleito pela ilha das Flores, citando os exemplos daquela ilha, subestime uma situação que é muito grave, tendo em conta a sua pequena dimensão, a sua fragilidade e partindo do princípio que a Ilha das Flores tem uma justa pretensão, isso é, ter algum lugar, com peso relativo, no contexto do turismo dos Açores.

É nessa medida que se situa o facto de durante este ano já se verificar uma quebra de 3 mil dormidas na pequena e modesta hotelaria da Ilha das Flores. Eu penso que perder mais de 3 mil dormidas na ilha da Flores é preocupante para os florentinos e para qualquer açoriano.

Embora no turismo de espaço rural tenha havido um crescimento que percentualmente é significativo, ele corresponde apenas a 260 dormidas, dado que a base de incidência é mínima no turismo rural na Ilha das Flores.

Portanto, ganhar 260 dormidas no turismo rural e perder 3 mil na hotelaria tradicional, é dramático para qualquer empresário da ilha.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino estranhando a insensibilidade do Sr. Deputado para uma questão concreta da sua ilha. Esperava, sobretudo, que o senhor aproveitasse esse momento para apelar ao Governo Regional no sentido de apresentar um conjunto de

medidas, incluindo a questão dos transportes aéreos, portanto, para o Governo ter em conta as justas e velhas reivindicações da hotelaria e do conjunto do sector turístico na Ilha das Flores. Infelizmente, não vi isso. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Tenho que voltar a este assunto, por duas razões:

Primeiro aspecto:

Concordo absolutamente com o que disse. Nós não podemos ficar imunes da crise nacional, mas há uma grande diferença entre o que se passa nos Açores e o que se passa a nível nacional.

Essa diferença deve-se ao conjunto de políticas adoptadas pelo Governo Regional do PS, dentro daquilo que é o seu espaço de manobra, porque estamos inseridos num todo. A política autonómica e autonomista do Governo Regional dos Açores tem permitido marcar a diferença.

Se em alguns sectores há algum abrandamento que é inevitável, face àquilo a que a governação da República conduziu o país nos últimos dois anos, não é menos verdade que tem sido a política diferenciada e autonomista do Governo Regional do PS que tem permitido que nos Açores não haja sinais de recessão, ao contrário do que se passa a nível da República.

Segundo aspecto:

Obviamente que a hotelaria tradicional da Ilha das Flores ressentiu-se. Ressentiu-se, nomeadamente, da política catastrófica que está a ser conduzida a nível nacional.

Se os portugueses não têm dinheiro para o essencial (qualquer dia nem para comprar pão vão ter), muito menos terão para fazer férias e turismo.

Temos que ver os fluxos turísticos aonde é que se destinam. O turista continental tradicional procura a hotelaria convencional.

O que eu disse e repito é que tirando esse factor que é importante e que este ano conjunturalmente é complicado (e provavelmente vai ser no próximo ano, porque a economia nacional não dá sinais de retoma, ao contrário da propaganda e ao

contrário da tanga 2, porque houve a tanga 1 e agora há a tanga 2 que é de uma retoma que ninguém vê em sítio nenhum), o que é um facto, é que as políticas de desenvolvimento turístico, que são inquestionáveis e que estão a ser desenvolvidas na Região, fizeram com que houvesse um afluxo de passageiros para as Flores de 5%, até 31 de Outubro deste ano.

Portanto, foram mais turistas às Flores. O que houve foi menos turistas clássicos continentais a procurar aquela ilha.

Há um sector do turismo das Flores que se está a sentir neste momento. No entanto, o fluxo aumentou. Foi isso que eu disse, é isso que eu repito e tenho os números à minha frente para prová-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não posso fazer com o tempo do PP aquilo que o PS faz com o dinheiro dos açorianos.

Seja como for, achei graça à interpretação do Sr. Deputado, na medida em que ele próprio indicia que os turistas nacionais são mais selectivos. Portanto, têm dinheiro para ir para a Terceira, mas não têm dinheiro para ir para as Flores. (*)

Muito obrigado.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma intervenção.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater o Plano e o Orçamento para 2004 que é o último da presente legislatura.

No que respeita ao Orçamento globalmente considerado a presente proposta tem as mesmas características fundamentais das anteriores dos últimos 3 anos, sendo de

salientar entretanto o esforço feito para conseguir aumentar a receita possível de inscrever.

No que respeita ao Plano, tendo como referências, quer a reprogramação do Plano Médio Prazo feita há um ano quer a prática governativa concreta, verifica-se ser absolutamente claro que o Governo pretendeu apresentar esta proposta como se fosse a cereja que se coloca no bolo, só que, raciocinando pelos quatros anos da legislatura, verifica-se que o bolo afinal não será de grande qualidade!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para analisarmos e definirmos posição sobre as presentes propostas torna-se necessário, antes de mais, ponderarmos sobre a realidade económica em que nos movemos.

E a este respeito temos que ser todos muitos claros. Para além do investimento anualmente executado; para além daquilo que é realmente investimento com efeito reprodutivo e daquilo que é classificado como tal sem realmente o ser; para além do muito proclamado crescimento do investimento privado, que é na verdade mais pequeno do que parece; para além das programações sempre muito recheadas de verbas com muitos dígitos; para além de tudo isso, a verdade é que a nossa pequena economia regional tem sentido, de há muitos anos a esta parte, incluindo nos últimos sete anos, uma enorme dificuldade em convergir, ou seja em crescer num ritmo maior do que o dos espaços económicos envolventes.

É por isso que não faz sentido o discurso político desenquadrado desta enorme dificuldade que se tem sentido e que resulta essencialmente da situação de bloqueamento em que se encontra a economia produtiva.

Diria mesmo que há, investimento – quase todo público com várias origens – do qual ainda se não tirou verdadeiro proveito económico pelo facto dos principais sectores produtivos estarem bloqueados.

Como não faz igualmente sentido o discurso da eventual superioridade da política económica regional face à crise nacional uma vez que não só não é rigoroso do ponto de vista económico, como principalmente é profundamente distorcido no plano político.

De facto, todos sabemos que o nosso País está a viver uma acentuada crise económica e social motivada pela política de terra queimada feita pelo Governo PSD/PP e que transformou as dificuldades financeiras públicas de 2001 e 2002 numa verdadeira crise económica. No que respeita às consequências da diminuição do poder de compra e da diminuição do investimento, não resta qualquer dúvida que elas, as directas e as indirectas, estão a chegar a esta Região Autónoma.

É, pois, este o quadro em que nos movemos, no qual as consequências da política da direita nacional se fazem sentir e no qual são bem claras as insuficiências de medidas específicas de há muitos anos a esta parte, incluindo os últimos sete anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A incapacidade demonstrada, perante a União Europeia, pelo País e pela Região, em anos e governos sucessivos, em criar um quadro favorável à existência de uma produção de leite compatível com a capacidade produtiva existente; a incapacidade regional também prolongada no tempo em adequar o subsector da carne às exigências de hoje; a incapacidade nacional em defender os mares ocidentais; tudo isto são problemas e situações que levam a que não se consiga aproveitar de forma segura as nossas potencialidades.

Todas estas situações se têm agravado nos últimos tempos sendo de realçar a postura fechada e irracional recentemente assumida, em declarações, pelo Primeiro-Ministro em relação à questão do leite.

Estamos profundamente convictos de que o nosso atraso relativo só será superado, melhor dizendo, só poderá ser superado, só poderá vencer a distância a que nos encontramos, se conseguirmos somar àquilo que produzimos muito e bem (leite, queijo, lacticínios, carne verde, conservas de peixe, peixe fresco, alguma fruta de qualidade e alguma floricultura de qualidade) outros produtos e outros sectores, nomeadamente o turístico, que se afirmem e consolidem.

O presente Governo, embora sem o afirmar explicitamente, teve sempre a tentação de considerar que o crescimento de novos sectores económicos, implica o enfraquecimento dos actuais e esse é um erro imperdoável que tem levado à estagnação.

O Governo Regional “orgulha-se” da taxa de desemprego ser baixa, mas nada refere sobre o enorme crescimento da precariedade do trabalho, nem sobre o facto da taxa de actividade ser a mais baixa do País.

É também na nossa Região que o nível médio de formação profissional ministrada é mais baixo e é também aqui, como muito bem sabemos, que os trabalhadores por conta de outrem ganham, em média, menos 10% do que no resto do País.

Que fez o Governo Regional, nestes anos para resolver estes problemas? Melhor dizendo, que fez o Governo do PS de diferente em relação aos Governos do PSD para resolver estas questões essenciais para os trabalhadores açorianos? A esta pergunta temos que responder que nunca foram, por iniciativa do Governo, procurados os caminhos adequados.

Como é que o actual Governo tem gerido a saúde?

A esta questão temos que responder que durante anos não houve política de saúde, apenas gestão corrente e que agora a principal medida tomada foi a constituição da Saudações, sociedade anónima de capitais públicos que visa ser, de imediato, um instrumento contractor de dívidas.

Como tem encarado o Governo as dificuldades, financeiras públicas? Criando sociedades anónimas de capitais públicos que possam ir à banca contrair dívidas.

Como tem o Governo gerido o Orçamento? Diminuindo os meios essenciais ao desenvolvimento das políticas sociais básicas e aumentando fortemente as transferências directas para sectores privados.

Como tem o Governo gerido a educação? De forma assustadoramente fechada, economicista e conflitual.

Como tem o Governo gerido a cultura? De forma progressivamente centralizada e afastada das realidades.

Como tem o Governo desenvolvido as políticas para a Juventude? De forma autoritária, paternalista e centralizada.

Como tem o Governo encarado o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas? De forma absurda, marginalizando os mais pequenos e penalizando assim a unidade regional. Exemplos dessa situação são a recusa em levar o cabo submarino de fibra

óptica ao Grupo Ocidental e o estado calamitoso a que chegou a rede regional de estradas nalgumas ilhas, nomeadamente o Faial e Flores.

Muitos exemplos mais poderia dar, mas os referidos são suficientes para demonstrar quer as más políticas do Governo, quer o carácter perverso das maiorias absolutas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na chamada Reestruturação do Sector Público Empresarial da Região está prevista a privatização da EDA, SA.

Sem que se conheçam todos os pormenores, sabe-se no entanto que o Governo Regional prevê realizar 40 milhões de euros com essa alienação, valor esse fundamental para atribuir à presente proposta de Plano a designação de “maior de sempre”.

Queria aqui, com toda a clareza, dizer que o Grupo Parlamentar do PCP não só não concorda com a privatização da EDA, SA, como considera mesmo que tal opção é um erro grave face ao futuro da Região.

A natureza insular da Região, a distância a que estamos, a necessidade de haver múltiplos centros de produção de energia, a necessidade de se aproveitarem bem as energias alternativas, a obrigação pública de garantir patamares adequados de energia em todas as ilhas, aconselha, a que nesta Região, exista o controlo público da empresa produtora e distribuidora. A simples aplicação mecânica e dogmática das teses ultra-liberais da privatização contraria, em elevado grau, as especificidades e particularidades regionais.

A privatização da EDA vai certamente transferir o controle da produção e distribuição de energia eléctrica para longe da Região, para centros de decisão muito afastados das nossas especificidades e não haverá certamente contrato de prestação de serviço público que, para além de assegurar a rentabilidade do privado, consiga assegurar um efectivo controlo da situação.

A necessária construção de um modelo de desenvolvimento adequado à insularidade distante, um modelo onde certamente a economia privada tem que ter o maior espaço, não passa, de nenhum modo, pela alienação pelo sector público regional de dois ou três instrumentos de controle e equilíbrio.

Não podemos, ao mesmo tempo, proclamar a necessidade de comportamentos específicos e desfazer-nos dos meios de actuação próprios.

Não podemos passar a vida a queixar-nos dos centralistas do País, dos eurocratas da União Europeia, do impacto das decisões económicas tomadas pelos decisores que não olham para o mapa e que portanto não vêm estas e outras ilhas e sermos nós próprios, por iniciativa fundada na aceitação mecânica de premissas ideológicas, a abrir mão dos mecanismos necessários à correcção das diferenças concretas que existem.

A privatização apressada da EDA ficará, na nossa opinião, na História da Região como um dos maiores erros deste Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No tempo que dispomos neste debate iremos registar as nossas opiniões sobre diversas matérias.

É, entretanto, necessário sublinhar desde já que os documentos propostos, reflexo de políticas insuficientes umas e erradas outras não podem merecer a nossa concordância.

É mesmo necessário dizer que o esforço feito por este Grupo Parlamentar, especialmente nos primeiro e segundo Planos desta Legislatura, em dialogar com o Governo no sentido de contribuir para certos equilíbrios não teve, da parte do Governo o seguimento que deve resultar da livre aceitação de acordos e compromissos.

Tudo isto nos leva a pensar ser absolutamente indispensável, para que a região possa de facto evoluir em termos económicos e sociais, e abrirem-se outros e novos caminhos que não exista no futuro próximo qualquer maioria absoluta – nem a maioria absoluta que levaria à instalação na Região de um Governo Delegado do Governo Durão-Portas, nem a maioria absoluta que permitisse a continuação pura e simples da política regional actual.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições na sequência desta intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado José Decq Mota e aproveitava também para saudar a sua intervenção, a qual trouxe ideias ao debate, face ao enorme vazio que outras representações políticas aqui nos trouxeram.

A minha pergunta é muito concreta:

O Sr. Deputado apresentou aqui uma tese – não é nova, eu já a vi apresentar recentemente – de que a Região tem dificuldades em termos de convergência económica, porque os sectores económicos estão bloqueados e deu exemplos.

Como nós sabemos, a convergência económica não é um movimento de curto prazo, é um movimento, normalmente em sociedades e em economias, de longo prazo. Portanto, não pode ser analisado em dois, três, quatro ou cinco anos.

Para sermos honestos, terá de ser analisada no conjunto da experiência da nossa vida autonómica, que é aquela em que nós temos as mãos nos lemes da política.

Será que esta explicação também se aplica aos primeiros 15, 16, 17 e 18 anos de autonomia? (*)

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Decq Mota trouxe-nos aqui uma intervenção afastada e com diferenças substanciais em relação ao perfil do debate que se tem traçado.

Inicialmente fez um elogio à forma como o Governo Regional tem procurado manter o recurso a receitas extraordinárias.

Percebemos que a sua intervenção ia noutra linha, numa linha mais substancial, mais de matéria.

Depois, veio criticar a privatização da EDA e outras medidas tomadas pelo Governo Regional.

Pensei, como disse ontem, que me tinha enganado na porta e que não estava a continuar a ouvir falar quem tinha começado o discurso.

O Sr. Deputado José Decq Mota não concorda que a Região Autónoma dos Açores tem conseguido contrariar, em muitos aspectos, o clima de recessão efectiva, declarado por independentes e pela sociedade em geral, que se vive ao nível do Continente?

Não concorda que ao nível do turismo nós temos tido uma política efectiva e interventiva nesta matéria, apesar de em determinados meses, cirurgicamente escolhidos, haver uma descida na taxa de dormidas, de haver indicadores em determinados trimestres que são menos positivos?

Focou a questão da educação. Acredita mesmo que, em matéria de educação, nós temos o mesmo cenário que tínhamos em 96?

Acha que não houve nenhuma diferença encetada por este Governo Regional?

Era estes os esclarecimentos que lhe queria pedir, porque focou áreas em que houve – e é da opinião geral açoriana – mudanças muito significativas. Na área da educação elas são tão significativas que até o Governo da República adopta a maior parte delas.

Como é que é possível traçar-se este quadro negro de completo vazio da acção governativa?

Concorda mesmo com o que disse ou estava a fazer o discurso habitual no debate do Plano e Orçamento e por isso teve que dizer essas coisas?

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu disponho de muito pouco tempo, por isso muito sucintamente gostaria de fazer duas ou três considerações.

Em primeiro lugar, queria agradecer as intervenções do Sr. Deputado e da Sra. Secretária e registar duas posturas em relação à minha intervenção.

O Sr. Deputado Fernando Lopes agradeceu e cumprimentou-me pelas ideias que lancei no debate. Por sua vez a Sra. Secretária Regional tentou demonstrar que eu não tinha lançado ideias. Eu não posso deixar de fazer este registo.

A ideia que eu tenho é que lancei ideias no debate. São as ideias do Grupo Parlamentar do PCP e do PCP/Açores. Estas ideias, como o Sr. Deputado Fernando Lopes disse, não são novas. São teses por nós defendidas que balizam a nossa intervenção na acção política regional e que marcam a diferença em relação a outros interventores, uns que estão no poder e outros que estão na oposição.

Não vim aqui ocupar nem o vosso, nem nosso tempo. Vim defender os pontos de vista do meu partido.

Recuso, Sra. Secretária Regional, que tenha feito uma intervenção catastrófica e uma análise negra.

Em relação à educação, o que eu disse concretamente, o que reafirmo e o que sublinho, é que o Governo tem gerido a educação de forma assustadoramente fechada, economicista e conflitual.

Não fiz nenhuma comparação em relação ao antecedente, não fiz nenhuma afirmação no sentido de que não há nada diferente. Há coisas diferentes, algumas por decisão do Governo, outras por determinação nacional. Por exemplo, hoje há mais professores do que havia há muitos anos, porque há mais professores no país do que não havia.

Portanto, não fiz nenhuma posição valorativa ou comparativa.

Em relação à parte inicial da intervenção, eu faço referência, porque intervenho com rigor, ao esforço feito para aumentar a receita. Não faço nenhum elogio sobre a natureza desse esforço, nem o classifico.

Se ler globalmente a minha intervenção, vai ver, por exemplo, que não concordo com os 8 milhões de contos que constam como receita relativamente à reprivatização da EDA. É uma constatação que faço no abrir da intervenção.

Em relação à pergunta concreta que o Sr. Deputado Fernando Lopes colocou, eu penso que o facto de não se ter conseguido somar àquilo que somos capazes, em termos económicos, outros sectores, é um problema muito antigo e vem desde o início da vida regional. É evidente que tem conjunturas diferentes.

Eu recordo-me, por exemplo, que em 84, o PSD fez a sua campanha eleitoral dizendo que a fase das infra-estruturas tinha acabado e que ia avançar para a fase do

desenvolvimento. Não só as infra-estruturas não tinham acabado, como não conseguiu dar nenhum passo na perspectiva do desenvolvimento.

Este é um problema muito antigo, é um problema para o qual nós – nós, Região Autónoma dos Açores e Portugal – não conseguimos encontrar solução.

Gostava de dizer que a análise que nós fazemos é que só conseguiremos quando somarmos àquilo que podemos e sabemos fazer, outras coisas que hoje não fazemos.

Quando conseguirmos isso no plano político, então aí vamos conseguir alguma convergência. Até lá não conseguiremos.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Deputado Decq Mota, pela resposta franca que me deu em relação à questão da convergência.

Pelo que eu percebi, recolocou o problema não num período de conjuntura nos últimos anos, mas em todo o período que percorreu este período autonómico, com diferenças e com respostas políticas acentuadas, para no fim tirar a conclusão de que só se ultrapassa este problema da convergência se somarmos novos dinamismos e novas actividades económicas àquelas que já existem.

Se olharmos para as estatísticas das diferentes regiões do país, no que respeita à convergência medida pelo Produto Interno Bruto, nós vemos que há duas regiões que conseguiram ter um esforço de convergência positivo e, inclusive, conseguiram ultrapassar a média do país. Essas duas regiões foram a Madeira e o Algarve.

Quem conhece a economia do país também sabe que essas duas regiões, para além da região da grande Lisboa, são os grandes motores de turismo deste país.

Pergunto: considera que a orientação estratégica seguida pelo Partido Socialista de reforçar os instrumentos de política no sector do turismo está errada neste enquadramento?

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Apenas posso gastar um minuto, mas noutra oportunidade conversaremos sobre isso. É evidente que o sector turístico tem uma fundamental importância para que se consiga exactamente fazer esta soma de parcelas.

Em relação aos instrumentos e às opções que têm sido utilizados, faço duas observações:

Primeira: acho que houve insuficiente discussão política e social sobre as opções tomadas;

Segunda: acho que várias das opções tomadas foram feitas com algum aventureirismo, sem saber bem o efeito delas.

Portanto, numa altura oportuna explanarei melhor essa ideia. Neste momento, não posso gastar mais tempo.

Agradeço ao Sr. Deputado a questão colocada.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como ficou visível no meu anterior pedido de esclarecimento, há um dado importante e que eu salientei, ou seja, as regiões que convergiram turisticamente foram a Madeira e o Algarve. No caso da Madeira temos um factor extra, que é o factor da Zona Franca, como bem tem apontado o Governo Regional e o Dr. Alberto João Jardim.

Gostaria de prestar apenas mais um esclarecimento.

Neste âmbito, o Governo Regional e o Partido Socialista têm se antecipado, de forma correcta e com grande previsão, às orientações económicas que hoje em dia se desenham no país, nomeadamente àquelas apontadas pelo nosso Primeiro-Ministro Durão Barroso. Em estudo recente e apontando perspectivas para 2010, disse que o sector motor da economia será o do turismo.

Era este contributo que queria aqui trazer para o enquadramento das questões que aqui levantou sobre a convergência económica e sobre a correcção ou não correcção da política económica defendida pelo PS.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta intervenção, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me apresentar parte do Plano e Orçamento da Região afecto à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Eu começaria por apresentar o enquadramento global desta matéria no contexto do conjunto da Secretaria.

Em termos de objectivos, a despesa global prevista para o ano 2004 corresponde a 222,8 milhões de euros para o sector da educação, 25,4 milhões para as áreas da cultura e do desporto e 23 milhões para as áreas do Fomento do Emprego e do Trabalho.

Esta despesa desagrega-se, em termos da despesa corrente, em cerca de 191,7 milhões exclusivamente para o sector da educação. Se nós considerarmos como estimativa do Produto Interno Bruto da nossa Região 2.100 milhões de euros, dá um investimento de 9,1% do PIB em educação.

Este investimento é o mais alto da Europa se nós compararmos em termos de investimentos nacionais e será certamente um dos mais altos, se não o mais alto, em termos de investimento na educação, isto num contexto em que nos últimos 8 anos o número de alunos nos Açores decresceu cerca de 7.500, enquanto que o número de docentes aumentou cerca de 200 e o investimento global no sector educativo quase duplicou.

Em relação a outras áreas que são da responsabilidade da Secretaria, em termos globais e em termos da despesa corrente temos:

- 750 mil euros investidos na área afectada ao gabinete do secretário, que inclui o Gabinete da Zona Classificada e toda a área administrativa da Secretaria;
- 7,29 milhões para a Direcção Regional da Cultura, em que cerca de 70% desta verba se destina ao funcionamento dos museus e bibliotecas da rede pública;
- 7,2 milhões na área da Educação Física e Desporto, onde predomina largamente a despesa com o funcionamento dos parques desportivos regionais;
- 3,8 milhões para a Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, incluindo aqui o funcionamento das Agências para a Qualificação e Emprego;
- 1,6 milhões para a Inspeção Regional do Trabalho;
- e 577 mil para a Inspeção Regional da Educação.

Para além desta despesa corrente, o investimento do Plano afecto à Secretaria Regional da Educação e Cultura é de 33,8 milhões de euros.

Para além deste investimento, existem ainda os Fundos e Serviços Autónomos afectos à Secretaria que têm uma despesa global prevista de 42,6 milhões. Destes, 1,1 estão afectos à área da cultura, investimento essencialmente destinado às actividades culturais feitas por agentes não governamentais, 4,5 correspondem ao orçamento do Fundo Regional do Desporto, todo ele dedicado ao apoio à actividade desportiva e 9,1 ao Fundo Regional do Emprego. A 9,1 milhões há que acrescentar 14 milhões provenientes do Fundo Social Europeu e 2,1 milhões da Segurança Social. Esta verba é investida essencialmente na área da formação profissional.

Temos ainda 9 milhões que correspondem ao funcionamento da Escola Profissional das Capelas e 18,9 milhões ao funcionamento do conjunto dos Fundos Escolares das Escolas. Estes fundos, para além de suportarem todo o funcionamento da acção social escolar, também suportam as pequenas e médias intervenções nas escolas, a aquisição de equipamentos e materiais para o seu funcionamento, sendo um dos factores essenciais no funcionamento do sistema educativo.

Passando agora à análise do investimento na área do Plano, o projecto 17 – Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais, prevê um investimento de 19,7 milhões de euros, que se destina a continuar o investimento na melhoria do nosso parque escolar. É preciso não esquecer que nos últimos anos foram concluídas as

escolas dos Ginetes, do Topo, de Santa Maria e das Flores e que a nossa Região já conseguiu colmatar uma boa parte das suas falhas, em termos de cobertura da rede escolar, estando neste momento a iniciar um novo ciclo de investimento.

Pretendemos iniciar investimentos em São Carlos, na Horta, na Roberto Ivens, ou seja, nos principais pólos urbanos, depois de termos feito um investimento fundamental nas zonas rurais, que teve a ver com a extinção da telescola, matéria em que a Região foi pioneira. Também se resolveu o problema dos transportes que levavam muitas das nossas crianças e jovens a gastar duas e três horas por dia, em termos de transportes escolares.

Hoje, a rede escolar não é perfeita, mas não tem comparação com aquela que nós tínhamos em 1996, nem em termos de cobertura, nem em termos de qualidade de instalações.

Hoje, os Açores orgulham-se de ter algumas das melhores instalações escolares do país e são obra deste Governo.

Para além dessas obras novas que vamos iniciar, estão em curso grandes intervenções – intervenções que correspondem praticamente à construção de novas escolas – na Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, na Escola de Santa Cruz da Graciosa e no Nordeste.

Para além disso, existem cerca de 40 pequenas e médias intervenções que estão a decorrer, quer em colaboração com as autarquias, quer em colaboração com as próprias escolas, obras geridas directamente pelas escolas.

Outro projecto que está voltado para o investimento na educação e voltado para a melhoria da qualidade da nossa rede escolar, é o projecto de desenvolvimento do sistema educativo. Nós estamos a planear um investimento de 1,8 milhões de contos, essencialmente voltados para o equipamento das escolas, com particular destaque para as tecnologias de informação e comunicação, para o projecto Internet nas escolas e para a formação do pessoal docente e não docente das escolas.

No que diz respeito à Juventude e Emprego, projecto 19, há um investimento previsto de 1,6 milhões de contos voltado para a formação profissional e para a mobilidade juvenil, para além do apoio a todas as actividades de organizações juvenis, mas aqui com particular enfoque no alargamento do funcionamento do

Cartão Intermar que teve um enorme êxito este ano e que no próximo ano contamos alargar a outras modalidades de transporte e a outras valências.

No que diz respeito ao Património e Actividade Cultural, Projecto 25, o investimento previsto é de 4,8 milhões de euros. Cerca de 80% desta verba vai para o apoio às actividades culturais feitas, na sua totalidade, por entidades não governamentais. O restante, destinado a investimento governamental, está focado essencialmente na conclusão da Igreja dos Jesuítas, em Ponta Delgada, na Igreja do Senhor dos Passos, na Ribeira Grande, no início das obras da segunda fase da Biblioteca Pública da Horta e num conjunto de melhoramentos e de investimentos que têm que ser feitos em instalações propriedade da Região.

A área da Actividade Cultural terá um investimento de 1,67 milhões de euros executados integralmente por entidades não governamentais.

Na área do Desporto – Programa 26, o investimento previsto é de 4,6 milhões, dos quais mais de 80% se destinam ao apoio de entidades de associativismo desportivo.

Em termos de investimento, o maior investimento será feito no arrelvamento sintético de um campo na Ribeira Grande e na manutenção e melhoria dos parques desportivos da Terceira e do Faial.

Para além destes investimentos que são feitos directamente pela Secretaria, existe ainda uma parte do Programa 33, relacionado com o apoio à recuperação dos danos provocados por Calamidades, que é também executado pela Secretaria da Educação e Cultura. O investimento previsto é de 1,2 milhões dos quais 997 mil e 600 euros se destinam ao pagamento de um protocolo que foi assinado com a Diocese de Angra para a recuperação de infra-estruturas religiosas danificadas pelo sismo de 1998 e o restante para a recuperação de algumas escolas de propriedade municipal (uma no Faial, outra no Pico) que será feita em colaboração com os respectivos municípios.

Em conclusão, posso dizer que o investimento global da Secretaria Regional da Educação é, neste ano, o maior de sempre e coloca a educação acima de qualquer outro objectivo, com um investimento de 9,1% do PIB em despesa corrente.

Isto é uma demonstração clara de que o Governo Regional continua a investir na formação dos mais jovens, continua a investir no desenvolvimento cultural e desportivo dos Açores.

Este enorme investimento que está a ser feito, começa a produzir os seus resultados. Se hoje formos comparar aquilo que é a realidade do nosso sistema educativo com aquela que era em 1996, as semelhanças são poucas.

Basta lembrar, por exemplo, a situação de escolas como a de Santa Maria que em 1996 estava num estado caótico e de quase ruína, como a de Francisco Ornelas da Câmara, que durante anos e anos foram anunciadas obras que nunca chegaram a ser feitas e áreas que continuavam a ser cobertas pela telescola como os Ginetes ou a Maia, onde não havia qualquer intenção de investir em termos de construção de novas infra-estruturas escolares. Hoje, essas áreas estão cobertas por escolas de grande qualidade.

O investimento foi enorme. Hoje, as nossas escolas não se comparam com aquilo que eram nessa altura.

O mesmo pode dizer-se em termos do seu funcionamento. Hoje, os Açores, tem escolas que gozam de ampla autonomia, têm fundos escolares que nesta altura são extremamente vultuosos, com quase 19 milhões de euros a serem investidos directamente pelas escolas, isto partindo de um ponto em que nem sequer o Decreto de 83, que criava o regime de autonomia experimental nas escolas do Continente, nem o de 87 que o alargou, tinham sido aplicados na Região.

Essa é a realidade e foi esse o nosso ponto de partida.

Hoje, os Açores, orgulham-se de ter um dos melhores sistemas educativos do país, senão o melhor.

Basta pensarmos que somos a única Região do país em que todas as nossas escolas têm nos seus quadros, pelo menos, um psicólogo; nós somos a única Região do país em que as nossas escolas são responsáveis integralmente pelas suas infra-estruturas; somos a única Região do país em que o funcionamento das nossas escolas se pauta pela busca constante de um melhor serviço aos alunos, sem constrangimentos artificiais impostos a partir da tutela e sem regras de congelamento como aquelas que nós agora assistimos no resto do país.

Hoje, o nosso sistema educativo é um dos melhores. Os resultados começam a aparecer e estou seguro de que este investimento que estamos a fazer, daqui por 10 anos, vai colocar os Açores na frente, em termos de qualificação das pessoas.

Também gostaria, aproveitando esta passagem pela tribuna, de vos dizer que algumas das afirmações que constantemente são repetidas, como por exemplo, os Açores têm a mais baixa taxa de actividade do país, ou que os Açores tem uma das mais baixas taxas de actividade da Europa, são afirmações que, apesar de muitas vezes repetidas, não as transforma em afirmações verdadeiras.

Basta nós olharmos para os números e vamos perceber que nós temos uma das mais baixas taxas de inactividade no que diz respeito à população activa de toda a União Europeia. Temos valores de actividade que são semelhantes aos Estados Unidos e ao Canadá e que são superiores à generalidade dos países da Europa.

Nós temos (felizmente que temos, porque é um grande recurso para o futuro) uma taxa de população jovem superior àquilo que acontece em muitos outros países.

Por isso, quando se fazem contas sem pensar, quando se pensa que também os bebés devem trabalhar e se faz esse tipo de contabilidade, aparecem taxas que não fazem qualquer sentido.

É bom que percebamos isso e é bom que se abandonem certos discursos, porque não é por se dizer muita vez uma mentira, que ela passa a ser verdade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Não irei questionar sobre a área da educação, embora lhe pudesse endereçar os meus parabéns pela acção reformadora que tem vindo a ter, prosseguida de forma algumas vezes titubeante, mas bem intencionada pelo Governo da República do Primeiro-Ministro Durão Barroso, pelo Ministro David Justino e também compreendida na Região por muitas pessoas próximas dessas áreas.

A questão que lhe queria colocar diz respeito concretamente à área da cultura.

Como o Sr. Secretário provavelmente se recorda, os Deputados do Partido Socialista, por São Miguel, têm inscrito nos seus compromissos eleitorais um que eu considero importante para São Miguel e para o futuro da Região, que é o Centro de Arte Moderna dos Açores.

Estamos no fim do mandato.

Pelo que eu presumo, esse compromisso de construção da estrutura não será cumprido, porque não há tempo útil para o cumprir.

Tive conhecimento que o Sr. Secretário nomeou pessoas para coordenarem um programa que se chama Arte Contemporânea nos Açores.

Eu pedia ao Sr. Secretário que esclarecesse, em plenário, quais são os objectivos desse programa e como é que os pretende atingir.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto Arte Contemporânea nos Açores, está inscrito na proposta de Plano para o próximo ano com uma verba de 150 mil euros. Temos como objectivo iniciar a constituição de um acervo de arte contemporânea que nos permita, por um lado, dispormos desse acervo, enquanto património que pode ser rodado em termos de exposições pela Região e, por outro lado, criar em Ponta Delgada, utilizando instalações que neste momento estão em obras, um centro de arte moderna onde, para além de uma colecção residente, seja possível fazer passar um conjunto de exposições.

Já foi feita uma primeira experiência com o funcionamento da exposição que comemorou o Séc. XX, em termos de arte, a qual obteve grande sucesso. Neste momento está ainda patente, em Ponta Delgada, no edifício da Biblioteca Pública.

A partir daí, nós pensamos criar um conjunto de exposições e um acervo que, percorrendo os Açores e permanecendo em Ponta Delgada, nas novas instalações em construção, irão ser o núcleo essencial daquilo que será o Centro de Arte Moderna nos Açores.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para mais esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um esclarecimento complementar ao Sr. Secretário Regional da Educação Cultura.

Em primeiro lugar, para agradecer ao Sr. Secretário por ter identificado que estão 150 mil euros disponíveis. Disse também que se destinam fundamentalmente à constituição de um acervo de uma colecção residente.

Em seguida, referiu-se a estruturas físicas que serão utilizadas. Presumo que não serão estruturas criadas para o efeito, mas que são outras estruturas enquadradas provavelmente noutros investimentos.

O esclarecimento que eu solicitava ao Sr. Secretário era exactamente que identificasse que estruturas são essas, porque no momento a estrutura que está a ser utilizada e como muito bem disse, é a Biblioteca Pública, que aliás é uma belíssima estrutura que nos deve honrar e na qual está presente neste momento uma exposição sobre o Século XX.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em termos de estrutura, para além daquela que já foi identificada pelo Sr. Deputado, há também a possibilidade de utilizar alguns espaços do Teatro Micaelense para esse fim. É esse o objectivo para nós criarmos ali um espaço que possa ser dedicado às artes plásticas, para além de investimentos que serão incluídos.

No caso da Horta, haverá na Biblioteca Pública um espaço que poderá ser usado para esse fim e no Museu de Angra já há uma galeria e um espaço voltados especificamente para esse fim.

Nós teremos esta rede básica que depois é complementada com os Museus de Ilha que terão espaços onde podem ser realizadas exposições.

O centro essencial estará situado em Ponta Delgada, na conjugação dos espaços que ficarão disponíveis no Teatro Micaelense com os espaços que já estão disponíveis na Biblioteca Pública de Ponta Delgada e outros que em breve ficarão disponíveis, como a recuperação da Igreja dos Jesuítas.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para pôr um ponto final a estes dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, no que respeita à arte contemporânea dos Açores.

Em primeiro lugar, para lhe agradecer os seus esclarecimentos que foram objectivos e claros.

Em segundo lugar, para reforçar o compromisso, não pessoal, mas do Partido Socialista, no caso de São Miguel, de continuar a prosseguir e a defender a construção de um Centro de Arte Contemporânea, concretamente em Ponta Delgada, sabendo que neste momento a parte fundamental deste Museu de Arte Contemporânea são as pessoas, as obras e os artistas, que já estão a ser apoiados no âmbito deste plano anual.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Secretário, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para uma intervenção.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Orçamento para 2004 agora em discussão apresenta uma verba prevista para a Secretaria Regional da Educação e Cultura no montante 256,6 milhões de euros, representando um peso relativo de 23,3% do total da despesa orçamentada, o que coloca esta Secretaria com o maior volume de despesa do Orçamento em apreço. A

Direcção Regional da Educação, com uma dotação de 191,7 milhões de euros representa 74,7% do respectivo total.

Neste Orçamento prevê-se 33,7 milhões de euros para Despesas do Plano de 2004, das quais se destaca o Programa referente ao Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais, com 19,7 milhões de euros, o segundo maior Programa ao nível do investimento previsto para 2004.

As verbas apontadas pelo Plano e Orçamento para 2004 colocam este como o primeiro vector deste Governo nas suas políticas para a Região.

Com esta política o Governo Regional aposta na Educação e investe na Autonomia dos Açores;

Com esta política o Governo Regional valoriza a Educação como factor fundamental do nosso desenvolvimento que passa por um conjunto de investimentos em escolas, recursos humanos e apoios sociais com vista a ter-se uma educação de qualidade e de sucesso;

Com esta política o Governo Regional assume a Educação como um sector de grande importância no desenvolvimento e no progresso de um povo, uma vez que só com pessoas devidamente formadas, educadas e preparadas, se pode construir uma Região mais rica;

Com esta política o Governo Regional aposta na maioria da sua população e no futuro dos Açores já que, directa ou indirectamente, a maioria dos cidadãos estão implicados no sistema educativo, como pais, educandos, professores ou entidades empregadoras;

Com esta política o Governo Regional continua a prosseguir a aposta do Partido Socialista em combater décadas de atraso do sistema educativo a que os Açores estiveram sujeitos, e que se repercutem, ainda hoje, na formação e nas oportunidades de ascensão social de várias gerações;

Com esta política o Governo Regional continua a Mudar os Açores para Melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como objectivos sectoriais na área da Educação queremos destacar:

- A consolidação do processo de integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico previsto na Carta Escolar;
- O colmatar da situação de sobrelotação, com a criação de novas Escolas;
- A continuação do processo de descentralização dos modelos de gestão e responsabilização, acompanhada da transferência dos necessários meios financeiros, dos órgãos de gestão das Escolas;
- A prossecução da formação de pessoal docente e não docente;
- A garantia da formação inicial (profissionalização em serviço e formação complementar);
- A promoção e a modernização administrativa em termos de adaptação às tecnologias de informação e técnicas de comunicação.

Com o Partido Socialista, através dos seus governos, procedeu-se a uma completa reorganização do nosso sistema educativo, com uma reforma legislativa que introduziu racionalidade no sistema, definiu prioridades e delineou estratégias.

A reorganização do sistema passou pela criação de escolas básicas integradas e áreas escolares, entidades dotadas de autonomia administrativa e pedagógica. O processo de integração já levou à criação de 28 escolas básicas integradas e estão em processo inicial de criação outras 4 escolas do mesmo tipo, entre elas a de Angra do Heroísmo e de Vila Franca.

Com a criação dos fundos escolares com autonomia financeira, transferiram-se para as escolas competências em matéria pedagógica e de gestão. Os Fundos Escolares levaram a que se procedesse à manutenção e reparação de instalações escolares, e que muito dificilmente se poderiam verificar com a organização existente anteriormente.

Com esta reorganização temos hoje melhores estruturas físicas e uma gestão pedagógica mais próxima das pessoas. As escolas conquistaram uma autonomia que facilita a optimização dos recursos existentes e possibilita uma resposta mais adequada às necessidades do sistema e à sua interactividade com as respectivas comunidades.

Com a estabilização do corpo docente garantiu-se um trabalho de continuidade e de desenvolvimento de projectos educativos. Através do novo de sistema de concursos,

dignificou-se a função docente, tendo sido integrados no quadro cerca de 1600 novos docentes, muitos deles que se encontravam na situação de contratados há mais de uma década. A Formação Contínua e Complementar dos professores não têm sido descuradas o que é visível pelo número de docentes que já fizeram os seus complementos de formação e pelo montante de investimentos efectuado em acções de formação contínua.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com a Carta Escolar criada e implementada pelos Governos do PS, apostou-se fortemente na recuperação do parque escolar do 1.º ciclo, durante décadas abandonado, com as mesmas características físicas, correspondente a um sistema de ensino de há muito ultrapassado para as funções curriculares e pedagógicas dos nossos dias.

Com a Carta Escolar apostou-se nas escolas de proximidade, através da construção das Escolas Básica Integradas da Maia, das Furnas, dos Ginetes, na Ilha de S. Miguel e do Topo na Ilha de S. Jorge, levando os 2.º e 3.º ciclos a estas localidades. As escolas de proximidade trazem claras vantagens para o sistema educativo. Facilitam o cumprimento da escolaridade obrigatória, colocando os alunos mais próximos do seu meio familiar, que assim deixam de permanecer fora de casa muitas horas por dia, numa clara desvantagem em relação aos alunos das zonas urbanas.

Com a Carta Escolar planeou-se e investiu-se na remodelação e adaptação ao ensino secundário das Escolas, de S. Roque, no Pico, Bento Rodrigues, em Santa Maria e Maurício Freitas na ilha das Flores, e hoje estão em curso obras similares nas Escolas do Nordeste em S. Miguel e de Santa Cruz da Graciosa.

Obras há muito ansiadas, dado o seu estado de degradação e necessidade de ampliação, decorrem neste momento na Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, um investimento que ronda os 11 milhões de euros e acabam de ser adjudicadas as obras da Escola Roberto Ivens, de Ponta Delgada, no valor de sete milhões e setecentos mil euros, levando a que cada uma destas escolas adquira instalações dignas e seguras para os seus alunos, professores e funcionários.

Decorre, também, neste momento o concurso público internacional para a empreitada de construção da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos, com Ensino Artístico, de S. Carlos em Angra do Heroísmo. E no próximo ano a Ilha do Faial vê contemplada a construção da nova Escola do 3.º ciclo e Secundário, compromisso assumido por este Governo, que chegou a hora de dar cumprimento.

No próximo ano teremos assim um investimento de 19,7 milhões de euros, em construções escolares, um montante que leva a afirmar-se que, em tempo algum se investiu tanto como agora em infra-estruturas educacionais na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao sistema educativo compete garantir a todos os cidadãos a formação básica e universal para o exercício da cidadania.

Assim, promoveu-se a integração nas escolas das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de uma escola para todos, capaz de dar respostas diferenciadas a cada aluno.

Pelos Governos Regionais do PS/Açores, foram criadas em todas as escolas, núcleos de educação especial dotados de pessoal docente especializado e lugares destinados a psicólogos.

Neste momento, em debate público e após terem sido instituídas as necessárias condições legislativas, partimos para criação de um Currículo Regional, numa óptica simultânea de conhecimento e reelaboração da condição identitária dos Açores e da dimensão adequada do seu projecto pedagógico.

A formação e a educação dos nossos jovens no domínio do Ensino Profissional têm sido marcadas por um percurso muito positivo deste Governo. Hoje cerca de 50% dos alunos da nossa Região frequentam o ensino profissional. Convergimos assim para as normas orientadoras da União Europeia, que apontam para que cerca de metade dos alunos sigam outras vias que não unicamente a do Ensino Superior.

O ensino profissional cresceu, amadureceu e ganhou credibilidade junto dos alunos, o que prova que os Governos do PS estavam bem quando apostaram nesta oferta educativa. Ela confere aos estudantes uma formação em contexto de trabalho,

permitindo-lhes uma inserção na vida activa, no desempenho de profissões que até aqui careciam de mão obra qualificada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a das Capelas!

O Orador: E também a das Capelas. Se quiser, venha debater comigo.

Hoje, o ensino profissional desenvolve-se em todas as ilhas, com a excepção da Ilha do Corvo. Todos os concelhos de S. Miguel e da Terceira estão cobertos por este ensino. Nas escolas do ensino regular desenvolvem-se neste ano lectivo um maior número e um diversificado conjunto de cursos PROFIJ, que muito irão contribuir para que alunos que tenham dificuldades em cumprir a escolaridade obrigatória, ou em prosseguir os estudos no ensino secundário, aumentem a sua escolarização e partam para o mundo do trabalho com aprendizagens que facilitem a sua empregabilidade.

Este ano lectivo também ficou marcado por um projecto pioneiro a nível nacional, com a implementação do ensino recorrente mediatizado, através da Internet. Este projecto está a ser levado a cabo pela Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, e tem como objectivo, entre outros, atingir públicos alvo que estejam impedidos de aceder ao regime directo e possibilitar a frequência aos potenciais alunos que, motivos profissionais ou outros, não possam dispor do tempo necessário para frequentar a escola em regime pós-laboral.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa de 15 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Para uma intervenção, tem a palavra ao Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dissemos, há três anos, que o Plano a Médio Prazo para esta Legislatura não era aquele que os açorianos esperavam.

Enquanto instrumento essencial de execução do programa do Governo e da realização das promessas eleitorais, o Plano a Médio Prazo era farto em intenções e duvidoso nas concretizações, além de que uma parte substancial das verbas se destinava a pagar velhos compromissos e a afectação da restante era desequilibrada.

O tempo encarregou-se de nos dar razão.

Não basta arrolar acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.

O planeamento das construções escolares falhou redondamente.

Das 49 acções programadas, 20 foram eliminadas, cinco estão a decorrer e outras quatro ainda não se iniciaram. Ou seja, a legislatura vai terminar sem que o PS tenha começado metade dos trabalhos previstos.

Há obras prometidas e programadas pelo Governo Regional em 1997, 98, 99 e nos anos seguintes que afinal não se realizam nesta legislatura. É caso para dizer que o PS traiu as suas promessas.

Três exemplos, entre duas dezenas, que confirmam o desmando da governação.

A empreitada de ampliação e grande reparação da EB2,3 de Vila Franca do Campo teve o seu início previsto e prometido no Plano para 1997. Nos três anos seguintes o Governo Regional voltou a incluir nos Planos o começo dos trabalhos. Os sucessivos orçamentos destinaram-lhe mais de um milhão de euros, mas a Vila vai continuar à espera das obras.

O início da construção da nova escola da Levada, em Ponta Delgada, já fazia parte do Planos de 1999 e 2000. Em 2001 o Governo do PS comprometeu-se a fazer o “pagamento do projecto, conclusão da aquisição de terrenos e início da empreitada de construção”. Com todo o descaramento, no ano seguinte previu “a aquisição dos

terrenos e a elaboração do projecto”. O Governo do PS disse por três vezes ir iniciar as obras sem elaborar o projecto e adquirir os terrenos! Faltou aqui rigor e verdade! E a verdade mais cruel é que Ponta Delgada continua à espera de uma nova escola, de uma nova política, de novos políticos.

Pela quinta vez é anunciado o início da construção da escola de S. Carlos, na Terceira, mas temos razões para duvidar da intenção. Já foram abertos três concursos públicos internacionais e consignados quase 4,5 milhões de euros, mas nem uma pedra foi assentada no terreno.

Onde param os milhões?

O Governo promete muito e cumpre pouco. Não faltam promessas feitas para obras por fazer.

Na análise financeira dos Planos constata-se a mesma incapacidade de realização, a mesma falta de rigor na planificação e o mesmo desregramento na despesa.

Há todavia uma diferença. O PS gasta mais, fazendo menos. No fim da legislatura, a execução material não ultrapassará 60% da obra inicialmente prevista, mas serão despendidos 72% dos recursos financeiros disponíveis. Dito de outro modo, o governo de Carlos César faz pouco e gasta muito.

Dois exemplos. Em 2002 o Governo Regional socialista gastou 125 euros (cento e vinte cinco euros) dos 150 mil previstos para aquisição de terrenos e elaboração do projecto da escola da Levada, ou seja, 0,1% da dotação. Convinha saber, com rigor, o destino desses míseros 125 euros...

Para a construção da EB2,3 da Maia, inaugurada em Setembro de 2000, ano de eleições regionais, o governo despendeu em 2002 mais de um milhão de euros, sem que tivesse previsto qualquer despesa no orçamento. O que falhou? A previsão? A orçamentação? Mais uma vez, faltou rigor. E é bom saber-se que em 2002 cerca de 10% da despesa efectuada em construções escolares não estava prevista no orçamento desse ano, reportando-se exclusivamente a acções concluídas e com fecho financeiro anunciado em orçamentos anteriores.

É falso que o Governo do PS vai fazer para além do que se tinha comprometido. O Plano para 2004, na área da educação, apresenta um corte de 38,9% em relação ao valor inicialmente previsto, ou seja, menos 12,3 milhões de euros. O Plano para

2004 repete pela terceira, quarta e quinta vez o início de obras, anuncia o arranque de empreitadas que já deviam estar concluídas e 16% das verbas destinam-se a satisfazer pagamentos atrasados.

O Governo socialista piora com o tempo. São os próprios deputados socialistas que o dizem publicamente na imprensa. Os documentos e a acção comprovam-no. No Plano para 2004 a educação representa (7,1%) menos do que valia (7,2%) no já longínquo ano de 1997, no início do consulado socialista.

No derradeiro ano da legislatura o PS comprova a sua incapacidade para realizar a obra prometida. Trai as suas promessas, deixando por realizar metade do que prometeu aos açorianos.

Quem só agora promete mudar para melhor, reconhece que fez o pior. Não merece, por isso, uma terceira oportunidade.

Oito anos de governação socialista é muito tempo perdido. Os Açores merecem melhor.

Este Plano tem uma virtude: é o último da governação socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado, com o brilhantismo e a profundidade de análise que já nos habituou, veio mais uma vez ler o relatório do feito e não feito.

Com certeza que o Sr. Deputado não foi capaz de ir à Internet e ler o relatório que está disponível sobre a realização das obras dos diversos planos dos Governos do PS e da Carta Escolar. Aí, podia constatar que mais de 80% das intenções estão realizadas. Também podia comparar o grau de realização que este Governo apresenta face com o grau de realização que o Governo, do qual o senhor fez parte, apresentou.

Eu não preciso de lhe lembrar de resoluções que declararam utilidades públicas urgentes de obras que foram feitas por este Governo passados 10 anos ou outras intenções de investimento que nunca chegaram a passar do papel. Não vale a pena entrarmos nessa discussão, porque o senhor sabe tão bem quanto eu que, a nível de planeamento, é assim mesmo, há obras que têm prioridade e quando nós estamos a fazer, tal como acontece em nossas casas, há sempre intenções que não chegam ao fim.

É fundamental que quem tem a responsabilidade de executar obras de forma séria e empenhada, tente realizadas e tente sempre a maximização do bem público. É isso que eu e o Governo do Partido Socialista nos orgulhamos de ter feito.

Se é verdade que há uma ou outra obra que não foi concluída ou até mesmo iniciada, também é verdade que há muitas obras que já foram feitas, com as quais os senhores nunca sonharam ou inclusivamente consideravam como negativas.

Falo, por exemplo, da Escola dos Ginetes, que o seu partido considerava como desnecessária, ou da Escola da Maia, que depois da utilidade pública urgente e do Sr. Presidente do Governo de então ter ido apresentar o projecto, passados 10 anos, não era para fazer, apesar do número de alunos daquela zona ser dos maiores nos Açores.

Não vale a pena entrarmos por aí, porque essa é uma discussão que acho que não dignifica esta Casa e, além disso, os senhores ficariam claramente a perder.

O que eu gostava de dizer, Sr. Deputado, é que a obra feita em termos de infraestrutura escolar pelos dois últimos governos do Partido Socialista, é uma obra notável que marcou de forma final e definitiva o parque escolar dos Açores. Há escolas antes e há as escolas depois e não há comparação entre as escolas que os senhores fizeram nos anos 80 e aquelas que agora são feitas. Não há comparação entre o estado de manutenção das escolas do seu tempo e das escolas de agora. Não há comparação entre a vitalidade e a capacidade de intervenção das comunidades escolares de hoje e aquelas do seu tempo.

Estamos a falar de mundos diferentes. Basta ver as fotografias que ainda recentemente foram publicadas da Escola de Santa Maria, antes e depois de ser intervencionada.

Com isto termino. Não vale a pena gastar mais tempo. Aliás, a sua intervenção não merece.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu estava à espera que o Deputado Joaquim Machado trouxesse uma intervenção para discutir connosco a política educativa deste Governo.

Deixou-se ficar por uma análise sectorial, única e exclusivamente, em relação às obras das escolas da Região Autónoma dos Açores. É uma análise sectorial quando há muito para discutir na área da educação nos Açores e não só as respectivas escolas.

Eu estou disposto a discutir consigo a nossa intervenção ao nível do parque escolar.

Lembro ao Sr. Deputado que se há compromissos que o PS não cumpriu, isso teve a ver com a disponibilidade de verbas que este Governo tem tido e com a reprogramação financeira que teve que fazer.

Este Governo não teve verbas, nem teve dois ou três empréstimos, já referidos ontem, que seriam muito necessários para a nossa educação e para as nossas escolas, mas uma coisa é certa, Ponta Delgada hoje é diferente no número de alunos, porque nós executámos a Escola Secundária da Lagoa, que levou a que parte dos alunos da Vila Franca e da Lagoa passassem a estar nessa escola.

Hoje, Ponta Delgada é diferente, porque os alunos dos Ginetes, dos Mosteiros e da Candelária, que vinham para as escolas de Ponta Delgada, frequentam este ano a sua respectiva escola.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Em relação a promessas e ao não cumprimento de algumas, lembro que em 1998 foi apresentada na Câmara da Lagoa, para debate público, a nova Escola Secundária da Lagoa.

Quem é que fez esta escola?

Foi o Partido Socialista, passados quase 10 anos após uma promessa eleitoral do PSD.

É certo que Vila Franca para nós é uma preocupação e está espelhada no nosso Plano. O novo Governo do PS que virá em 2004, porque os açorianos irão dar-nos uma vez esta prova, continuará a mudar a educação para melhor nos Açores. (*)

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desde 89 que a Graciosa havia pedido a ampliação e a requalificação da sua escola.

Nessa época, o Sr. Deputado Joaquim Machado era membro do Governo que governava a Região.

Essa obra só agora é que está a avançar, e muito bem, com o Governo do Partido Socialista.

Esperamos que a qualidade do ensino melhore bastante na Ilha Graciosa, assim como por todas as ilhas dos Açores.

Este Governo do Partido Socialista avança e muito bem, com muitas obras em toda a Região para que se desenvolva um ensino de qualidade e com sucesso para os nossos jovens. (*)

Deputados Renato Leal e José Humberto Chaves (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

É verdade que nem todas as promessas deste Governo estão cumpridas, mas serão cumpridas.

Não estão cumpridas, porque quando o Partido Socialista chegou ao Governo, as obras tinham um atraso enorme.

Eu, num exercício de memória, consegui elencar, só na minha ilha, que é uma ilha pequenina, mais de 45 promessas do PSD não cumpridas.

Dessas 45 promessas, 40 estão cumpridas pelo Governo Regional do PS. Isso já é um grande passo.

De acordo com a sua intervenção, vou referir algumas promessas que os senhores fizeram, relativamente a São Jorge. São elas:

Em 1989, os senhores prometeram a Escola da Boa Hora. Ela foi executada por este Governo.

Também nessa altura, os senhores prometeram a Escola da Beira, a qual também foi executada por este Governo.

Deputado Mark Marques (PSD): Não, não. Está a mentir!

O Orador: Os senhores prometeram uma escola nova para as Velas, em 1992, e não fizeram.

Todo o parque do 1º ciclo do ensino básico foi reabilitado na Ilha de São Jorge por este Governo, uma promessa vossa em 1989.

Em 1990 prometeram a reparação de recintos escolares, mas não fizeram.

Em 1992, prometeram a ampliação da escola das Velas, mas não fizeram.

Também não cumpriram a promessa de beneficiação da escola da Calheta.

Em 1993 prometeram a construção da escola do Topo, a qual também não foi feita.

Prometeram mais. Prometeram uma escola de formação, que também não chegou a ser feita.

Os senhores tiveram apoios comunitários em 1989 para a construção do Matadouro Industrial da Ilha Terceira, mas não o construíram.

Tiveram também apoios comunitários, em 1993, para a construção do centro de saúde da Praia da Vitória, mas também não fizeram.

Receberam apoios comunitários para a construção do último troço que liga o porto da Praia da Vitória, mas não construíram.

Através do Programa Nacional de Interesse Comunitário,...

Deputado Mark Marques (PSD): O PNIC!

O Orador: ... o PNIC, receberam apoio para pavimentação do troço entre Agualva e Serreta, mas não pavimentaram.

Em 1991 tiveram apoios comunitários e pediram autorização a esta Assembleia para contracção de empréstimos, para a reabilitação da rede viária de São Jorge, mas não fizeram essa reabilitação.

Presidente: Sr. Deputado António Gomes, peço-lhe imensa desculpa mas está a desviar-se do assunto.

O Orador: Para terminar, sabe por que é que não fizeram nada disto?

Foi porque um Deputado com quem os senhores se relacionam agora na política disse nesta casa:

“Estamos perante o caos nas finanças públicas regionais.

O nível e a contradição das contas regionais, já não atingem o patamar mínimo de rigor das contas de merceeiro.” Esta foi uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, em 93. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à educação, Sr. Deputado Joaquim Machado, de facto, há muito que se diga.

Uma das dificuldades que eu tenho, é comparar aquilo que o Governo do PS tem desenvolvido nos Açores, com o que foi desenvolvido pelos governos do PSD, na área da educação.

No que se refere à Escola de São Carlos, por mais que os senhores falem sobre a não construção da mesma, o PS irá iniciar a mesma obra no ano 2004.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Irá iniciar!

O Orador: Neste momento decorre na Ilha Terceira, um dos maiores investimento na área da Secretaria Regional da Educação, ou seja, a construção da Escola Francisco Ornelas da Câmara, no Concelho da Praia da Vitória, num valor superior a 7 milhões de contos.

Temos também a recuperação de mais de 90% do parque escolar do 1º ciclo, a criação do pré-escolar, a remodelação e ampliação da Escola dos Biscoitos e a secundária de Angra.

Em relação à escola de Porto Martins, mesmo que o PSD não queira construir, tudo faremos para que a mesma se construa.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira)

Não é por acaso, Sr. Deputado Joaquim Machado, que na OCDE, a região que mais investe o seu PIB no sistema educativo é a dos Açores (9%), ao contrário daquilo que acontece neste momento no Governo da República.

Caso o senhor não saiba, por exemplo, no pré-escolar e ensino básico e secundário, há um decréscimo de investimento no Orçamento de Estado de 5,2%.

No pré-escolar, os senhores investem 9,9% do Orçamento de Estado. Através das parcerias do PIDAC, menos 10% do Orçamento de Estado.

Isto demonstra claramente que, ao contrário do Continente, o PS e os Açores estão a passos largos no desenvolvimento do sistema do ensino educativo e com o PS vamos continuar a lutar para que cada vez mais se melhore o sistema educativo na Região Autónoma dos Açores.

Obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e desde logo para dizer que, apesar de muitas intervenções dos Deputados da bancada do Partido Socialista, elas acabam por dizer pouco e dizem ainda menos quando se trata de contestar a avaliação que eu fiz destes 3 anos de governação socialista (quase 4, considerando que estamos a avaliar a proposta de Plano para 2004).

Começava exactamente pela questão da disponibilidade de verbas.

É mentira, é falso, que o problema da execução material deste Governo seja financeiro, porque em 97 prometeram o início de obras, assim como em 98, em 99, em 2000, em 2001, anos em que nunca houve problemas financeiros, nem de endividamento, e as obras não se iniciaram.

Inclusivamente abriram-se concursos públicos internacionais em 99 e em 2001 para a escola de São Carlos e nem uma pedra existe nesse terreno.

O problema não foi da disponibilidade financeira, nem do endividamento zero. O problema foi da incapacidade deste Governo para cumprir com o que prometeu.

Este Governo traiu as suas promessas e continua a trair, porque vai chegar ao fim com uma execução material de cerca de 60% do que tinha previsto inicialmente...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo Meneses): Como é que o senhor calcula isso?

O Orador: ... apesar de uma taxa de execução de 72%, porque gasta muito fazendo pouco.

Nenhum dos Srs. Deputados contestou aquilo que eu disse, ou seja, que de 49 acções, 20 foram eliminadas do Plano.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Mas quais é que foram eliminadas?

O Orador: Cinco ainda estão a decorrer e 4 não começaram.

Antes de terminar, Srs. Deputados do Partido Socialista, a oposição fiscaliza o Governo e não a maioria a oposição.

Eu percebo que os senhores estão a regressar à oposição e estando a regressar demonstram que não resolveram o seu problema com um passado de 20 anos na oposição.

De facto, o problema não é comparar o PS de hoje com o PSD do passado. É comparar o PS de hoje com o PSD do futuro. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado diz que ninguém veio contrapor as afirmações feitas, na sua intervenção, a nível do parque escolar.

Eu julgo que quando rebati a situação de Ponta Delgada, foi mais que suficiente. Todavia, se quiser, posso passar desde o Corvo a Santa Maria, e mostrar que o PS sente-se muito honrado pela obra feita, derivada de compromissos assumidos com o povo açoriano, a nível do parque escolar.

Além disso, se mais obras não fizemos, foi para honrar os nossos compromissos com os fornecedores, como já disse ontem aqui.

Portanto, este Governo honra os seus compromissos e a honrar esses seus compromissos não irá fazer obras quando não tem verbas para pagar. Isso já disse na minha anterior intervenção.

Venham mais 6 milhões de contos e mais uma escola se irá executar nos Açores.

Não gostei de ouvir um Deputado da bancada do PSD dizer, que não o Sr. Deputado Joaquim Machado, que algumas obras estavam a ser feitas pelas câmaras municipais e que nada tinham a ver com o Governo Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): E é verdade. A escola da Beira não tem nada a ver com o Governo Regional. Não é verdade, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo Meneses): Ele conhece muito bem isso!

Deputado Mark Marques (PSD): Se conhece é maldoso!

O Orador: Foi este Governo Regional, com a comparticipação financeira que teve nos seus orçamentos, que apoiou as câmaras. Foi este Governo Regional que no PRODESA, criou um eixo 3.2 para que essas câmaras pudessem aceder a fundos comunitários.

Sr. Deputado de São Jorge, ouça mais uma vez:

O PRODESA está estruturado de modo a que as câmaras possam aceder a fundos comunitários para construções escolares e para outras áreas que no passado não estavam nos fundos comunitários.

Foi o Governo do PS, aquando da redefinição do III Quadro Comunitário, que estipulou verbas destinadas para o ensino básico, para os campos relvados sintéticos que se têm feito nalguns concelhos. Antes não era possível as câmaras acederem a eles.

O Governo Regional podia ter ficado com este bolo para si, mas entendeu distribuir pelas câmaras municipais. (*)

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para uma intervenção.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos nesta casa mais uma vez para discutir e aprovar o plano e orçamento para 2004.

Gostaria de poder afirmar que os Jorgenses se revêem neste plano!

Mas infelizmente não o posso fazer.

Porque, efectivamente, este último plano e orçamento, apresentado por este Governo Socialista, vem, de facto, confirmar o que nos últimos sete anos os Jorgenses sentiram.

Ignorados e esquecidos.

Analisei estes documentos e fiquei preocupado.

Preocupado porque a população que me elegeu pelo círculo eleitoral de São Jorge, exige de todos os deputados (eu respondo por mim), que façamos a defesa intransigente dos interesses dos Jorgenses, que sejamos homens e mulheres de palavra.

É isso que esperam de nós.

Não venho, e nunca vim a esta tribuna representar um “Clube de má-língua”.

Sempre reclamei pelos interesses dos Jorgenses.

Sempre lembrei e relembrei as promessas (falsas) que os Socialistas prometeram aos Jorgenses.

Acontece que os Socialistas não cumpriram aquilo que em 8 anos prometeram aos Jorgenses.

Estar-se na oposição, é reconhecer o que está bem, criticar o que está mal, e de seguida apresentar propostas alternativas.

Foi assim o papel dos deputados do Partido Social Democrata, nesta casa e fora dela.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Considerando o pouco tempo que me é concedido para intervir, apenas me debruçarei sobre alguns aspectos deste Plano e Orçamento para o ano 2004, no tocante à Ilha de São Jorge.

Pescas

Neste sector, o Plano e Orçamento tem inscrito a verba de 198.000 euros, cerca de (40.000 contos).

Como pretendem remodelar e beneficiar Portos de Pescas em São Jorge, com esta verba?

Está bem presente na memória recente dos Jorgenses, que apenas tapar um buraco na rampa de varagem do Porto de Velas custou 50 mil contos.

O único Porto existente do lado Norte da Ilha de São Jorge, (Fajã do Ouvidor – Norte Grande), continua apenas no plano das “intenções”: Quanto à beneficiação e remodelação do mesmo, temos a certeza de que não será no próximo ano.

Agora aparece também a beneficiação do porto da Urzelina, (congratulo-me com isso) mas enganam-se aqueles que acreditam, que esta beneficiação será realidade, porque quando durante 8 anos a fio, não fizeram intervenções prometidas há muito em outros pequenos portos e agora em ano de eleições é um tal prometer mais e mais.

Quanto à melhoria das condições dos pescadores no Porto das Velas, penso que, essa melhoria, passa pela ampliação do Porto Comercial de São Jorge, e construção do Porto de Recreio das Velas e então aí os pescadores terão um espaço, para que lhes sejam criadas melhores condições de trabalho.

Portos

A ampliação do Porto Comercial de São Jorge – Velas, é adiado mais uma vez.

Nem uma palavra sobre este assunto, nestes documentos.

Apenas tem sido usado nos discursos dos Socialistas em campanha e todos vão dizendo que é muito importante, mas depois quando analisamos os documentos em discussão os socialistas simplesmente esqueceram-se do assunto.

Nos últimos anos o movimento de mercadorias no Porto Comercial de São Jorge - Velas, tem aumentado significativamente, e o espaço é cada vez mais exíguo.

Os socialistas inventaram a necessidade do aumento do parque de contentores, e do novo acesso ao Porto das Velas, e até esta sua invenção continua no papel.

Em meu entender este **“pseudo aumento”** do parque de contentores é apenas uma **“fantoçada”**.

É uma tentativa de distrair os Jorgenses enquanto as verdadeiras necessidades ficam para trás.

O que é verdadeiramente necessário é o aumento do Porto Comercial.

No que concerne à construção do **Porto de Recreio das Velas**, o Governo Regional em visitas estatutárias à Ilha anuncia sempre a construção do Porto de Recreio das Velas.

Anunciaram orçamento, capacidade de embarcações e mais uma panóplia de coisas...e ficou-se por aí.

Os menos atentos até poderão julgar que qualquer dia o Secretário Regional da Economia vai a São Jorge inaugurar um Porto de Recreio!!!

Puro engano!!!

Nesta data continuamos sem saber qual Porto de Recreio que se irá construir?

Sabemos que a Câmara Municipal das Velas candidatou ao programa PITER a construção do Porto de Recreio com a promessa da comparticipação do Governo Regional.

Qual o montante dessa comparticipação?

Nem uma palavra, nem um euro neste Plano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Habitação

A qualidade de vida depende de uma habitação condigna.

Os problemas da Habitação que se sentem na Ilha de São Jorge, estão longe de serem resolvidos.

O que mais me preocupa neste sector não tem sido as dotações orçamentais ao longo destes anos, mas sim a sua execução.

Assistimos a um constante emperrar de todo o apoio a ser prestado para (Aquisição de Habitação, Ampliações e Remodelações e Habitação Degradada).

Penso que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos terá que ser mais fluida no analisar dos processos e acabar com, **os sempre emperrantes burocratas de serviço.**

O Sr. Secretário da Habitação em desesperada campanha eleitoral, anuncia com honra pompa e circunstância, habitação e mais habitação, mas depois é o que se vê.

O loteamento na freguesia da Urzelina não é referido nestes documentos.

Tem sido um assunto trazido por mim a esta casa, por diversas vezes, e que tem transitado em promessa de ano para ano.

Passado todo este tempo e no local onde deveriam estar feitas as infra-estruturas para construção de habitação, a Secretaria Regional do Ambiente colocou um placard onde proíbe o depósito de lixo.

Isto demonstra bem a capacidade deste Governo.

Ficamos mais uma vez na expectativa para ver se este será o ano?

Transportes – Estradas Regionais

O troço de estrada regional **Aeroporto–Urzelina**, tem sido objecto de reivindicação pelos deputados do PSD.

Foi promessa do Partido Socialista em 1996 e em 2000.

Assistimos à adjudicação desta obra e depois à sua anulação, tem sido uma autêntica “**novela**” com este troço de estrada regional.

Num pequeno “à parte” queria fazer um pequeno reparo e sugerir ao Sr. Secretário José Contente o seguinte:

A Secretaria Regional do Ambiente colocou dois placards neste troço de estrada que têm escrito: **CIRCULE COM PRECAUÇÃO ZONA DE NIDIFICAÇÃO DE CAGARROS**, (acho muito bem!). Sugiro que o Sr. Secretário da Habitação que em benefício dos condutores daquela ilha mande colocar um outro placard dizendo: **CIRCULE COM PRECAUÇÃO ZONA DE NIDIFICAÇÃO DE BURACOS**.

O troço de estrada regional Urzelina–Terreiros–Manadas, não será repavimentado no próximo ano.

Os socialistas enganaram assim a população das freguesias das Manadas e Urzelina, durante 8 anos.

EDUCAÇÃO – ESCOLA DAS MANADAS

Na sequência de uma petição (abaixo-assinado) assinada pela população da freguesia das Manadas foi apresentada nesta casa uma proposta de resolução.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou a Proposta de Resolução nº 07/2003/A, que recomendava ao Governo Regional que, em colaboração com a

Câmara Municipal das Velas, promovesse a construção de um novo edifício escolar na freguesia das Manadas.

Acontece que neste plano, e orçamento não existe uma palavra sobre a construção desta escola.

Será mais uma falsa promessa?

Ou as recomendações aprovadas pela maioria, e até com os votos favoráveis do PSD e de outros partidos, não são para cumprir?

ÁREA SOCIAL

Foi promessa e constava nos panfletos de campanha eleitoral socialista a construção da Casa do Povo nos Rosais.

Assistimos agora por parte deste Governo a uma tentativa de esvaziamento dos serviços instalados nas Casas do Povo.

Se esta medida for por diante será muito desastrosa e irá alterar significativamente o modo de vida das populações.

Como não existe qualquer referência no plano e orçamento sobre esta Casa do Povo, será que esta freguesia ficará mais um ano à espera?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos no fim da era socialista.

Este plano vem assim, **em fim de ciclo** confirmar aquilo que ao longo destes 8 anos os Deputados do PSD de São Jorge sempre denunciaram.

Foram 8 anos em que as promessas passaram de plano em plano, e de visita estatutária em visita estatutária.

Foi diálogo e conversa no princípio e prepotência no fim.

Os Jorgenses estão conscientes, convictos e com muita certeza de que o próximo Governo será liderado por Victor Cruz, e tem assim uma nova esperança de voltarem a fazer parte do comboio do progresso e do desenvolvimento desta Região.

De facto, os Jorgenses merecem o melhor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Desculpe-me que lhe diga, mas não estou de acordo consigo, e digo mesmo que faltou à verdade, porque durante a sua vida, o senhor não esteve aqui a defender os interesses dos jorgenses.

Eu avivo-lhe a memória:

O Sr. Deputado sabe muito bem que relativamente à rede viária, inclusivamente referiu na sua intervenção o troço entre Urzelina e aeroporto, os governos do PSD prometeram a reabilitação das estradas regionais de São Jorge, a partir de 1991. Inclusivamente receberam apoios comunitários para efectuarem essas obras.

Como aqui também já foi referido, contraíram empréstimos para as mesmas e nada fizeram.

Elas foram feitas pelos governos do Partido Socialista.

O Sr. Deputado, nessa altura, nunca se queixou do estado das estradas de São Jorge, nem tão pouco do facto dos governos que suportava terem tido apoios comunitários para o efeito e não terem reabilitado as obras.

Os Governos do PSD publicaram brochuras referindo que tinham feito essas reabilitações betuminosas em São Jorge. Há uma execução financeira, mas não há uma execução física.

O Sr. Deputado nunca veio aqui questionar, em relação ao troço da estrada regional nº 3-2ª entre Urzelina e o Pico da Caldeirinha, em Santo António, como é que o seu Governo pagou a um empreiteiro quando nunca esteve lá uma máquina. E como é que pagou uma indemnização de 50 e tal mil contos, se não me falha a memória, por atraso de pagamento dessa obra que nunca foi feita?

Nessa altura, o senhor não veio aqui denunciar essa situação em prol dos interesses dos jorgenses.

Sr. Deputado, em 1989, o seu governo prometeu a reabilitação e a construção de escolas em São Jorge, mas não fez. Também prometeu uma escola profissional, mas não fez.

Neste momento, este governo está pronto para apoiar o novo edifício da escola profissional de São Jorge.

O Governo do PSD prometeu em 84 um Matadouro para São Jorge, mas foi este governo que o fez.

O fundo de maneiio à lavoura foi implementado também por este Governo, tal como o abastecimento de água. Também baixou o preço do gasóleo agrícola.

Os governos do PSD nunca deram um escudo, nem sequer deram possibilidade de um rendeiro adquirir uma parcela de terreno, mas este Governo criou o SICAT, que permite a compra de terras por rendeiro.

O PSD prometeu pavimentação de 11 km de caminhos agrícolas em 1990, mas foi este governo que pavimentou.

Também prometeu o serviço de classificação de leite, o rompimento de caminhos agrícolas, o pagamento de um escudo por litro de leite, arroteias na Serra do Topo, a iluminação do porto das Velas, a reparação da rampa de varagem do porto da Calheta, a construção da gare de passageiros nos portos das Velas e Calheta, a conservação do porto do Calheta, a reparação do porto do Norte Grande, a ampliação do porto da Calheta, a electrificação da Fajã dos Vimes, a construção de um entreposto frio na Calheta, uma intervenção na Caldeira de Santo Cristo, a protecção da orla marítima, a classificação dos moinhos de água e de vento e os respectivos apoios, a regulamentação da área protegida do Ilhéu do Topo, a Casa do Povo da Ribeira Seca, a execução das obras de beneficiação da Santa Casa de Misericórdia, mas nada disto foi feito.

Sr. Deputado, quer mais do que isto para provar que o senhor quando apoiava o Governo do PSD não abria a boca nesta Casa em defesa dos interesses dos jorgenses?

Julgo que mais do que isto não é preciso referir.

Das 48 promessas que os seus Governos fizeram, o Governo do PS já cumpriu mais de 40. Veja o atraso com que vinham as obras e as promessas para São Jorge.

Muito obrigado. (*)

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois de toda esta elencagem que o meu antecessor fez para São Jorge, não me sobra muito mais, mas de qualquer forma eu não ia falar do passado, já que o PSD não tem passado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor é que tem passado no PSD!

O Orador: Vamos falar do futuro.

Eu tenho a certeza que o PS vai continuar a ser Governo e vai fazer por São Jorge muito mais do que aquilo que o PSD fez em 20 anos. Em três mandatos, nós vamos fazer três ou quatro vezes mais do que foi feito pelo PSD.

O PS não promete. O PS faz obra e tem obra em São Jorge.

Sr. Deputado Mark Marques, ouvi com muita atenção a sua intervenção. Como não podia deixar de ser, ela não foge à sua maneira de ser e à sua maneira de estar na política, isto é, envereda por meias verdades.

Nós acreditamos no Governo PS. Os jorgenses acreditam no Governo do PS e nas próximas eleições vamos conversar sobre isso.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Creio que estejamos a inaugurar aqui um período diferente e novo da era autonómica, porque estamos a assistir a uma coisa que é sui géneris e no mínimo estranha. Eu não acompanhei no passado muitas das legislaturas por questões da minha vida profissional e afastamentos prolongados no mar, mas sempre tive a ideia de que os deputados se manifestavam contra as obras que não eram feitas na sua terra.

Hoje, vemos os Deputados da oposição a manifestarem-se, não contra aquilo que não foi feito, mas contra aquilo que foi feito e que está a ser feito. De facto, isso é um período novo e, no mínimo, é estranho.

O Sr. Deputado Mark Marques chamou a atenção para o aumento do tráfego do porto das Velas de São Jorge e é verdade. Felizmente, o tráfego no porto das Velas tem aumentado.

É preciso encontrar soluções para desbloquear alguns constrangimentos e o Governo Socialista está a dar o primeiro passo nesse sentido. Não são só constrangimentos do porto, são constrangimentos da própria Vila, porque no acesso ao porto, a circulação de caminhões de contentores de mercadorias pesados, cria também constrangimentos.

Portanto, falar da ampliação do parque de contentores das Velas não é uma fantochada. Avançar para a obra de construção e ampliação do parque de contentores das Velas é uma obrigação.

Talvez não fizesse parte de nenhum compromisso eleitoral (acredito que não fazia!), só que felizmente esta governação do Partido Socialista não se limita apenas aos compromissos eleitorais, estende-se muito para além disso, vai de encontro àquilo que é necessário fazer.

Esta obra é fundamental, porque é fundamental dar uma nova saída ao porto, separar dentro do possível e do razoável o movimento de passageiros do movimento da carga. Mesmo que se pense na ampliação do porto, nada fará sentido se a obra não for feita.

É possível avançar já com esta obra e ela vai avançar para resolver um problema fundamental do porto.

Fica aqui registado o entendimento do PSD de que esta obra é uma fantochada e eventualmente uma obra desnecessária. Esse não é o nosso entendimento e pensamos que é o entendimento dos jorgenses. (*)

Deputado António Gomes (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas 30 segundos, porque tenho pouco tempo.

O Sr. Deputado António Gomes referiu os anos de 91, 92 e 88. Na minha opinião, deve continuar nesse discurso, porque assim já se vai habituando a voltar à oposição no próximo ano.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado Manuel Silveira, o senhor diz que o PSD não tem passado. De facto, o senhor é que tem passado no PSD, porque em 96 o senhor foi candidato pela lista do PSD.

Felizmente, que o senhor não tem passado no PSD e, sinceramente, hoje, estou muito mais à vontade sobre essa matéria.

Em relação à minha intervenção, os Srs. Deputados António Gomes e Manuel Silveira não rebateram uma única questão que eu aqui levantei. É muito deselegante virem para aqui dizer que eu trouxe meias verdades e sobre aquilo que eu falei não disseram uma única palavra.

Muito obrigado. (*)

Deputados Bento Barcelos e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Eu estive atento à sua intervenção.

O senhor referiu a questão da habitação.

Deputado Mark Marques (PSD): Loteamento da Urzelina!

O Orador: Relativamente à habitação, a proposta de Plano para 1994, ...

Deputado Mark Marques (PSD): Continue assim que vai muito bem!

O Orador: ... em termos numéricos, tem o mesmo valor, que o Plano de 93/96 apresentado pelo PSD. Desculpe, estou falando do Plano para 2004 e não de 1994.

O senhor falou no porto do Norte Grande.

Sr. Deputado Mark Marques, quando o Governo do PS tomou posse, esse porto estava a desaparecer. A rampa de varagem já tinha desaparecido e ele encontrava-se num estado crítico. Se não fosse intervencionado como foi em boa altura pelo governo do Partido Socialista, ele já não existia.

Os senhores foram negligentes, porque se tivessem cuidado atempadamente daquela estrutura portuária, ela não tinha chegado ao ponto que chegou.

Independentemente disso, o governo já tinha um projecto quase pronto para a ampliação do porto do Norte Grande. Não tenha dúvidas que vai ser uma realidade e vai ser executado por um Governo do Partido Socialista a partir de 2005.

Nós vamos ganhar as eleições na certeza de que essa será uma obra que o Governo do Partido Socialista terá muito prazer em realizar.

Falou no porto de recreio das Velas.

Sr. Deputado, o Governo Regional só recebeu o parecer da Câmara Municipal das Velas este ano.

Deputado Mark Marques (PSD): É mentira!

O Orador: O projecto está em fase de conclusão.

O Sr. Deputado também sabe que o porto comercial das Velas será uma candidatura ao PITER...

Deputado Mark Marques (PSD): Foi isso que eu disse!

O Orador: ... e terá a comparticipação do Governo Regional. Sabe qual é a percentagem que terá através do PITER?

Deputado Mark Marques (PSD): Quanto?

O Orador: O Sr. Deputado também falou no esvaziamento da Casa do Povo. O senhor sabe o que é que quer?

Deputado Mark Marques (PSD): Eu sei o que quero. Tem razão!

O Orador: O Sr. Deputado sabe o que é que se está a passar com as Casas do Povo.

O senhor usou demagogia.

O senhor fez circular um comunicado sobre essa matéria. Ele foi inoportuno, porque o senhor já sabia o que é que se estava a passar.

Deputado Mark Marques (PSD): E é mentira?

O Orador: Para benefício dos utentes, o Governo Regional está a informatizar o pagamento de pensões ...

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor não se canse, porque eu sou funcionário da Segurança Social!

O Orador: ... e de outros apoios financeiros e o mesmo será feito através de transferência bancária.

Para quem está a receber, julgo que está a ser muito melhor atendido se o dinheiro lhe cair na conta do que ter que se deslocar a uma Casa do Povo para receber o cheque.

Portanto, não se trata de esvaziamento, trata-se de melhorar as condições dos utentes e melhorar os serviços para que possam prestar um melhor serviço aos utentes.

O senhor sabe disso, quis foi enriçar.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate e uma vez que faltam dez minutos para almoço, vamos suspender os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradece que tomassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Passo a anunciar os tempos disponíveis.

O PS dispõe de 2 horas e 39 minutos.

O PSD dispõe de 2 horas e 2 minutos.

O CDS/PP dispõe de 17 minutos.

O PCP dispõe de 21 minutos.

O Governo dispõe de 2 horas e 40 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À data de 1997 60% do parque habitacional dos Açores tinha sido construído antes de 1960 e 76% não possuía elementos construtivos de resistência anti-sísmica pelo que deparámo-nos perante um parque habitacional antigo, degradado e desajustado às situações sísmicas que impendem sobre a Região.

Por outro lado, estando em causa as condições deprimentes de muitos agregados familiares que viviam em similares de barracas ou em habitações sobrelotadas, os VII e VIII Governos Regionais presididos por Carlos César, inscreveram nas suas linhas de actuação caminhos para erradicar muitas destas condições indignas que não garantiam o bom desenvolvimento e a melhor inserção de muitas famílias açorianas.

Por isso, celebrámos, em 1997, Acordos de Colaboração entre o Governo Regional, o INH e os Municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Angra do Heroísmo, e mais recentemente Santa Cruz da Graciosa e novamente a autarquia da Ribeira Grande, num total de 1241 fogos e num investimento de 68 milhões de euros com uma participação do Governo Regional de 38,2 M € cabendo o restante 29,2 M € quase por inteiro ao INH.

Ainda no decurso do corrente ano foi formalizada nova candidatura do Governo Regional ao INH para o realojamento de mais 261 famílias. Até hoje, só foram homologadas 72 candidaturas pela Secretaria de Estado da Habitação apesar de todas as candidaturas serem elegíveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O combate às más condições habitacionais teve assim novo fôlego desde 1997, o que se comprova pelo investimento realizado desde essa data até agora, e, sobretudo pelo número de agregados familiares apoiados nos programas de auto-construção, custos controlados, sector cooperativo e habitação degradada.

Para ilustrar este esforço podemos afirmar que em matéria de promoção de habitação a média anual de fogos/ano cifrou-se em 117,4 num total de 2348 distribuídos pelos programas de auto-construção, CDH's e Cooperativas até 1996.

De 1997 na 2000 apoiaram-se nos mesmos programas 1064 casos, ou seja, 266/ano e de 2001-2004 serão apoiados mais de 1100 famílias, ou seja, pelo menos 275 fogos/ano.

Se acrescentarmos ao número de casos apoiados no âmbito da habitação degradada antes e depois de 1996, então diremos que em 8 anos faremos mais do que em todas as outras legislaturas na área da habitação apoiando mais de 5000 famílias.

Mas, neste plano para 2004 reforçámos o programa habitacional na justa medida dos nossos recursos e também num claro sinal que novos projectos e novos problemas serão resolvidos como habitação para pessoas em risco, famílias monoparentais, a par do incremento da oferta de CDH's e o reforço do programa de habitação degradada.

Continuaremos, por isso, a colocar a área da habitação no vértice da pirâmide das necessidades e das aspirações de muitas famílias. No próximo ano submeteremos à Assembleia Legislativa Regional dos Açores novo programa habitacional de cedência de solos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nos últimos 7 anos o sector da construção civil tem vivido um clima de saudável confiança, onde pontificaram elevados níveis de investimento público e privado, permitindo assim o crescimento do sector, a manutenção da taxa de desemprego a valores nunca atingidos, bem como a criação de valor.

Para os próximos anos, prevê-se que o investimento público e privado com impacto no sector da construção continue a crescer quer pela necessidade de investimentos em infra-estruturas e em edifícios, quer ainda pelos investimentos que estarão associados ao pleno desenvolvimento das Sociedade Anónimas criadas pelo Governo Regional.

Continuaremos, portanto, a usufruir da tranquilidade indispensável para o desenvolvimento das nossas empresas; porém, o sector da construção civil carece

também de adaptar-se permanentemente, às novas realidades, ameaças e desafios que o nosso tempo coloca, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade após 2006.

Mais do que ter posto este sector a funcionar, aliás sector que se encontrava em falência ou pré-falência em 1996, conseguiu-se transformá-lo como se demonstra com vários indicadores, nomeadamente, a maior qualificação de algumas das nossas empresas de construção, o maior número de parcerias entre empresas entretanto realizadas, ou mesmo o consumo de cimento que em 1995 atingiu as 160 mil TN para no final deste ano atingir muito mais do dobro do que nesse ano.

Para aqueles que fizeram leituras absurdas e desonestas intelectualmente das sérias estatísticas fica reposta a verdade dos factos deste indicador que subiu de 07 TN/habitante em 1995 para 1,4 em 2002. No Continente registou 0 TN/habitante.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Desceu ou não este ano?

O Orador: Mais, para os profetas da desgraça, e os derrotistas seria possível que todos os indicadores continuassem a crescer exponencial e indefinidamente. Triste análise!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está ou não a descer?

O Orador: Neste caso, sim parece que não sabem que o espaço e a economia em que vivemos têm óptimos e variações normais.

Só a miopia política poderá levar a concluir que menos 15 ou 30 mil Tn de cimento consumidos em 2003 representa a tão desejada pela oposição coligada mas teimosamente não conseguida crise ao que parece a única ideia nova que a oposição tem para os Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor é o único que vê um oásis!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que nós estamos a conseguir em ligação com os açorianos e com as empresas é o aumento da qualidade global na feira da construção civil, a promoção crescente das parcerias estratégicas e a inovação, e precisamos continuar a melhorar a prevenção e segurança no trabalho, como factores decisivos para aumentarmos a nossa competitividade.

Neste Plano o Governo Regional continua a conservar e a reforçar a sua função reguladora no sector das obras públicas, direccionando os recursos disponíveis para as necessidades importantes dentro de cada ilha, de modo a reduzir assimetrias em termos de infra-estruturas. Este plano reforça esta estratégia. Só para dar dois exemplos em matéria de estradas regionais, na ilha Terceira, até 1996, foram intervencionados 82 Km, de 1996 até ao final de 2004 atingiremos os 100 Km de intervenções e em São Miguel foram intervencionados 50 Km contra 108. No global foram 140 Km, até 1996, correspondentes a um investimento de 102 milhões de euros, até 1996, e 450 Km, correspondentes a 203,7 milhões de euros, dos Governos presididos por Carlos César.

Assim se vê que os Governos do PSD gastaram muito e fizeram pouco.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Foram 843!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está a olhar-se ao espelho!

O Orador: Contudo, avançamos ainda mais neste sector pois a evolução de obra pública para concessão de obra pública é já uma realidade em curso.

No futuro teremos estruturas adequadas que acompanharão e fiscalizarão as concessionárias podendo-se evoluir para entidades de gestão das concessões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nos Açores, falar hoje de qualidade já não é um mero conceito teórico ou um objectivo inatingível.

Desde 1997, foram dados vários passos que carecem de contínuo aprofundamento porquanto já temos empresas regionais de construção civil certificada e porque a qualidade já é percebida como factor de desenvolvimento e de mais-valias. Este é mais um indicador de desenvolvimento, cujo ponto de partida foi o ZERO ABSOLUTO.

Nos próximos anos teremos que nos aproximar das directivas comunitárias que terão implicações na uniformidade de critérios e de mútuo reconhecimento no sector da construção civil, designadamente, ao nível da Harmonização dos Sistemas de Qualificação de empresas de construção em matéria de Obras Públicas. Este novo

eixo de actuação justifica-se porque os Açores não estão imunes aos processos de globalização.

Estaremos, por conseguinte, a caminhar para uma nova fase de fazer e garantir qualidade e segurança.

Neste âmbito, referência ao processo de reconstrução em que foram concluídas 1080 habitações no regime de empreitadas e estão em curso 305 moradias, o que nos permite confiar no cumprimento contratual das empresas adjudicatórias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Recebemos um Serviço Regional de Protecção Civil impreparado e insuficientemente dotado de recursos.

Actualmente, os açorianos habituaram-se a confiar e sentem-se mais seguros com o Sistema de Protecção Civil que edificámos.

Nova orgânica (pioneira no país) que associou com êxito a Protecção Civil aos Bombeiros, nova rede de comunicações de emergência, formação técnica avançada para corpos de bombeiros, assessoria técnico-financeira com a Universidade dos Açores, sensibilização e informação a milhares de açorianos, para além da construção de importantes infra-estruturas e aquisição de cem viaturas que constituíram um salto qualificativo e quantitativo, traduzido no aumento de investimento neste sector (1 M €/ano até 1996 para 4,5 m €/ano nos últimos 7 anos).

Vamos continuar a intensificar a assessoria com a Universidade dos Açores, a aprofundar os objectivos da qualificação e sensibilização e informação dentro do Sistema de Protecção Civil, bem como avançar para novas valências em algumas Associações de Bombeiros Voluntários. No âmbito das infra-estruturas avançaremos na próxima legislatura para um novo quartel em Angra do Heroísmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos convictos que as nossas empresas de construção civil estão cada vez mais bem preparadas para o tempo de exigência e rigor em que vivemos.

Apesar das dificuldades que uma região como a nossa pode apresentar, devemos estar cientes que a saúde económica deste sector passa também pela manutenção de um clima de fundada confiança que temos trilhado, avesso às importações partidárias irresponsáveis e coligadas de cenários de crise que, felizmente, a nossa

realidade tem desmentido em evidente contraste com as inúmeras falências e o grave desemprego que grassam no continente da famigerada coligação.

Por cá, vamos continuar a desenvolver os Açores vencendo constrangimentos conjunturais, defendendo com firmeza a nossa Região em ligação com os Açorianos possibilitando-lhes um horizonte social solidário e com responsabilidade participativa.

Também na construção civil somos a razão da mudança operada desde 1997, e, ela não nos ultrapassa porque continuaremos empenhados no nosso futuro procurando ver ao longe para ter razão antes, numa constante aprendizagem da distância.

É neste quadro realista que o Plano para 2004 da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos se desenvolverá, transformando cada oportunidade numa vantagem com ordem à melhoria das condições habitacionais, de equipamentos, infra-estruturas e segurança de todos os açorianos, que são os primeiros e últimos destinatários do cumprimento dos nossos compromissos, e para que continuem a confiar em nós.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Neste momento estão inscritos os Srs. Deputado Alvarino Pinheiro, Nuno Amaral e António Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Não vou utilizar muito tempo, porque em relação às falsidades que referiu sobre a Ilha Terceira e ao fracasso da sua política, terei oportunidade de fundamentar com mais algum tempo.

Apenas gostaria de chamar a sua atenção para um facto.

V. Exa. percebeu o que eu referi na minha intervenção ontem, mas fez-se de mouco e hoje fez um conjunto de afirmações.

Eu gostaria de lembrar o cuidado que tive ontem, em relação ao cimento, ao fazer uma referência na evolução negativa que este indicador tinha durante o ano. Eu fui moderado, porque só fiz referência à quebra de 7% na venda de cimento.

Se V. Exa. verificar o boletim trimestral da estatística verá que em relação ao terceiro trimestre vem referido:

“Neste trimestre houve uma quebra de 15,4% na oferta de cimento relativamente ao trimestre homólogo.

A produção local de cimento diminuiu 7,4% e a importação de cimento diminuiu 24,7%, quando comparada com os valores do trimestre homólogo.

A venda de cimento diminuiu 16,7% neste trimestre, relativamente ao terceiro trimestre de 2002”.

Sr. Secretário, isto é dado objectivo.

Eu situei muito claramente na chamada evolução recente. Estamos a falar de uma evolução conjuntural, de uma evolução recente para pôr em causa toda a política demagógica, incorrecta e falsa do Governo Regional nesse domínio.

Sob esse ponto de vista, é uma grave desonestidade intelectual fazer comparações de estrutura entre 95 e 2002.

Eu sei discutir isso, mas não coloquei essa questão.

A questão que eu coloquei foi da evolução conjuntural recente, aquela que o Governo omite e que, a partir de agora, os açorianos sabem que não corresponde à verdade.

Portanto, devemos estar todos preocupados e cientes de que os Açores não são nenhum oásis e não são imunes à evolução recente, que é negativa, de indicadores importantes da economia e da sociedade açoriana. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A necessária adaptação da rede viária às necessidades do tráfego, pois são cada vez mais os veículos de grande tonelagem cujas estradas não estavam preparadas, a idade dos pavimentos e o natural envelhecimento dos sistemas de drenagem e de sinalização, obrigam a uma intervenção muito grande.

Ao longo destes anos os Governos de Carlos César levaram a efeito, nas diferentes ilhas, a reabilitação de alguns troços de estrada e a construção de novos, de forma a tornar mais fácil e rápida a deslocação entre as freguesias ou concelhos e, por outro lado, tirar o grande fluxo de trânsito existente em algumas freguesias, acabando com a grande preocupação dos seus habitantes, pois diariamente as suas vidas corriam perigo.

De acordo com estas preocupações e indo ao encontro dos anseios das populações, o Governo Regional inscreveu no seu PMP várias intervenções no sistema rodoviário, tornando as estradas mais rápidas e seguras, não só para os seus habitantes, mas também para os milhares de pessoas que nos visitam todos os anos.

De maneira nenhuma os açorianos querem fazer inversão de marcha nesta “auto-estrada” do desenvolvimento conduzido pelos Governos do Partido Socialista. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para usar da palavra, mas parece que, ontem, a bancada do PSD ficou com algumas dúvidas relativamente à reabilitação do troço da estrada regional nº 1-2ª entre Urzelina e aeródromo de São Jorge.

Eu, por mim, não tenho dúvidas, mas gostaria que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos esclarecesse esta casa, se a Secretaria pretende dar início e concluir, no ano de 2004, a reabilitação do troço dessa estrada.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma breve referência à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que se houve alguma falsidade em algum dado, foi exactamente naquilo que representou a sua intervenção e por uma razão muito simples, é que ela foi focalizada num aspecto muito conjuntural que não reflecte, por exemplo, a média de cimento que nós temos de 97 a 2003, que são 296 mil toneladas/ano, contra as 189 mil toneladas/ano de 90 a 96. Essa é que é a realidade, é a análise séria e a análise que corresponde a um período em que há regularidade em termos de crescimento, independentemente de poder haver alguma variação que, como o senhor sabe, até pode ser para mais ou para menos, no âmbito da Curva de Gales, que o senhor como economista conhece.

Portanto, não há nada de anormal quando nós temos um indicador que cresce ou decresce numa variação mínima, porque isso não representa a tendência no sentido, sobretudo incorrecto, que os senhores querem fazer. Quando há uma variação muito pequenina de qualquer indicador, os senhores tentam logo levar para a crise.

O que é que os senhores vão dizer no final deste ano quando o desemprego voltar a baixar e ficar o mais baixo do país e da Europa?

Vão dizer que a crise já acabou.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor já sabe os números que vão divulgar?

O Orador: Os senhores não têm patavina de razão quando fazem análises pequeninas, mesquinhas e circunscritas a meses e a trimestres.

Quem faz uma análise de trimestre não tem nenhuma razão para fazer uma generalização abusiva, uma extrapolação que não corresponde à verdadeira realidade dos factos.

A desonestidade intelectual da sua intervenção, foi ter pegado pontualmente em dados trimestrais e vir fazer demagogia barata, como lhe é habitual, para dar uma ideia incorrecta de um cenário de crise que, infelizmente para os senhores, não existe. Felizmente, para os açorianos, ainda não chegou nem vai chegar.

Os senhores só laboram permanentemente, como eu tenho visto aqui, num cenário de crise por uma razão muito simples: nós não vimos por parte da coligação, nem dos seus mentores e fautores, uma única ideia nesta Assembleia para os açorianos.

Ao longo destes dias não vi uma única ideia senão o cenário da derrota, da catástrofe e da crise.

É só isso que os senhores sabem fazer e por isso vão continuar muitos mais anos sentados onde estão. (*)

Deputado João Cunha (PSD): Aí é que se engana!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando em finais de 1996, o Governo da responsabilidade do Partido Socialista iniciou funções governativas, encontrou todos os sectores da governação em estado calamitoso, com inúmeras obras por realizar e em total descrédito junto da população açoriana.

Era urgente recuperar a confiança dos açorianos para com as suas instituições, pois estava em causa a própria subsistência da Autonomia Regional.

Os açorianos questionavam-se então sobre o porquê da autonomia, uma vez que a falência estava à porta, com sectores produtivos à beira da bancarrota, com empresas industriais em falências sucessivas, porque o Governo Regional da responsabilidade do PSD não cumpria com as suas obrigações para com elas.

Os investimentos públicos ressentiam-se desse lastimável estado económico em que a Região mergulhava, e sectores como os transportes Terrestres, a Habitação e Protecção Civil sofriam as consequências directas da falta de investimento.

Com a chegada do Governo do Partido Socialista ao poder, esta situação inverteu-se completamente e a partir de 1997 os investimentos públicos fizeram-se sentir, contribuindo sobremaneira para a recuperação económica da Região e conciliando de forma perfeita essa recuperação económica com o desenvolvimento social dos açorianos, nomeadamente através de investimentos na área da habitação.

Foi assim que começaram a surgir em todos os Açores investimentos em construção e reparação de estradas de tal forma que, durante os sete anos que se seguiram, foi possível investir 203 milhões de euros na construção e recuperação de 450 Km de estradas,...

Deputado Mark Marques (PSD): Os cartazes dizem 843, ou eu vi mal?

Deputado João Cunha (PSD): Na Graciosa é dois metros por mês!

O Orador: ... mantendo-se o mesmo nível de investimento para o ano de 2004, onde com uma verba de 21.990.884, este Governo se propõe dar seguimento a esse projecto de vital importância para a nossa Região.

Em relação à Protecção Civil, o investimento foi também de forma a consolidar um sector que carecia de melhor atenção, onde a aquisição de equipamentos e construções de aquartelamentos dizem bem do enorme empenho e cuidados tidos na sua gestão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas, demonstrando a grande vocação, que sempre norteou a postura do Governo do Partido Socialista, por resolver as situações mais difíceis que se colocavam aos açorianos, é de realçar acima de tudo, o grande esforço realizado na luta por conseguir melhores condições de vida para todos, nomeadamente no sector da Habitação onde um enorme investimento levado a efeito desde 1997 conseguiu inverter totalmente a triste situação habitacional então existente.

Na verdade, entre 1997 e 2002 foram apoiados 100 casos de colaboração com cooperativas de habitação, 281 em construção de habitação a custos controlados, cerca de 1300 de auto-construção e realojamentos e 450 casos de habitação degradada em média anual.

No que diz respeito à erradicação de barracas, foram estabelecidos vários protocolos com as Câmaras Municipais. Em S. Miguel foram feitos acordos com as Câmaras de Ponta Delgada, Lagoa, R. Grande e V. F. do Campo para a construção de 540 fogos; na Terceira, com as Câmaras de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória para a construção de 592 fogos, e na Graciosa com a Câmara de Santa Cruz para a construção de 10 fogos, (de referir que estes 10 fogos, tais como outros no concelho

de Angra do Heroísmo vieram resolver situações que se arrastavam desde o sismo de 1980) o que perfaz 1142 fogos, num investimento total de sessenta e três milhões de euros, dos quais 37 milhões estão a cargo da Região e 27,9 do INH.

A maioria destes Municípios tem o programa de erradicação de barracas praticamente cumprido. Infelizmente nem todos trabalharam com o mesmo ritmo e a mesma preocupação em conseguir uma habitação condigna para quem continua a viver em barracas, tendo por isso o programa muito mais atrasado. A não autorização pelo Governo da Republica de empréstimos às Câmaras para construção de habitações, está fazendo com que este programa se atrase de forma drástica, para aquelas famílias que ainda não tenham o seu problema habitacional resolvido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em estudo realizado, chegou-se à conclusão que em 1997, 60,3% do parque habitacional era anterior a 1960, e 76% dos edifícios não possuíam betão armado (pilares, vigas e lajes).

Segundo a Constituição da República, no seu artigo sexagésimo quinto, “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Em conformidade com a Constituição, o programa do VIII Governo Regional refere a pretensão de “Prosseguir na Concretização do Direito à Habitação”.

O actual Governo está a mudar os Açores, o actual Governo está a mudar para melhor a qualidade de vida dos açorianos e é seu propósito continuar a acentuar a participação das populações na concepção, produção e gestão da habitação, cooperando por isso com os beneficiários, autarquias locais, cooperativas e outros agentes locais na criação de um parque habitacional qualificado, devidamente equipado e integrado no ordenamento urbano. Sendo necessário por isso continuar a:

- Garantir a infra-estruturação de terrenos e incentivos financeiros, com vista à auto-construção de habitação, devidamente integrada no tecido urbano envolvente;
- Promover a produção de habitação em regime de propriedade resolúvel, dando satisfação a uma faixa da população que não logra obtê-la, quer por falta de enquadramento no regime de crédito, quer por dificuldades na sua aquisição directa;

- Estimular a construção de habitação a custos controlados (CDH'S), através da promoção empresarial e/ou cooperativa, contribuindo decididamente para a eliminação de carências habitacionais, sobretudo, das áreas urbanas;
- Concluir, em parceria com as Câmaras Municipais, os acordos de realojamento existentes e celebrar outros considerados necessários com vista a realojar as famílias que vivam em situações deprimentes, nomeadamente em barracas e similares ou sobrelotação, recuperando, simultaneamente as áreas libertas;
- Proteger as populações que vivem em situações de risco (junto a falésias, orla marítima, taludes, leitos de ribeira, etc.), implementando projectos de salvaguarda habitacional que reforcem a segurança da vida e dos bens dos cidadãos, ou promovendo gradualmente a alteração da sua localização.

É no cumprimento deste propósito que todos os anos são incluídas as verbas no programa 27 para apoiar os cidadãos com menos capacidade económica e tem sido alterada e mesmo criada vária legislação no sentido de tornar mais justos os apoios a atribuir pelo Governo Regional. Para o ano de 2004 estão inscritos 11.582.096 euros mais 22% do que o plano de 2003.

A política assumida por este Governo, no intuito de criar condições para que o maior número possível de famílias tenha a sua própria casa, trará grandes benefícios, em termos sociais, económicos e culturais, e vai criar condições para que as populações se fixem e para que haja estabilidade social.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições na sequência desta intervenção.

(Pausa)

Não havendo inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para uma intervenção.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo Regional do Partido Socialista para 2004 é o último Plano desta Legislatura e, por consequência, o último Plano do seu mandato. Por isso, este Plano não pode ser analisado isoladamente, mas sim na sua articulação com o período que ele encerra. O Plano do Governo para 2004 tem de ser necessariamente julgado no contexto do balanço que é fundamental fazer-se ao deve e haver dos compromissos assumidos por este Governo em 2000 e em que medida, agora que o mandato se encerra, foram ou não cumpridos.

Em relação à Ilha do Faial, os grandes projectos de 2000, assumidos pelo PS no seu programa eleitoral, eram sem dúvida, os seguintes: a conclusão da Reconstrução, a construção da nova Escola Secundária, a construção do Complexo Desportivo do Faial, a reabilitação das estradas regionais e construção da Variante à cidade da Horta e a conclusão da Casa Grande.

Quatro anos depois, que avaliação fazem os faialenses do cumprimento desses projectos essenciais para o nosso desenvolvimento?

Infelizmente, todos eles estão por concretizar. Pior: nenhum deles ficará concluído no fim de 2004. E a prova de que foi por opção deliberada deste Governo que os projectos do Faial ficaram para trás é de que – exceptuando a Reconstrução – todos os outros projectos são já promessas de 1996 e, oito anos depois, desculpa atrás de desculpa, mentira atrás de mentira, estão todos no pé que os faialenses conhecem. Isto é, obra igual a zero.

Mas não foram só os chamados investimentos estruturantes que ficaram por realizar. Muitas outras promessas de 2000 jazem no limbo do incumprimento: a reabilitação das estradas do interior da ilha, a conclusão das obras da lagoa artificial, a reabilitação das termas do Varadouro, a construção do Campo de Golfe e a construção da Pousada de Juventude, entre outros, continuam por cumprir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2000 foi prometida para o fim de 2004 a conclusão da Reconstrução. De início, falava-se tão simplesmente da reconstrução. Depois, introduziu-se uma precisão cheia de significado e plena de consequências: afinal o fim da reconstrução queria

dizer o fim das empreitadas. Ao fim de seis anos, fica, por consequência, muito por resolver.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 1º escalão com o direito a casa, mas sem terreno onde construí-la, apesar de promessas recentes para uma possível solução.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 1º escalão com direito a casa, mas sem terreno para construí-la, apesar de promessas recentes para uma possível solução.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 2º e 3º escalões que não conseguem por si só fazer frente à reconstrução das suas moradias.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 1º escalão que foram afastados contra a sua vontade das empreitadas.

Fica por resolver a situação dos sinistrados que foram afastados dos apoios com a justificação recente de que os danos das suas moradias não foram provocados pelo sismo.

Fica por resolver a situação as heranças indivisas, que impossibilitam a recuperação de algumas moradias.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2004 parece apostar para o Faial, retirando as verbas para a Reconstrução, na construção da Escola Secundária, o que aparenta ser uma boa notícia, mas já sabemos que o que se promete começar a construir é um Pavilhão e que não está programado ao início das obras do chamado corpo da escola. Aliás, a verba inscrita no Plano, 350.000 contos, apenas permitirá colocar a primeira pedra, quando, se as promessas fossem cumpridas, se deveria estar agora a colocar, sim, a última pedra da nova escola.

O mesmo se diga das obras na Casa Grande, que se prometem retomar no próximo ano, depois de estarem há três anos paradas. Os 50.000 contos, inscritos no Plano para tal obra, estão muito e estranhamente longe dos 800.000 contos, acrescidos de IVA, com que o Governo Regional em Agosto do ano passado autorizou a abertura do concurso para a obra. Por isso, tudo indica estarmos perante mais uma

movimentação para levantar alguma poeira em anos de eleições para, logo de seguida, a manterem-se os mesmos protagonistas, ficar tudo na mesma.

O restante do plano de 2004 para o Faial é, em tudo, um pouco do mesmo dos anos anteriores. Por isso, este é um Plano que ajudará a cavar mais fundo a distância que separa esta ilha do resto da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2004 representa o fim de um ciclo de má memória para os faialenses. Um ciclo de esquecimento e abandono, justificado com a desgraça da reconstrução. Um ciclo de tantas promessas feitas e de tantas promessas para cumprir. Um ciclo de concentração do investimento de forma desigual e geradora de profundos desequilíbrios de desenvolvimento.

Um ciclo para o qual os Faialenses terão memória. Para não repetir.

Tenho dito.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancada do PSD e PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Em 1993, já estava eu nesta Assembleia, e um Membro do Governo de então dizia, no fecho da sua intervenção na discussão do Plano para 93, o seguinte:

“Daqui poderemos concluir que ao contrário de outras vezes do bota abaixo, a cidade da Horta, Ilha do Faial, e as suas gentes estarão preparadas para enfrentar o Séc. XXI”.

No Plano de 1993 estava contemplado o início e conclusão do molhe do porto da Horta.

Eu gostaria que o Sr. Deputado dissesse em que ano foi concluída esta obra e qual era o Governo que comandava os destinos dos Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): Está hoje armado em arqueólogo!

O Orador: Do mesmo modo, em 1993, referia que seriam executadas as grandes reparações do pavilhão que acabou de referir naquela tribuna.

Também gostaria que me dissesse se essas obras foram concluídas em 1993.

Referia também que seriam executados 10 km de asfalto no pavimento betuminoso, no ano de 1993, na Ilha do Faial, o que me parece que não terá sido realizado.

Também referia que seria uma realidade a construção de um campo de golfe no Faial, nesse ano.

Gostaria que o Sr. Deputado me localizasse esse campo de golfe.

Deputado Herberto Rosa (PS): Só tem o buraco, não tem o campo!

O Orador: Ainda ontem dei a volta à ilha e não consegui localizar a implantação desse campo.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção, como é hábito, a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e muito rapidamente gostaria de dizer que, para o Partido Socialista, continua a ser possível terminar até 2004, no que diz respeito à reconstrução, o compromisso que o Governo assumiu como sendo responsabilidade sua, o que não significa que até 2004 termine a reconstrução, embora, por vezes, de uma forma hábil e maliciosa, algumas pessoas aparentemente mal formadas ou outras bem formadas e conscientes do que estão a dizer, pretendem fazer passar.

No que diz respeito a algumas das obras que referiu, eu gostaria de dizer que também, como faialense e como político, estaria muito mais feliz, e comigo estariam certamente todos os camaradas socialistas e os membros do Governo, por podermos, nesta altura do ano, garantir que até ao final de 2004, todos os nossos compromissos eleitorais iriam ser cumpridos.

Quer da minha parte, quer da parte de outros responsáveis do Partido Socialista da Ilha do Faial e inclusivamente por parte de outros responsáveis do Partido Socialista

a nível regional, já foi publicamente assumido, por mais que uma vez, que, infelizmente, tal não seria possível e já foram explicados os motivos que levaram a que tal não fosse possível.

Relativamente a alguns desses projectos, pelos quais continuarei a lutar para que se venham a concretizar, nesta altura em que estamos a discutir e proximamente iremos votar os documentos relativos ao último ano desta Legislatura, fico muito feliz por, uma vez mais, poder garantir que o processo de construção da nova escola secundária e os complexos que lhe estão adstritos neste projecto venham a iniciar-se. Em determinada altura desta legislatura foram dados como uma certeza, noutros momentos foram dados como uma incerteza pela negativa, mas graças ao empenhamento do Secretário da tutela, do Sr. Presidente do Governo Regional e do colega das Finanças, conseguimos honrar um compromisso que tinha sido assumido depois de termos garantido que não seria possível assumir nesta Legislatura.

Se me perguntar muito objectivamente se eu gostaria de em 2004 ter este processo concluído, eu direi que não sou ingénuo ao ponto de acreditar que seja possível construir a escola, o complexo desportivo, incluindo o estádio e legalizar todos os terrenos à volta disso. Mas fico muito feliz por tendo passado pelas dificuldades financeiras que se passaram em 2002 e pelos apertos que foram impostos em 2003 e continuarão a ser impostos em 2004, este processo possa ser iniciado.

Muito obrigado. (*)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Onde é que eu já ouvi isto?

Deputado Renato Leal (PS): Não foi comigo, porque nunca falei consigo sobre esta matéria!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Costa Pereira.

O Sr. Deputado enunciou algumas situações que, no âmbito da reconstrução e no entender dele continuam por resolver.

O Deputado Renato Leal já teve oportunidade de esclarecer de forma clara essa situação. Algumas delas ficarão certamente resolvidas até ao final desta legislatura e outras, cuja responsabilidade não é, nem pode ser imputada ao Governo Regional e à SPRHI, certamente não encontrarão nessa data solução. Contudo, qualquer um de nós, Governo e Deputados, não se pode demitir do acompanhamento e até do estímulo da resolução dessas situações.

Indo directamente à questão que quero colocar, ontem estranhei que o Deputado Duarte Freitas, no desenrolar de um rol de números daquela tribuna, no que se refere à questão da reconstrução, tenha ficado, no final de um período e no âmbito de elogios ao Governo da República, por dizer que se continua a apoiar a reconstrução.

O Sr. Deputado Costa Pereira esqueceu-se, certamente por estar limitado pelo tempo atribuído à sua bancada, de dar nota e de informar esta Casa do cumprimento, ou não, do compromisso eleitoral do Governo quanto à transferência de 60% do custo da reconstrução.

Se não me enganei nas contas – se me enganei o Sr. Deputado certamente me corrigirá – será que 20 milhões de contos, num investimento de 36,8 milhões de contos, representam os 60%? (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Lamento o papel que o senhor tem vindo aqui a prestar, quase de abutre, procurando justificar o presente com o passado.

O passado do PSD já foi julgado pelos açorianos duas vezes. Neste momento, os senhores é que estão sujeitos a julgamento. Os senhores é que estão a terminar mais um mandato e vão ser julgados pelos açorianos por aquilo que fizeram ou não fizeram.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado Renato Leal, registo e percebi o embaraço com que abordou as questões que eu levantei e a forma como (tenho que reconhecer!) assumiu que aquilo que eu disse era verdade, isto é, de que a reconstrução não estará terminada em 2004.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso!

O Orador: Quem disse que estaria terminada em 2004 foi o Sr. Presidente do Governo numa reunião que teve logo após a vitória eleitoral ...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): É falso!

O Orador: ... em 2000 com os deputados eleitos por esta ilha.

Nessa reunião, o Sr. Presidente do Governo fez uma calendarização do financiamento e dos pagamentos da reconstrução e disse que a reconstrução estaria terminada em 2004.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso!

O Orador: Só a meio desta legislatura é que os senhores colocaram a nuance de que a reconstrução que estaria terminada era a das empreitadas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Deputado, quem é que se ia responsabilizar pelo INH?

O senhor não está bom da cabeça!

O Orador: Se o Sr. Secretário tem dúvidas, pergunte ao Sr. Deputado José Decq Mota que esteve nessa reunião, se é ou não verdade que o Sr. Presidente do Governo nunca falou em nada disso.

Relativamente à escola Secundária, Sr. Deputado Renato Leal, as suas certezas são as incertezas do Secretário Regional da Educação e Cultura. O senhor tem a certeza de que a escola começará no próximo ano.

O que o Sr. Secretário disse que ia começar era o pavilhão da escola e disse que não sabia quando é que corpo da escola e o restante edifício seriam feitos.

Sobre a honestidade desta proposta de se fazer agora um pavilhão e não se saber quando é que continua o resto, estamos conversados. (*)

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Presidente do Governo Regional pediu a palavra para defender a sua consideração. Foi isso?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Foi sim, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Uso da palavra neste contexto para clarificar o que disse na citada reunião.

O Presidente do Governo Regional disse que a reconstrução estaria concluída no final do ano de 2004, no que se refere naturalmente às responsabilidades do Governo.

Como V. Exa. deve saber, existem pelo menos dois modelos de acesso aos benefícios da reconstrução. Um deles é aquele que é aproveitado por parte dos sinistrados, incluídos em empreitadas públicas, que são projectadas e lançadas a concurso, executadas sob a fiscalização do Governo. São esses casos que são da responsabilidade directa do Governo.

Outros casos existem que são os casos por administração directa.

Nessas circunstâncias, compete ao Governo Regional ter nas suas disponibilidades orçamentais os apoios necessários a prestar aos sinistrados quando e no montante em que eles iniciem as suas obras.

Portanto, se existirem pessoas que não pretenderem efectuar a sua reconstrução este ano de 2003, no ano de 2004 ou no ano de 2005, por exemplo, o Governo terá apenas que reter o montante calculado para participar essa obra que é da exclusiva iniciativa do sinistrado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é defesa da honra?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Regimento nasceu e acabou de ser enterrado!

O Orador: Portanto, o entendimento que deve ser dado às minhas palavras, e naturalmente o entendimento que eu lhe dei e que tenho repetido muitas e muitas vezes, é o de que as empreitadas públicas, relativas ao processo de reconstrução,

estarão todas concluídas no final do ano de 2004. Foi isso que eu disse, é isso que eu continuarei a dizer e é isso que eu espero que venha a acontecer.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No debate que estava a manter com o Sr. Deputado Costa Pereira, retomo uma clarificação.

No verão deste ano, os órgãos responsáveis pelo Partido Socialista no Faial, em conjunto com o Sr. Secretário da Educação, comunicaram aos OCS que estiveram presentes qual era o ponto da situação relativamente a este projecto.

Convém referir que quando se falou na Escola Secundária, quando se apresentou aos OCS o projecto que é volumoso, explicou-se que não se começaria efectivamente pela construção do corpo da escola secundária, mas sim pelo pavilhão.

Portanto, não constitui neste momento nenhuma novidade. Qualquer eleitor atento, qualquer utilizador dos diversos OCS, terá tido oportunidade de perceber aonde iríamos chegar.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Costa Pereira coloca, da avaliação que faz relativamente ao que suponho ter sido um requerimento seu e da resposta do Sr. Secretário, eu quero dizer-lhe que estou inteiramente de acordo com a prudência que o Sr. Secretário utilizou e com a estratégia que seguiu.

Tendo em conta a dificuldade que há em cumprir prazos no que diz respeito a obras públicas nos Açores, eu tenho a certeza absoluta que isto serviria como qualquer geleia, gelatina, marmelada, goiabada ou mangada nas suas mãos, para chamar a um secretário, que ainda sem ter começado a primeira pedra e as muitas outras que se hão-de seguir para termos o pavilhão concluído, mentiroso e que faltava à verdade relativamente a este processo. Isto é, como se costuma dizer, “oiro sobre azul”.

Ainda bem que o Espírito Santo que eu e o Sr. Secretário acreditamos, o iluminou nesta altura para ele responder como respondeu. (*)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, queria cumprimentar um grupo de alunos do curso de serviços comerciais e promoção regional, uma disciplina de economia, da Escola Profissional da Horta, que se encontra a assistir aos nossos trabalhos.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As afirmações que fiz, Sr. Presidente do Governo, foram em relação aos sinistrados do 1º escalão e eles não são tão poucos como parece. Falava dos sinistrados que estavam nas empreitadas, mas foram retirados. Neste momento querem que seja o CPR ou a SPHRI a fazer as suas obras, mas ninguém lhes diz que as faz.

Sr. Deputado Renato Leal, relativamente à escola, eu gostaria de dizer três coisas.

Em relação à prudência que o senhor afirma que comunga com o Sr. Secretário, eu devo dizer que exige-se prudência, mas quem está a exercer funções governativas deve ter, acima de tudo, planificação e deve saber quando faz uma coisa, o que é que vai fazer a seguir.

Em relação a um secretário regional ao qual se pergunta qual a planificação para construção da nova escola e ele afirma que vai construir a escola e que não sabe o que é que vai fazer a seguir, não é preciso dizer mais nada. Estamos conversados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, a história de que iam fazer o pavilhão já constava do plano de 1997. Nessa altura o Sr. Secretário dizia que a nova escola iria arrancar em final de 98 e que ia começar pelo pavilhão. A veracidade dessas promessas está provada através da comunicação social.

Quem disse que o Sr. Secretário era mentiroso não foi eu, foi o senhor.

Deputado Renato Leal (PS): Não senhor, não foi eu!

O Orador: Já agora, apresento-lhe algumas citações como exemplo:

Em Setembro de 1997 o Sr. Secretário dizia que “as obras da nova Escola Secundária iniciar-se-ão em final de 98”. Está publicado no jornal “Correio da Horta”.

Em 17 de Novembro de 1998, o mesmo Secretário dizia neste Parlamento que “está em fase adiantada a elaboração do projecto da nova Secundária da Horta”.

Em Maio de 2000, o Secretário dizia: “na pior das hipóteses, as obras da nova escola começarão no início de 2001”.

Em Novembro de 2001, disse: “as obras da nova escola terão início em 2003 com expressão financeira em 2004”.

Se isto não é verdade, os adjectivos ficam com quem diz essas coisas. (*)

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para informar que o meu acordo relativamente ao procedimento do Sr. Secretário, tem a ver exactamente com essa listagem que o senhor, pelos vistos, prazenteira e felizmente, gostaria de, como membro da oposição, continuar a ter. Não direi mês a mês, mas se possível semana a semana com a evolução que as coisas vão tendo.

É efectivamente para não o municiar com um trunfo importante desses, que convém dizer que neste momento não há mês previsível para o início daquilo que se considera apenas a escola, porque o pavilhão – e eu tenho todas as razões para acreditar – começará no próximo ano.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em que mês?

O Orador: Pois, o senhor gostava até que eu dissesse o dia e de preferência qual o estado do tempo e a hora a que o senhor aterraria no aeroporto da Horta. Mas eu não tenho a certeza do senhor vir a ser convidado.

Segunda questão:

Sr. Deputado Costa Pereira, eu não sei se é por coincidência ou não, mas num prazo que eu tenho que considerar muito recente, aconteceram alguns fenómenos com a construção civil no Faial que nos obrigam a ter as barbas de molho e os desbarbados como eu ficam numa situação perfeitamente virtual.

Relativamente à piscina municipal, à escola do 1º ciclo da Matriz-Conceição, ao edifício do comando da PSP e ao hotel em construção junto à igreja das Angústias, houve necessidade de suspender parcialmente as obras por forma a que houvessem avaliações mais consistentes, mais aprofundadas tecnicamente e melhor fundamentadas relativamente aos solos.

Imagine que sucede uma situação destas lá em cima com este novo complexo. É como eu digo: “é oiro sobre azul” para continuar a dizer que os prazos não se cumprem.

Houve prudência. Bem-haja. (*)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar o último Plano desta legislatura e que deveria ser o epílogo da execução dos Planos que foram aprovados e referentes aos anos de 2001, 2002 e 2003; mas para que o fosse teria sido necessário que esses Planos tivessem sido bem executados e de acordo com o que efectivamente aqui foi aprovado. Aliás estes documentos só serão credibilizados se forem efectivamente cumpridos ou, pelo menos exista forte vontade política de cumpri-los, e quando não cumpridos num ano, haja esforço efectivo para que no ano seguinte as acções não executadas venham a sê-lo, de modo a que fique claro existir vontade política de executar o que é programado.

Em nosso entender, isso não tem sido feito; vamos dar alguns exemplos referentes à Ilha pela qual fui eleito e comprovaremos que em relação às Flores aquilo que teria sido fundamental fazer nos três primeiros anos da legislatura não foi feito, embora

muito constasse dos Planos propostos pelo Governo Regional e aprovados neste Parlamento.

Hoje, é por todos reconhecida a necessidade urgente duma intervenção profunda, séria e eficaz nas estradas regionais de Ilha – em todas elas. E, o Plano de 2001, no Programa 33.1.18 – calamidades – intempéries, contemplava obras de reabilitação em estradas regionais, na Ilha das Flores, mas nesse ano não existiu qualquer obra de reabilitação em estradas regionais nas Flores. Em 2002, Programa 11.2.27 – correcção e reabilitação da Estrada Regional nº 1-2ª contemplava-se a reabilitação de 5 Km na estrada Santa Cruz – Ribeira da Cruz, mas nesse ano não foi executada qualquer reabilitação nas Flores, apesar de também no Programa 33.1.18 calamidades-intempéries – se referir “reabilitação das estradas regionais da Ilha das Flores – início da empreitada entre Santa Cruz e Lajes (1ª Fase).

Em 2003 no Programa 11.2.39 consignou-se e cito “Pavimentação de diversos troços da ER nº1 – 2ª nas Flores. Pavimentação de diversos troços de estradas. Lançamento do Concurso, expropriações e início físico dos trabalhos de empreitada”. Mas, afinal, em 2003, e até ao dia de hoje, têm sido feitas algumas, poucas, conservações correntes, mas pavimentação, expropriações e início físico dos trabalhos não foram executados. Quero lembrar que ao analisarmos estas matérias no ano transacto, no dia 13 de Novembro aquando da votação do Plano e Orçamento para o corrente ano, o Senhor Deputado Herberto Rosa do Partido Socialista, afirmava e cito:

“Contudo, existem alguns troços da estrada das Flores cujo estado de degradação exige intervenção urgente e imediata.

O reconhecimento desta realidade levou a que o Governo Regional, por ocasião da última visita estatutária às Flores, tivesse deliberado autorizar o procedimento destinado à aquisição de um cilindro para a delegação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos daquela Ilha, destinado a reforçar a capacidade de intervenção daquela delegação na rede viária da ilha.

É neste contexto e considerando que para alcançar aquele desiderato, para além do reforço de meios técnicos, é também necessário dotar a referida delegação com os recursos financeiros adequados à sua plena capacidade de intervenção, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta proposta de alteração ao Plano e

Orçamento para o próximo ano, que visa assegurar o efectivo arranque da reabilitação da rede viária da Ilha das Flores, reforçando com 400 mil euros, as verbas destinadas à conservação e reparação das estradas regionais”.

Mas, afinal, o efectivo arranque da reabilitação da rede viária da Ilha das Flores quanto a trabalhos executados e até ao dia de hoje não existiu. Perante isto, que credibilidade tem a afirmação contida na proposta de Plano para 2004 onde se anuncia “o lançamento do concurso e início dos trabalhos de correcção e repavimentação da E.R. 1-2ª até à Ribeira da Cruz. E, não vale a pena o Sr. Deputado eleito pelo PS na Ilha das Flores voltar a dizer que agora é que é, porque fê-lo no ano transacto, mas não foi; nós até acreditámos que seria, mas não foi; é por isso que em relação às estradas das Flores a nossa postura é a de São Tomé – só vamos acreditar que as obras se iniciaram no dia em que através dos nossos olhos vimos esse início e só vamos acreditar no andamento dessas obras à medida que nós próprios as vemos serem executadas.

Outro exemplo também significativo, são as obras nos Portos das Flores; em 2001 programava-se o início das obras de adaptação do edifício da Alfândega a Lota e Casas de Apresto em Santa Cruz; a obra efectivamente iniciou-se, mas tarde, e tem vindo a desenvolver-se com uma lentidão tal que só terminará em 2004; mas as obras que estavam a decorrer no edifício da Lota, nas Lajes, essas pararam e ainda não foram concluídas, até ao presente; em 2002 programava-se a construção de uma oficina de embarcações no Porto das Flores, a qual ainda não se iniciou no presente. Em 2003 anunciava-se o início da recuperação do Porto, mas neste momento pouco mais existe do que o estaleiro da obra, com algumas enormidades como seja a importação de pedra de fora da Ilha para as obras do Porto, como se as Flores não fosse uma das Ilhas em que mais abundam os inertes para qualquer obra de construção civil. Apesar de prometidas e anunciadas em visitas estatutárias do Governo à Ilha das Flores, o porto de recreio das Lajes e as instalações para o Clube Naval não estão contemplados no plano para 2004. Também devo salientar o facto do porto das Flores continuar sem nunca ter tido a iluminação que devia ter, ou a água anunciada e que nunca chegou, ou a possibilidade de combustível para abastecimento dos barcos que também não existe.

Outro exemplo lapidar é o contemplado no Programa 14.1.6 que em 2002 anunciava o “estudo e projecto e lançamento da empreitada para a reabilitação das infra-estruturas da aerogare das Flores”; em 2003 anunciava exactamente o mesmo e até ao presente dessa empreitada o único trabalho efectuado foi o corte de um ou dois pinheiros que se encontravam em frente da actual aerogare, pelo que ninguém sabe o que se quer dizer com a repetição na Proposta de Plano para 2004 do que já veio contemplado nos Planos de 2002 e 2003.

Mas vamos ainda a outro exemplo; no Plano para 2002, Programa 22.2.10 vinha contemplada a seguinte acção “construção de edifício para creche e jardim de infância nas Lajes das Flores – Casa do Povo das Lajes, e explicitava-se “conclusão do projecto de execução para construção de edifício destinado a creche e jardim de infância”, mas os 25.000€ então programados não foram executados, pelo menos na acção programada; no Plano para 2004 volta a ser proposta a mesma acção e assim no Programa 22.2.10 – construção de edifício para creche, nas Lajes das Flores – Casa do Povo das Lajes, vem explicitada a acção “conclusão do projecto para a construção de um edifício destinado a uma creche” e voltam a ser orçamentados 25.000€. Ou seja, a creche e jardim de infância ficará em 2004 por mais um projecto, como tantos outros que foram feitos nas Flores e na vigência do actual governo, que não passam de projecto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Hoje, nas Flores, a população está cansada de ouvir falar em projectos e mais projectos, o que deseja é ver obra efectivamente feita. Viram-se os projectos da aerogare e a obra, embora talvez se inicie, ainda não se iniciou; viu-se o projecto do porto de recreio das Lajes, mas a obra não se iniciou nem se vai iniciar; viu-se o projecto das instalações do Clube Naval, mas os responsáveis do Clube bem que podem esperar porque a obra não se iniciou nem se vai iniciar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao analisarmos o Plano e Orçamento para 2004 não podemos esquecer as deliberações do Governo Regional em relação à Ilha das Flores e tomadas no passado dia 24 de Setembro; em nosso entender, a sua concretização não tem correspondência em relação às verbas disponíveis para a Ilha.

Para além dos aspectos que já referimos, o Governo Regional, nas Flores, comprometeu-se com “a conclusão das obras do fecho do anel Morro Alto – Lombas, possibilitando, assim, a circulação em volta de toda a Ilha”, mas no orçamento do Plano não descortinamos verba suficiente para que tal se concretize, receamos mesmo que a verba atribuída para os caminhos agro-silvo-pecuários seja suficiente para que se mantenham em condições aceitáveis esses caminhos, os quais são indispensáveis para a agro-pecuária das Flores.

Nas Flores, o Governo Regional comprometeu-se com “as obras de reabilitação do Porto Velho”, mas no Plano não descortinamos a correspondente verba a tal destinada.

Nas Flores, o Governo Regional comprometeu-se com “a elaboração do projecto de requalificação do porto de Ponta Delgada” das Flores, mas no Plano não encontramos verba para esse objectivo.

Nas Flores, o Governo Regional comprometeu-se com “o reforço de meios financeiros destinados à conclusão das obras de beneficiação do Centro de Saúde”, mas no Programa 20 – Infra-estruturas de Saúde – não existe qualquer verba desagregada para as Flores.

Podíamos continuar a analisar o comunicado do Governo Regional quando esteve nas Flores, e não encontramos correspondência entre as decisões tomadas e as verbas necessárias à sua concretização – não existem verbas desagregadas para o acordo de cooperação técnico-financeira para participar as obras de saneamento básico, arranjos urbanísticos e reabilitação das ruas de Santa Cruz, não existem verbas desagregadas para o apoio à “exportação de resíduos industriais, designadamente pneus, óleos usados e baterias”, etc, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com o Plano e Orçamento em análise, ainda não será no ano de 2004 que a Ilha das Flores verá concretizadas as infra-estruturas necessárias a um desenvolvimento equilibrado e sustentado; com o Plano e Orçamento para 2004, embora as verbas orçamentadas fossem executadas, o que duvidamos, a Ilha das Flores não vai ter um desenvolvimento que a aproxime de outras Ilhas.

Este Plano e Orçamento não abrem perspectivas positivas para a Ilha das Flores; este Plano e Orçamento não servem a Ilha das Flores. Este Plano e Orçamento merecerão o nosso voto negativo.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

Presidente: Estão abertas as inscrições sobre esta intervenção.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois esclarecimentos muito breves.

O Sr. Deputado Paulo Valadão teve oportunidade de ver comigo a construção de todo o material necessário para que as obras de mar se iniciem na hora que se devem iniciar, ou seja, quando houver bom tempo.

Neste momento está a ser feito em terra aquilo que deve ser feito.

Há um planeamento que é feito pela empresa. A empresa é idónea e sabe exactamente o que é que deve fazer. Tem um cronograma que lhe foi adjudicado. Portanto, está a decorrer normalmente.

Não considero correcto da sua parte, o que afirmou em relação às pedras que são necessárias. Isso é um problema da própria empresa. Ela é que terá que encontrar as formas mais adequadas para encontrar os materiais inertes necessários para a reabilitação do porto.

Isso não depende da Secretaria Regional da Economia. A empresa é que deve escolher os métodos mais correctos para prosseguir a obra.

Não sei o que é que Sr. Deputado pretende. Se é ter uma pedreira na sua terra, normalmente as pedreiras acarretam sempre problemas ambientais.

No que diz respeito à aerogare das Lajes, a obra está adjudicada à mesma empresa em consórcio com outra empresa. Essa outra empresa também é idónea.

O projecto é excelente e envolve 2 milhões e 40 mil euros. Em termos de moeda antiga, essa quantidade representa 400 mil contos.

Neste momento, no que diz respeito à Secretaria Regional da Economia, está em obra 12 milhões de euros no que respeita à Ilha das Flores.

Se calhar no passado nunca houve tanto investimento naquela ilha como está a haver neste momento na Ilha das Flores.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs.

Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão transpôs o debate para uma questão metafísica, para uma questão de fé.

O Sr. Deputado, curiosamente, colocou-se agora na posição de São Tomé, quer ver para crer. Eu estou quase em dizer que mesmo quando vê não crê, porque algumas das coisas que o senhor referiu já as podia ter visto.

Se o senhor, por exemplo, tivesse analisado o Plano com atenção, teria encontrado 300 mil euros que estão consignados para a cooperação técnico-financeira entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Santa Cruz, para a reabilitação da baixa da Vila de Santa Cruz.

Se o Sr. Deputado tivesse vontade de ver, também teria visto as obras que estão a decorrer no porto das Lajes. A comunicação social da ilha referiu que as obras de reabilitação do porto das Lajes se iniciaram em Agosto e, inclusivamente, neste momento, já existem obras de mar.

Se o Sr. Deputado quisesse ver, também já teria visto e poder-se-ia ter informado, por que é que neste momento parte do parque de estacionamento do aeroporto está vedado e tem uns contentores com o nome de umas determinadas firmas.

A obra certamente está consignada. As empresas estão a montar estaleiro para iniciar a obra. Em nenhum lado do mundo a obra se conclui antes de ser iniciada. A obra tem uma forma e um calendário para ser executada.

É demagogia. É não querer ver.

Relativamente às estradas eu sou o primeiro a lamentar, com muita pena, que a rede viária das Flores só agora esteja em condições, com atraso é certo, atrasos esses que têm justificação. Só agora é que a repavimentação e requalificação da rede viária teve um arranque efectivo depois de se ter resolvido o problema das pontes e outros problemas que surgiram resultantes de calamidades.

O Sr. Deputado não referiu, e honestamente podia tê-lo feito, que não constava do último Plano a Médio Prazo investir 10 milhões de euros na reabilitação do porto das Lajes.

O dinheiro não cresce nas árvores. Se nós estamos a colocar 10 milhões de euros no porto das Lajes, o dinheiro tem que vir de algum lado. Há obras que têm que deslizar, aliás, como este Governo fez quando apresentou a revisão do Plano a Médio Prazo.

O que lhe digo, e o senhor também sabe porque lê jornais, é que já está adjudicada a obra do Ramal da Fajã Grande (4,5 km) que vai absorver aquele dinheiro que o senhor referiu. Ainda bem que lembrou que foi o PS, através de mim, que apresentou essa proposta e a fez aprovar. Eu já não me lembro qual foi a sua posição e a do seu partido em relação a essa matéria.

Também lhe posso dizer que se o senhor tiver atenção, verá que já está publicado o aviso do concurso para a reabilitação da estrada Lajes/Santa Cruz em 12,2 km e se vir a imprensa de Janeiro verá que vai ser publicado o aviso de concurso para o troço Ribeira da Cruz/Santa Cruz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma informação muito breve.

Em primeiro lugar, o Governo Regional, desde 1997, teve um investimento vultuoso em matéria de estradas regionais na Ilha das Flores, mas teve que acudir a situações que se vinham verificando desde 1995.

Foi por isso que na VII Legislatura esse grande investimento, que teve alguma consequência a nível da conservação corrente, se cifrou à volta dos 9,3 milhões de

euros em matéria de estradas regionais, sem prejuízo de já ter dito aqui que era vontade política ganhar décadas de atraso no que se refere a estradas regionais nas Flores.

É preciso reafirmar, porque é verdade, que à data de 1996, não havia um metro ou um centímetro de asfalto betuminoso em qualquer estrada da Ilha das Flores. Isso é um ponto de partida que não é mau, é péssimo.

O primeiro troço que se intervencionou foi a chamada recta das Lajes numa extensão de 2,9 km, mas a rede viária das Lajes sofria e ainda sofre um atraso muito significativo.

Também é verdade que quando foi possível, depois da reprogramação financeira que foi feita em 2003, deu-se um sinal claro de que nós iríamos avançar para essa reabilitação. Assim aconteceu com o primeiro concurso que já está consignado no Ramal para a Fajã Grande.

Ela só não se iniciou, como nós dissemos aqui, porque houve alguns atrasos no recebimento do visto do contrato e a empresa, como já estava muito em cima de Dezembro, na sua programação financeira, entendeu que não lhe seria possível arrancar com a obra antes do final do ano.

Como sabe, as empresas, normalmente, vão para férias a partir do dia 15 de Dezembro e por isso não tiveram disponibilidade para montar o estaleiro.

De qualquer modo, a verba inscrita foi fundamental para permitir a aprovação do contracto em sede do Tribunal de Contas. Portanto, o prejuízo não foi tão grande quanto poderia ter sido.

Nós fizemos mais. Já avançámos para o anúncio do concurso público da reabilitação da estrada entre Lajes e Ribeira da Cruz e temos a intenção de continuar esta empreitada de modo a dar um sinal claro aos florentinos de que essa é a nossa vontade política, mas é uma vontade política que já está materializada em actos.

Nós já iniciámos a recuperação das estradas regionais das Flores. Temos uma empreitada consignada, temos uma empreitada que vai arrancar, desde que a empresa tenha a disponibilidade para isso e pelas informações que disponho será em Janeiro e temos um novo concurso a decorrer. Portanto, houve boa vontade. Há

dinheiro inscrito no Plano e esse é um compromisso assumido pelo Governo Regional que tem materialização efectiva nesta Legislatura. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por imperativos de tempo não vou prolongar o debate.

De qualquer modo, em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Srs. Secretários os esclarecimentos que deram.

Em segundo lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Herberto Rosa que não é um problema de fé, é um problema de falta de fé, mas cá estaremos e continuaremos, pelo menos até ao mês de Outubro, para ver com os nossos próprios olhos aquilo que for feito.

Finalmente, gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Da verba inscrita no Orçamento para o corrente ano, quanto é que pensa que vai ser utilizada em relação às estradas das Flores até 31 de Dezembro, (se é que poderá fazer aproximadamente este cálculo)? (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Para completar os esclarecimentos que há pouco fiz naquilo que à Ilha das Flores diz respeito.

O Sr. Deputado referiu as casas de aprestos. Eu penso que aí não o vou acusar de não ver a obra, mas posso-lhe dizer que na próxima segunda-feira a obra estará concluída.

Se a sua intervenção teve algum mérito, foi o de acelerar de tal forma os trabalhos, que na próxima segunda-feira estarão concluídos e o empreiteiro entregará a obra à entidade que a adjudicou.

Quanto à oficina de reparações de embarcações das Lajes, a obra vai ser lançada a concurso e é relativamente pequena. Tem um prazo de 5 meses para ser executada. Portanto, tudo indica que ainda vamos a tempo nesta Legislatura, mas se não concluirmos nesta Legislatura, cá estaremos na próxima, porque estamos aqui numa perspectiva de continuidade dos Açores.

Se os Açores estiveram muito tempo parados, não foi com este Governo, nem com este partido.

Portanto, nós daremos continuidade e temos obras que vão para além de Outubro.

A ideia peregrina de que o Plano e uma legislatura são uma coisa fechada e tudo tem que começar e acabar, é perfeitamente absurda. Isso não acontece em nenhum lado do mundo.

Portanto, nós temos obras que vamos continuar com muito gosto e muitas outras obras que ainda não lançámos vamos anunciar e vamos fazer. Pode estar descansado e havemos de cá estar para falar sobre isso.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é que é ter fé!

O Orador: Relativamente ao porto de Ponta Delgada, já estiveram técnicos da área de engenharia nas Flores a fazer os primeiros levantamentos. Há trabalhos batimétricos e de mergulho que terão que ser feitos mais à frente. De qualquer modo, esse processo, em termos de elaboração do projecto, tanto quanto sei, está a decorrer. Já estiveram lá dois engenheiros para trabalhar em relação a essa matéria.

O Porto Velho é também uma pequena obra de prolongamento de cais e de rampa que, tanto quanto eu sei, é para ser executado de acordo com o plano para o próximo ano.

Quanto às verbas, o Sr. Deputado sabe que para além das verbas do plano, nós temos fundos comunitários, fundos e serviços autónomos. Portanto, nalguns casos, os capítulos não estão suficientemente dotados no plano, mas são dotados nos orçamentos de organismos autónomos, nomeadamente fundos regionais que têm dotações e que executam eles próprios determinadas obras.

Portanto, dinheiro para aquilo que o Governo prometeu fazer e para este plano que o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar, com muito orgulho, vão aprovar e vão defender, obviamente, que não faltará.

As obras vão ser feitas.

De qualquer modo, a seu tempo, nós poderemos voltar a fazer este balanço que é sempre agradável e produtivo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para dar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

A Direcção Regional de Obras Públicas tem orientações claras para que o possível dessa verba que estava orçamentada para as Flores continue nas Flores, nomeadamente em matéria de conservação, mas o mais importante é dizer-lhe que a estrada regional, que vai ser repavimentada, do Ramal da Fajã Grande, não vai ficar minimamente prejudicada pelo facto da execução de 2003 ser baixa ou até não se poder ter feito um adiantamento ao empreiteiro, como aliás é legal.

Portanto, o que é importante nesta matéria é dizer que, por um lado, estão garantidas as verbas para que essa empreitada que está consignada e que se vai iniciar em Janeiro tenha a sua fluência normal no calendário que está previsto e, por outro lado, no sentido de minimizar a eventual situação de não perda de verbas para a Ilha das Flores em matéria de estradas regionais, há uma orientação de direccionamento da maior parte das verbas em matéria dos trabalhos de conservação corrente que são também dispendiosos e que têm que ser feitos ao longo de todo o ano, nomeadamente no Inverno. (*)

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, vamos passar à próxima intervenção.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois dos melhores planos de sempre apregoados pelo Sr. Presidente do Governo, este Plano e Orçamento para 2004, agora em discussão têm o condão de fazer cair a máscara ao ilusionismo dos governos socialistas da nossa Região.

Estes documentos, que trazem sempre as mesmas obras, têm apenas um fim à vista que é servir os objectivos eleitoralistas e eleiçoeiros dos socialistas.

À semelhança de anos anteriores, mais uma vez vemos velhas promessas inscritas no Plano que daqui por alguns meses veremos que de novo foram adiadas.

São velhos projectos que já deveriam estar ao serviço dos açorianos, mas que por inércia e moleza dos socialistas não saem do papel.

Para quê falar mais das promessas feitas pelo PS aos Graciosenses?

Aquilo que não foi executado em 7 anos será agora feito em alguns meses?

Nem eu, nem os Graciosenses já acreditamos que elas possam ser cumpridas por este Governo!

Onde estão nestes documentos as políticas orientadoras que visem a eliminação dos elevados desperdícios da administração pública regional bem como das práticas de despesismo que nos últimos anos se generalizaram em todos os sectores dependentes do Governo Regional?

Por outro lado, os desequilíbrios económicos e financeiros que se vão acentuando entre as ilhas, nos diversos sectores da nossa sociedade, são o reflexo do total desacerto das políticas seguidas pelos diversos planos deste Governo e neste, mais uma vez, não se vêem mecanismos de correcção.

Este Governo socialista preocupa-se, acima de tudo, em defender a sua imagem e na distribuição de facilidades aos seus boys e afilhados e o resultado disso são mais e maiores injustiças sociais.

Não têm sido resolvidas infra-estruturas que fazem falta em algumas das ilhas, as quais bem poderiam ajudar a resolver as dificuldades, de vária espécie que são sentidas.

Esta postura irresponsável tem também conduzido a uma política orçamental inconsistente, que nos afasta cada vez mais dos padrões de vida médios, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

Não há uma verdadeira política de crescimento económico para o todo regional.

Não há uma política de valorização e qualificação dos nossos recursos humanos que leve à criação de mais e estável emprego.

Agora, que estamos no final da legislatura, bem se vê que a “autonomia cooperativa” e a “solidariedade”, tantas vezes apregoadas não passavam de mentiras camufladas.

O fruto de anteriores planos, irmãos gémeos deste conduziu as ilhas mais pequenas, onde se inclui a Graciosa, a um estrangulamento cada vez mais agudo.

Também à semelhança de anteriores este documento não contempla uma forma de governar que perceba quando, em quê e onde deve o Estado intervir.

Uma forma de governar que compreenda os problemas e dificuldades de cada uma das ilhas, criando-lhes a solução capaz de produzir desenvolvimento e riqueza.

Não se vêem nestes documentos medidas de discriminação positivas que travem o terrível processo de desertificação acelerado, da minha e de outras parcelas da Região.

Pelo contrário, hoje, um graciosense, está sim discriminado, mas negativamente.

Por exemplo, para se deslocar ao continente português paga mais que um micaelense, um terceirense ou um faialense.

O orçamento, para 2004 também nos revela que somos e continuaremos a ser discriminados.

Por exemplo, para São Miguel, prevêem-se verbas para pagar obra feita, inaugurada há pouco tempo, com fogo de artifício e festança socialista, como é o caso da variante Ponta Delgada/Lagoa, mas para a Graciosa, nos últimos orçamentos anuais, temos visto dinheiros para pavimentações de estradas regionais, mas o que é certo é que esses dinheiros esbanjam-se e de pavimentações nem uma amostra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mais do que discutir este plano que não altera nada das más políticas deste Governo é preciso dizer que a nossa Região tem de mudar de rumo.

Há anos, nesta tribuna disse que não sabia em que barco iria a nossa autonomia, se num a remos ou se num a motor.

Perdemos a oportunidade de comprar um bom motor com os milhões que foram postos à disposição destes governos da responsabilidade dos socialistas, mas que foram desperdiçados.

Agora, vê-se bem que o barco da Autonomia vai a remos e alguns estão mesmo partidos o que faz com que em alguns momentos estejamos à deriva.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Isto é, há sectores chaves como a saúde, a educação, o turismo, habitação, a agricultura, acessibilidades e outros, que estão perfeitamente sem rumo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Na minha ilha, a Graciosa, à semelhança de outras parcelas irmãs da Região, diria mesmo que quase tudo vai doente ou definhando, exactamente à semelhança deste Governo Socialista que ainda temos.

O Plano e Orçamento para 2004, e que agora temos entre mãos, nada trazem de positivo e nessa medida só apresentam expectativas negativas aos Açorianos, e por isso não merecem a nossa aprovação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não minto se disser que as açorianas e açorianos, cada vez mais desejam o ano de 2004, não para materializarem este Plano, porque sabem que isso não será possível, mas para mudarem de políticas e de rumo nas próximas eleições, com vista a terem um Governo que possa tornar reais os seus justos anseios.

Essa mudança torna-se imprescindível após mais este falhanço em que nos mergulhou, a todos, esta malfadada governação socialista do Sr. Carlos César, do Senhor Contente e restante companhia.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O meu tempo é curto e eu tenho que ser o mais sintético possível.

Acerca das promessas que não saíram do papel, Sr. Deputado João Cunha, lembre-me que foi graças a este Governo do Partido Socialista, liderado por Carlos César, que saíram do papel promessas do PSD no que diz respeito à central termoelétrica prometida em 92 e que entraria em funcionamento em 95.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Essa obra deve ser inaugurada no próximo mês de Janeiro ou Fevereiro.

Deputado João Cunha (PSD): Se fôssemos governo ela já tinha sido inaugurada há muito tempo!

O Orador: Houve também mais uma promessa do PSD que saiu do papel, ou seja, o reforço do molhe do cais comercial da Praia. Foi graças a este Governo do Partido Socialista que o molhe foi reforçado, cujo montante utilizado foi praticamente o custo da obra inicial.

Foi também graças a este Governo do Partido Socialista que saiu do papel a promessa da protecção da orla marítima dos Fenais, Carapacho e Santa Cruz, salvo erro, para proteger parcialmente ainda a orla costeira dos Fenais.

Foi também graças a este Governo do Partido Socialista que saiu do papel a promessa feita pelo PSD em relação à construção da nova fábrica de lacticínios que, possivelmente, em Janeiro ou Fevereiro será inaugurada e para a qual o senhor possivelmente será convidado, como não poderia deixar de ser. (*)

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado João Cunha fala em investimento na valorização dos recursos humanos, até parece que se esquece que foram nestes mandatos destes Governos da responsabilidade do Partido Socialista, que mais se investiu em formação profissional.

O Sr. Deputado falou que não houve uma política de valorização de recursos humanos durante estes dois mandatos.

Nunca houve, durante os 20 anos de governação anteriores ao PS, da qual em parte o senhor também foi responsável, pelo menos no último mandato, tanto investimento em formação profissional como tem havido nestes últimos anos.

Deputado João Cunha (PSD): Mal feita!

O Orador: Isso é a sua opinião. No seu tempo não fizeram nada, o que foi pior!

Deputado João Cunha (PSD): Não, não foi pior!

O Orador: Este pode não ser o orçamento ideal para cada ilha, mas temos que ver o enquadramento macro económico regional.

Nós temos um Orçamento para 2004 que vem satisfazer globalmente as posições, as dificuldades e as necessidades da Ilha Graciosa.

A construção do porto de pescas que se vai iniciar, é uma obra extremamente necessária ao desenvolvimento deste sector da economia, porque em 2002 o porto da Praia foi o sexto em valor de pescado regional. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Srs. Deputados com este tipo de intervenção demonstram que têm memória curta. O PSD, na Ilha da Graciosa como em todas as ilhas dos Açores, tem obra feita. Os senhores querem fazê-la esquecer para não ofuscar o pouco que os senhores fizeram em 7 anos.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Quem é que escreveu isso?

O Orador: Eu é que escrevi, porque já sabia qual era o tipo de resposta que vinha do lado de lá. Portanto, já sabemos de cor o que os senhores vão dizer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Na Ilha Graciosa, os Governos do Partido Socialista, para além de conservarem e de ampliarem as infra-estruturas feitas pelo PSD, como são o porto comercial, a aerogare, o parque de estacionamento contíguo, a escola Secundária 2/3, o aeroporto, o matadouro e o quartel de bombeiros e outras coisas mais que me escuso de enumerar para não gastar tempo, tudo isso foi feito pelo PSD.

Deputado José Rego (PS): Em 20 anos!

O Orador: Para além destas obras, os senhores fizeram pouco mais.

Se tivéssemos sido governo neste últimos mandatos (ainda bem que não fomos, porque assim os açorianos ficaram a saber daquilo que os senhores são capazes, isto é, de que são capazes de bem pouco) teríamos feito muito mais do que isto que os senhores fizeram e era com uma perna às costas, podem crer. (*)

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se compararmos em termos de investimento, na última legislatura do PSD foram investidos 1 milhão e 400 mil. Nos 4 anos seguintes o PS ultrapassou em mais de 100% os investimentos na Graciosa.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor actualize os preços para fazer essa comparação!

O Orador: Graças a este Governo do Partido Socialista temos agora uma nova aerogare.

Deputado João Cunha (PSD): Uma nova aerogare? Não, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado, ela foi ampliada e muito bem ampliada.

Temos também o novo parque de estacionamento do aeroporto, a ampliação da Escola Básica de Santa Cruz em que o Governo participou com 85%, o pavilhão para apoio às actividades de desenvolvimento agrário, a ampliação e mobilização da

Casa de Matança, 5 casas de aprestos no porto da Folga, 8 casas de aprestos em Santa Cruz da Graciosa, colocação de um guindaste no porto da Folga, grande reabilitação do molhe comercial da Praia, construção de armazéns da EDA, construção de um edifício no centro de Santa Cruz para escritório da EDP, correcção de curvas no rebentão com aquisição de terrenos, correcção da curva do estreito das Covas, repavimentação da estrada Santa Cruz/Guadalupe por onde passa todos os dias, repavimentação da Rua do Corpo Santo, repavimentação do Lago da Calheta, repavimentação do Lago do Barão de Guadalupe, repavimentação da Rua do Arrabalde, repavimentação da Avenida de Mousinho de Albuquerque, repavimentação da Rua Marquês de Pombal, repavimentação da Infante D. Henrique, asfaltagem de caminhos agrícolas, asfaltagem da estrada de acesso ao farol da Restinga, repavimentação da estrada regional das Dores-Calhau Miúdo...

Deputado João Cunha (PSD): Quantos quilómetros dão, ou melhor, quantos metros?

O Orador: Sr. Deputado, para além disto, o senhor falou em discriminação.

A discriminação deste Governo do Partido Socialista em relação à Graciosa foi muito positiva.

Lembre-se que nós estivemos sempre na linha da frente em termos de distribuição per capita.

Deputado João Cunha (PSD): Não se vê. É como o caso das estradas, há sempre dinheiro, mas estragam-no e não se vê nada!

O Orador: Apenas, durante dois anos, ficámos em 3º ou 4º, devido ao que aconteceu no Faial e no Pico.

Efectivamente, há um desenvolvimento harmónico e a Graciosa muito beneficiou e estamos perante um Governo que foi o melhor de sempre.

Na Ilha Graciosa os números falam por si. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por que é que se investe mais 600 mil euros na aerogare da Graciosa?

Era pequena, Sr. Deputado. Estava ultrapassada.

Por que é que se investiu 900 mil euros na Casa de Matança?

Deputado João Cunha (PSD): É porque existe. É porque o PSD fez obra na Graciosa!

O Orador: É porque existe e porque não estava adequada aos tempos actuais.

Estas obras estavam totalmente desactualizadas.

Portanto, para concluir, gostaria de registar que estes Governos do Partido Socialista têm investido muito na requalificação de todas as obras na Ilha Graciosa.

A população está satisfeita com isso. (*)

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Ex. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Colegas de Governo:

O Serviço Regional de Saúde (SRS) é actualmente composto por três hospitais, dezasseis centros de saúde e um Centro de Oncologia.

Num dia normal de funcionamento, 462 pessoas inscrevem-se nas urgências hospitalares; 668 pessoas inscrevem-se nas urgências dos centros de saúde; 569 pessoas são observadas nas consultas externas dos hospitais; 30 pessoas são operadas nos hospitais; 9 pessoas nascem nos 3 hospitais da Região; 1006 pessoas consultam o seu médico de família; gasta-se 945.221 euros por dia. O que significa, também em média e por pessoa, um gasto diário de 3,9 euros e anual de 1.460 euros. Procurando encontrar consensos, através de um documento estratégico, o Governo está a preparar, em conjunto com um grupo de peritos, a elaboração do Plano Regional de Saúde, o qual será posto brevemente à discussão pública.

As principais orientações estratégicas do futuro Plano Regional de Saúde passam pela promoção de um Sistema Integrado de Prestação de Cuidados de Saúde, pelo

investimento na promoção da saúde e prevenção da doença e pela sensibilização do cidadão para a responsabilidade que tem perante a sua saúde individual e perante o Sistema de Saúde Regional.

A operacionalização destas orientações estratégicas far-se-á através da implementação de diversos programas de saúde orientados para a melhor gestão tendo em vista a obtenção de melhores resultados em saúde, e abrangerão diversas áreas temáticas nesta área.

Continuará a ser nossa orientação o respeito pelo interesse público, pela defesa da equidade no acesso dos cidadãos da nossa Região, pela defesa dos que têm menos voz, pela organização de um Serviço Regional de Saúde que responda às necessidades em saúde da população, independentemente da ilha onde resida, pela contenção financeira e, sobretudo, pela mais eficiente aplicação de recursos disponibilizados para o sector. Os cidadãos e os seus legítimos interesses e necessidades, adequadamente ponderados pelo que deve ser um Sistema de Saúde com as características do nosso, devem ser o fio condutor das políticas de saúde.

Nas últimas décadas, a despesa pública em saúde, medida em percentagem do PIB, tem aumentado em todos os países europeus.

A conjugação de um conjunto de factores determina que as despesas públicas com a saúde da nossa população aumentem de forma quase inevitável. O aumento da esperança de vida à nascença de cada ser humano – a qual aumentou no nosso país em cerca de nove anos para os homens e cerca de dez anos para as mulheres, em apenas trinta anos – assim como o envelhecimento da população – no mesmo período a população portuguesa com mais de 65 anos passou de cerca de 10 % para aproximadamente 17 % – só foi possível com a generalização da utilização dos serviços de saúde e com o recurso a tecnologias médicas de diagnóstico e tratamento bem como de medicamentos cada vez mais eficazes e mais caros.

Assim, o aumento da esperança de vida e da qualidade de vida só tem sido possível com crescentes gastos em saúde. É o preço a pagar... É a opção política que consensualmente se fez.

No entanto, mesmo num cenário de completa optimização da utilização de recursos é de esperar, segundo as conclusões do relatório do último Fórum Europeu de Saúde, que a despesa em saúde possa ainda vir a aumentar.

Que fazer então neste cenário de crescimento da necessidade de afectação de recursos ao sector da Saúde?

Os Açores não fogem a esta tendência global. A generalização da oferta de cuidados de saúde é uma realidade espalhada por estas nove ilhas do nosso Arquipélago. O envelhecimento populacional, sobretudo em algumas ilhas, é um facto. O esforço no investimento em recursos humanos e em tecnologias de saúde no Serviço Regional de Saúde – dentro de critérios de racionalidade económica – é um esforço que se tem vindo a efectuar ao longo dos anos e que certamente vai ter de continuar. Em suma, o desenvolvimento contínuo do Serviço Regional de Saúde tem originado significativos ganhos em saúde à nossa população, facilmente demonstráveis, mas que nos escusamos aqui de referir.

Gostaríamos de ver afectos mais recursos financeiros ao Serviço Regional de Saúde. Mas conhecemos também o contexto financeiro que norteou a afectação de recursos financeiros do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2004, pelo que só nos resta continuar o caminho de racionalização e de comprometimento das administrações das unidades de saúde integrantes do Serviço Regional de Saúde com as orientações da Tutela.

Com a entrada em funcionamento, no início do próximo ano, da SAUDAÇOR, SA, estarão criadas as condições para a separação clara entre o prestador de cuidados de saúde e o seu financiamento, passando o relacionamento financeiro com as unidades de saúde do SRS a estabelecer-se mediante contratos de gestão, com a contratualização de orçamentos devidamente planeados de acordo com objectivos, que variarão de acordo com as áreas assistenciais e com uma fundamentada programação de actividades, sem descurar garantia da qualidade da prestação directa de cuidados de saúde. Haverá assim um aumento do controlo de gestão, tanto ao nível das unidades de saúde como da própria Tutela. Os órgãos de gestão das unidades de saúde têm de ser a “primeira linha” de responsabilização pelo desempenho do SRS, a todos os níveis, neles se incluindo a garantia da prestação de

cuidados de saúde adequados às necessidades da população, de modo mais eficiente possível, isto é, com controle de custos e das despesas no sector.

Para isso estão a ser desenvolvidos já um conjunto de ferramentas de gestão, como a implementação prática da contabilidade analítica por unidade de saúde, a qual nos permitirá aferir da eficiência de cada unidade de saúde e do padrão de custos, por actividade, em cada uma delas.

A implementação do projecto NETVITA é assim a principal alteração quantitativa e qualitativa que o Plano de Investimentos na área da saúde apresenta para 2004.

Pretende-se basicamente:

Contribuir para melhorar os resultados em saúde, através do recurso a ferramentas electrónicas de apoio à actividade assistencial (prática clínica);

Contribuir para melhorar a gestão técnica-assistencial, operacional e estratégica, através da optimização e simplificação de procedimentos no registo de informação, da criação de mecanismos de intercâmbio de informação entre serviços e instituições;

Contribuir para o desenvolvimento profissional contínuo, através da disseminação continuada de informação e formação;

Contribuir para melhorar a qualidade e oportunidade da informação.

Em termos imediatos, avançará a emissão do Cartão de Utente, o que nos permitirá melhor caracterizar os utentes do SRS e o Sistema Integrado de Gestão das Unidades de Saúde, para o qual já no corrente Plano de Investimentos de 2003 foram disponibilizadas verbas significativas e que serão reforçadas no próximo Plano de Investimentos para 2004.

De resto, o balanço da política sectorial prosseguida durante a vigência do PMP 2001-2004 permite-nos aferir que durante este período:

Concluíram-se as grandes obras de construção do Centro de Saúde da Povoação, Centro de Saúde da Praia da Vitória, Unidade de Saúde da Lagoa, prosseguiram as grandes remodelações e ampliações no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, Hospital da Horta, Centro de Saúde da Calheta, Centro de Saúde da Madalena.

Equiparam-se os novos serviços do Hospital da Horta, Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, Centro de Saúde da Povoação, Centro de Saúde da Praia da Vitória e Unidade de Saúde da Lagoa.

Continuou a equipar-se o Hospital do Divino Espírito Santo.

Instalou-se um mais eficaz serviço de alojamento de doentes em Lisboa.

Iniciou-se a instalação duma mais moderna e eficaz rede de comunicações e informática.

Prosseguiu-se com o programa de formação profissional em curso.

Na execução do Plano de Investimentos do Sector da Saúde destacam-se, como principais acções implementadas durante o ano de 2003, as seguintes:

Desenvolvimento dos trabalhos preparatórios para a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Início dos procedimentos para a construção do Serviço de Atendimento Permanente, Centro de Emergência Médica e Medicina de Catástrofe, no Hospital do Divino Espírito Santo.

Início dos procedimentos para beneficiação dos Centros de Saúde de Angra do Heroísmo, da Graciosa e de Santa Cruz das Flores.

Deu-se continuidade às seguintes empreitadas em curso:

Conclusão de empreitadas em curso no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, designadamente a construção de dois blocos para instalação de gabinetes e remodelação da cozinha, bem como outros melhoramentos;

Conclusão da empreitada de construção do Bloco para a hemodiálise, hematocologia e Unidade de Cuidados Intermédios no Hospital da Horta;

Continuação das obras de remodelação e ampliação de várias Unidades de Saúde, designadamente os Centros de Saúde da Calheta, de Velas, da Madalena e das Lajes do Pico, bem como da estrutura de acolhimento de doentes em Lisboa.

Visando a modernização tecnológica e o apetrechamento das Unidades de Saúde de forma a melhorar a oferta de cuidados de saúde com a aquisição de equipamentos considerados indispensáveis ao bom desempenho nas vertentes de diagnóstico e terapêutica destacamos as seguintes acções:

Continuação do apetrechamento de diversos serviços dos Hospitais de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, destacando-se o apetrechamento da UCI, do Hospital do Divino Espírito Santo e Hospital da Horta, sendo de salientar neste último o apetrechamento das Unidades de Hemodiálise, Hematooncologia e Unidade de Cuidados Intermédios;

Continuação do apetrechamento de várias Unidades de Saúde, destacando-se a aquisição do aparelho fixo de RX para o Centro de Saúde da Graciosa e a atribuição da primeira participação financeira para a aquisição de idêntico equipamento para o Centro de Saúde da Horta;

Aquisição de veículos para substituição do Parque Automóvel do Serviço Regional de Saúde, considerando que a antiguidade e estado de degradação dos mesmos se afiguravam incompatíveis com o apoio necessário ao serviço domiciliário e aos postos de saúde e enfermagem;

De acordo com outros objectivos sectoriais fixados em 2003, respectivamente assegurar a continuidade da implementação da Telemedicina na Região e a instalação das redes de estruturadas de dados e voz nas Unidades de Saúde, cumpre destacar, para além do projecto NETVITA, a relevância o projecto piloto que estabelece a ligação ao nível da Teleradiologia entre o Hospital da Horta, o Centro Hospitalar da Madeira e o Hospital Universitário de La Laguna, nas Canárias. Encontrando-se em fase de preparação a segunda etapa deste projecto que na primeira fase assegurará a prática da Telemedicina, na vertente da Teleradiologia entre os referidos, Centro Hospitalar da Madeira e o Hospital Universitário de La Laguna, os Hospitais da Horta e do Divino Espírito Santo e os Centros de Saúde da Região. Na segunda fase o Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo integrará a rede, uma vez concluídas as infra-estruturas tecnológicas e o apetrechamento do novo serviço de imagiologia;

Deu-se cumprimento ao Plano de Formação para o Sector; foram atribuídas bolsas de estudo, no quadro dos incentivos criados para o efeito, nas áreas médicas e de formação pré graduada para as áreas de diagnóstico e terapêutica e pós graduada dos profissionais do Serviço Regional de Saúde; salvaguardou-se a transmissão de

conhecimento entre profissionais de saúde através da comparticipação financeira à realização de congressos e jornadas.

No Plano de Investimentos de 2004, como grandes objectivos sectoriais será de destacar:

A construção do serviço de Atendimento Urgente no Hospital do Divino Espírito Santo.

A continuidade dos estudos relacionados com a localização e programação do Novo Hospital de Angra do Heroísmo, bem como a tomada de medidas preparatórias do procedimento.

A grande remodelação e ampliação do Serviço de Urgência e dos Serviços de Imagiologia do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

A aquisição do equipamento necessário aos serviços remodelados no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo e serviços nas restantes unidades.

A implantação da Estrutura Gestão do Serviço Regional de Saúde que integra a construção das novas redes de comunicação e informática interligando as unidades, os serviços e os utentes, com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação

Ex. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Colegas do Governo:

Ao nível da Segurança Social, para além do investimento que vamos continuar a fazer, naquilo que orgulhosamente consideramos a melhor rede de apoio social do país, vamos cada vez mais apostar na qualidade e na formação dos recursos humanos.

Nos dias de hoje, com a crescente urbanização e com o aumento do emprego e da actividade profissional feminina, associada a uma maior concentração de casais jovens nos meios urbanos, torna-se indispensável a implementação de políticas de apoio às famílias, as quais passam necessariamente, pela criação de equipamentos sociais que possibilitem a colocação das crianças e jovens em espaços que não só permitam a disponibilidade dos pais para a realização das actividades profissionais, como ainda possam constituir-se como recursos que permitem a realização de acções

adequadas ao desenvolvimento e integração social e cultural das gerações mais jovens.

A evolução do resultado do investimento do Governo Regional no âmbito do apoio às crianças e respectivas famílias é claramente mensurável se tivermos em conta número de crianças em creche na rede particular de solidariedade social, o qual passou de 506 para 1.213, nos últimos seis anos, correspondendo a um crescimento de 140%, ao mesmo tempo que, passámos de 28 ATL's em 1996, para os actuais 86, o que significa um acréscimo de 160% no número crianças abrangidas.

Com a proposta de Plano para 2004 continuaremos a cumprir o programa do VIII Governo Regional no seu capítulo dedicado à área da infância e do apoio à Família, alargando e qualificando em toda a Região as creches, os equipamentos do ensino pré-escolar particular e os centros de actividades de tempos livres. A construção das novas creches e ATL do Patronato de São Miguel, da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, do Centro de Bem-Estar Social do Livramento e da Confederação Operária Terceirense são disso exemplo.

Paralelamente ao aumento do número destes serviços e equipamentos sociais, relembre-se pela grande importância que poderá ter para as famílias açorianas, a aplicação efectuada pelo Governo Regional, do regime jurídico da actividade das amas e o seu enquadramento em creches familiares, e o estabelecimento das normas de participação familiar semelhantes às estabelecidas para as creches, considerando que este novo tipo de respostas constitui uma alternativa aos equipamentos tradicionais de apoio à colocação de crianças entre os 0 e os 3 anos.

O Governo Regional dos Açores tem desenvolvido um esforço financeiro sem precedentes no sentido de dotar as nossas ilhas de mais e melhores respostas sociais destinadas ao apoio e acolhimento dos nossos cidadãos mais velhos. Este foi um dos mais importantes objectivos do Governo Regional o qual tem vindo a ser cumprido, nas suas diversas vertentes: no aumento dos centros de convívio para idosos, cujo número de utentes duplicou nos seis últimos anos; no alargamento dos Serviços de Ajuda Domiciliária, resposta que consideramos fundamental no sentido da criação e desenvolvimento das condições que permitam a permanência dos idosos no seu

meio. Por isso, o objectivo de fazer chegar a todas as comunidades açorianas os serviços de ajuda domiciliária está cumprido, de Santa Maria ao Corvo.

Paralelamente ao alargamento das respostas que procuram a não institucionalização dos mais velhos, o Governo Regional em parceria com as IPSS e Misericórdias dos Açores tem vindo a desenvolver um vasto programa no sentido de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos lares para idosos; seja através da construção de novos lares, seja através da remodelação ou ampliação dos existentes:

Na ilha de Santa Maria depois da profunda remodelação do Recolhimento de Santa Maria Madalena, neste momento já se encontra a bom ritmo a obra de construção do centro comunitário da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, através da qual serão construídas as novas instalações do lar para idosos e dos serviços de ajuda domiciliária;

Na ilha de S. Miguel, concluímos a construção do Lar Ferreira Cabido, na Ribeira Grande, o novo Lar da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste e a ampliação do Lar da Santa Casa da Misericórdia da Maia e reinstalámos a Enfermaria de Retaguarda da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Ainda durante o mandato do actual Governo Regional iniciaremos a construção do novo Lar da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo.

Considerando que o concelho de Ponta Delgada é o que apresenta maior lista de espera para internamento em lar, assinámos já um acordo de cooperação-investimento no valor de 275.000,00€, no sentido de se proceder às obras de remodelação e adaptação do 4º piso (ex-oncologia e quartos particulares) do antigo hospital de Ponta Delgada, o qual, com as adaptações agora previstas, permitirá aumentar a capacidade de internamento em Ponta Delgada em mais 28 camas.

Na ilha Terceira iniciámos e concluímos o Centro de Cuidados Geriátricos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e o lar para idosos do Raminho; no início do próximo ano terão início as obras de remodelação do Lar do Recolhimento Jesus Maria José – As Mónicas.

Na ilha Graciosa ficará concluído no segundo semestre de 2004 o novo Lar para idosos da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa.

Na ilha de São Jorge, participámos com 50% a construção de 6 apartamentos para idosos e adquirimos os terrenos para a futura construção de um lar na vila da Calheta. Nesta ilha encontram-se também a bom ritmo as obras de recuperação do edifício sede da Santa Casa da Misericórdia daquela Vila através da qual se criarão condições adequadas ao funcionamento do centro de convívio para idosos e serviço de ajuda domiciliária;

Na ilha do Pico construímos o Lar e Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia de São Roque e concluir-se-á, em 2004, a construção do novo lar da Piedade;

Na ilha do Faial, foi totalmente remodelado e reconstruído o lar para idosos da Santa Casa da Misericórdia da Horta, gravemente afectado pelo sismo de 1998 e encontra-se praticamente concluído o Centro Geriátrico;

Na ilha das Flores começou a funcionar, no fim do ano passado, o pequeno lar, também de tipo familiar, da Santa Casa da Misericórdia das Lajes.

Na ilha do Corvo foi iniciada a construção lar para dez utentes, da respectiva Misericórdia, respondendo a uma aspiração daquela ilha.

Estes elementos dão bem conta daquilo que tem sentido e continuará a ter sentido e a ser o nosso esforço em matéria de intervenção neste sector, por parte do Governo Regional.

Saliente-se ainda a criação nos Açores, pela Resolução nº 113/2003, de 11 de Setembro, do Sistema de Incentivos à Iniciativa Privada Social, de modo a promover e a incentivar a iniciativa privada a aumentar a respectiva oferta no domínio do apoio social aos idosos.

Todavia, associada à construção e remodelação de equipamentos e, no sentido de ampliar e melhorar os serviços de ajuda domiciliária, criámos recentemente, pela Resolução nº 128/2003, de 09 de Outubro, (a qual terá a sua plena implementação em 2004) a nova modalidade de apoio social ao idoso no seu domicílio, criando uma rede de serviços de apoio domiciliário com base no aproveitamento de recursos da própria comunidade, a qual tem como objectivos:

- Combater as listas de espera ao nível do Serviço de Apoio Domiciliário e dos lares de idosos

- Garantir ao idoso a sua manutenção no domicílio, satisfazendo as suas necessidades básicas, respeitando a sua privacidade e a inserção no seu meio ambiente.

- Criar uma rede de serviços de apoio domiciliário com base no aproveitamento de recursos da própria comunidade (serviço prestado por pessoas da localidade com sensibilidade e formação na problemática do idoso tendo por base uma instituição de enquadramento).

- Criar um serviço de maior proximidade com os idosos e com as suas famílias.

Desde 1998, até hoje, o esforço financeiro, em termos de investimento, do Governo Regional, na construção, remodelação e adaptação de equipamentos para jovens e a adultos com deficiência aproxima-se dos quatro milhões de euros, cumprindo o seu objectivo de dotar os Açores de uma rede de centro de actividades ocupacionais: por um lado, abrangendo as ilhas onde não existia qualquer resposta deste género, (Santa Maria, Graciosa, Pico e Faial) e por outro, descentralizando esses equipamentos ao nível da ilha de São Miguel, através da criação dos Centros de Actividades Ocupacionais, respectivamente, das Misericórdias da Povoação, da Ribeira Grande e da Maia. Deste modo, durante o mandato dos VII e VIII Governos Regionais, passámos de 89 utentes, para cerca de 300, actualmente.

É de salientar que, até há dois anos, não existia em toda a Região um único equipamento de apoio, em termos de acolhimento residencial, para pessoas com deficiência; hoje dispomos de três estruturas, duas na ilha de São Miguel e uma na Terceira, com capacidade para 35 pessoas, constituindo um importantíssimo recurso não apenas para os que dele usufruem directamente como também para as respectivas famílias.

No próximo ano iniciaremos a construção do Centro de Actividades Ocupacionais do Nordeste e remodelaremos um espaço para a reinstalação do CAO da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, para logo no início de 2005 darmos início à construção das novas instalações da Associação Cristão da Mocidade, na ilha Terceira.

O funcionamento de todas estes serviços e equipamentos criados, implica um custo anual de funcionamento, para a segurança social, de um milhão e setecentos e trinta

e seis mil euros, contra setecentos e vinte e três mil euros em 1996, o que demonstra o grande empenho deste Governo no que concerne ao apoio às pessoas com deficiência e suas famílias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Na freguesia de Rabo de Peixe, com a construção do novo Centro de Apoio à Criança, cujo custo global, incluindo projecto, obra, fiscalização e equipamento ascenderá a 1.875.000,00€ criam-se mais três equipamentos sociais (creche, jardim de infância e centros de actividades de tempos livres) os quais servirão mais 170 crianças na freguesia de Rabo de Peixe, especificamente, na zona muito problemática da Cova da Moura, além das já 913 crianças atendidas nas diferentes valências criadas pelos diversos programas de intervenção naquela freguesia.

Os serviços de segurança social da Região Autónoma dos Açores funcionam de forma descentralizada com serviços concelhios e de freguesia permitindo que qualquer beneficiário e/ou contribuinte da segurança social possa, sem ter que se deslocar, pagar as suas contribuições e receber os respectivos benefícios.

Deputado Mark Marques (PSD): Por enquanto!

O Orador: Em 2004, Sr. Deputado Mark Marques...

Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado por me ter citado!

O Orador: ... prosseguiremos esse objectivo com a construção, entre outros, dos novos edifícios de Segurança Social das Lajes do Pico, da Casa do Povo de Santa Bárbara, em Santa Maria, da Casa do Povo da Bretanha, do Porto Formoso, em S. Miguel e a remodelação dos edifícios de serviços de Santa Cruz das Flores, da Casa do Povo dos Rosais...

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e da Casa do Povo da Feteira, na ilha Terceira.

Concluindo, da intervenção, na área da solidariedade e segurança social, ficou claro, através da Carta de Equipamentos Sociais, recentemente publicada, a grande evolução verificada entres os anos de 1992 e 2003, relativamente a todas as

respostas, capacidades criadas e número de utentes. É possível depreender grandes evoluções a partir do ano de 1995 e, em alguns valências, o crescimento mais acentuado verifica-se sobretudo a partir do ano de 1999.

Os grandes parceiros sociais do Governo são, no que se refere ao número de equipamentos geridos, as Associações Particulares de Solidariedade Social (138), as Misericórdias (116), as Fundações e Centros Sociais e Paroquiais (103), as Casas do Povo (81) e, apenas com cinco equipamentos, as Cooperativas de Solidariedade Social.

Verifica-se um vasto conjunto de respostas sociais, 443, no ano de 2003, contra 259, em 1995, servindo 14.341 pessoas de forma directa. As respostas sociais diversificaram-se extraordinariamente quer as de âmbito geral, dirigidas à comunidade e à família, quer as de âmbito específico direccionadas a problemas e grupos específicos, algumas das quais foram criadas nos últimos dois/três anos. Há valências que crescem de maneira exponencial, nomeadamente, as dirigidas para as pessoas com deficiência (184 utentes em 1999, para 604 em 2003) ou um conjunto muito diversificado de respostas para a família e comunidade, cujo número de utentes passa de 133, em 1999, para 556, em 2003.

Todos estes serviços e equipamentos constituem um conjunto de recursos no apoio directo aos indivíduos e famílias no sentido da redução das desigualdades no acesso aos bens sociais. São simultaneamente agentes de prevenção e de inserção social.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo inscrições e uma vez que são 17 horas e 25 minutos, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Passo a informar os tempos ainda disponíveis.

Partido Socialista – 123 minutos

Partido Social Democrata – 104 minutos

Partido Popular – 14 minutos

Partido Comunista Português – 9 minutos

Governo – 108 minutos.

Para uma intervenção tem palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Plano para 2004, no que concerne à Política de Solidariedade Social, que hoje me cumpre analisar pode, em meu entender, ser caracterizada como um projecto simultaneamente de continuidade e de mudança. Um projecto que se propõe dar continuidade ao trabalho que, nesta área, vem sendo desenvolvido desde 1996 sem, por isso, se inibir de perspectivar mudanças e introduzir inovações, cuja concretização se propõe realizar a médio prazo.

Trata-se de um projecto de continuidade no que concerne à percepção dos problemas relacionados com pobreza e exclusão social;

De um projecto também de continuidade no que concerne à definição de políticas orientadoras da nossa acção neste domínio, bem como de estratégias e metodologias de acção;

E de um projecto igualmente de continuidade no que concerne à determinação pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os açorianos no início desta Legislatura.

É, todavia, também, um projecto de mudança. Uma mudança que não representa qualquer rompimento com o nosso passado mas antes que, alicerçada nesse passado e mais concretamente na obra realizada nos últimos 7 anos, pode agora assumir novos objectivos, lançando novos desafios para o futuro.

Permitam-me que clarifique.

Esta Proposta de Plano é um projecto de continuidade no que concerne à definição dos problemas sociais, porque nós continuamos a considerar a pobreza e exclusão social como fenómenos complexos de causas multifactorias, que nos exigem uma intervenção multidisciplinar, descentralizada, articulada e cooperante.

Em nosso entender, e este é um entendimento que norteia a proposta de plano em apreciação, é pobre ou corre risco de exclusão qualquer açoriano que, em virtude de características ou fragilidades individuais específicas, mas também de factores de natureza ambiental ou social se debata com situações de precaridade económica, dificuldades de acesso e sucesso educativo, de acesso a cuidados adequados de saúde, de acesso e manutenção de uma actividade profissional compatível com as suas habilitações mas também aspirações, de garantia de condições de habitação adequadas, de acesso a actividades culturais, recreativas e desportivas, em suma: de concretização de projectos de vida autónomos, que permitam a realização pessoal a que todos têm direito, em efectiva igualdade de oportunidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este entendimento não é apenas teórico.

Assumimos as implicações práticas das nossas convicções e propomo-nos agir em conformidade.

Não nos refugiamos no argumento fatalista de que nada podemos fazer uma vez que pobres sempre houve e sempre haverá, nem tão pouco nos ilibamos de responsabilidades com argumentos culpabilizadores das vítimas que, infelizmente, já ouvimos nesta casa, como: só é pobre quem quer, ou quem não quer trabalhar. Argumentos estes que aliás parecem estar a ser ressuscitados noutros contextos.

Uma análise cuidada à proposta de plano para 2004 revela claramente o impacto destes princípios na definição de políticas orientadoras bem como na selecção de programas e acções.

É com base nestas convicções que continuamos a assumir como prioritárias as acções destinadas a apoiar crianças e jovens em risco; crianças e jovens vítimas de negligência, abandono ou maus-tratos; idosos que não dispõem de apoios familiares adequados às suas necessidades; cidadãos portadores de deficiência; mulheres vítimas de violência, pessoas com dependências em substâncias químicas, etc..

Sendo certo que são estes os grupos alvo dos principais projectos e acções propostos no âmbito da Secretaria Regional de Assuntos Sociais, não é menos certo que, também em função dos princípios anteriormente referidos, a política de solidariedade social deste Governo não se confina à actuação de uma secretaria regional, nem tão pouco à actuação do Governo.

O combate à pobreza e exclusão social é antes uma prioridade que mobiliza as diferentes áreas de acção governativa, através da sua actuação directa bem como dos incentivos à participação da sociedade civil.

Este princípio está também patente na proposta de plano para 2004.

Se formos capazes de fazer uma leitura global da proposta de plano e uma análise integrada dos seus conteúdos verificamos a abrangência da política de solidariedade social que nos é apresentada.

Por um lado, possuímos um conjunto de acções no âmbito do desenvolvimento do sistema de solidariedade social que retratam fielmente o contributo da Secretaria Regional de Assuntos Sociais quer ao nível da sua actuação directa, quer do forte incentivo às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias.

Não podemos, contudo, ignorar um vasto leque de acções que, sendo desenvolvidas no âmbito de outras secretarias representam sem dúvida um contributo indispensável ao sucesso da política de solidariedade social.

Salientaria, a título de exemplo, as acções que visam combater o insucesso, o absentismo e abandono escolar, promover a flexibilização curricular, alargar a formação profissional de jovens e adultos, bem como a qualificação e requalificação profissional de desempregados de longa duração, promover o aumento e diversificação de oportunidades de trabalho, facilitar o acesso aos cuidados de saúde, apoiar a recuperação de habitação degradada e aquisição de habitação própria, incentivar a aquisição de competências no âmbito das tecnologias da informação,

facilitar o acesso a actividades lúdicas, culturais, recreativas e desportivas, apoiar o associativismo juvenil, apoiar os imigrantes que escolheram os Açores como sua casa, ou os emigrantes açorianos que, novamente desenraizados, mas hoje por imposição, regressam às nossas ilhas.

Conjugam-se assim medidas de apoio individual e/ou familiar, com medidas de intervenção comunitária que visam influenciar a quantidade, diversidade e qualidade dos estímulos e oportunidades de desenvolvimento disponíveis aos grupos mais desfavorecidos, permitindo-lhes a aquisição de novas competências que, por sua vez, possibilitem o rompimento do ciclo de pobreza e exclusão.

Opta-se por uma clara descentralização de serviços, com a conseqüente aproximação geográfica e afectiva dos utentes e enriquecimento das comunidades, incentivando o envolvimento activo das entidades locais na identificação dos problemas, procura de soluções, definição de objectivos e prioridades bem como na implementação e avaliação das acções.

Como referi anteriormente, estamos assim perante um projecto de continuidade também no que concerne à definição de políticas orientadoras da nossa acção, bem como de estratégias e metodologias de intervenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é ainda um projecto de continuidade também no que concerne à determinação pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os Açorianos.

Senão vejamos:

Comprometemo-nos com os açorianos a alargar a rede de equipamentos de apoio à infância.

No final de 2003, podemos olhar os açorianos nos olhos e dizer-lhes que 16 dos 19 concelhos dispõem de creches ou mini-creches e que existem valências de apoio à primeira e segunda infância em todos os concelhos da região;

Já podemos dizer aos açorianos que, com excepção das Flores e Corvo, todos os concelhos dispõem de Centros de Actividades de Tempos Livres para Jovens, sendo certo que a grande maioria dos concelhos possui Centros em várias freguesias;

E já podemos dizer aos açorianos que todas as ilhas, com exceção de Flores e Corvo, dispõem de valências de apoio a crianças e jovens em risco.

Mas também nos comprometemos com os açorianos no âmbito do apoio aos idosos. Dissemos que pretendíamos ampliar e melhorar a rede de serviços de ajuda domiciliária, continuar a criação de centros de dia e de convívio e a alargar a rede de lares e residências para idosos prestando cuidados humanizados.

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que 18 dos 19 concelhos dispõem de centros de convívio e/ou centros de dia, sendo certo que a grande maioria dos concelhos possui já centros de convívio em várias freguesias;

Já podemos dizer aos açorianos que todas as ilhas e a grande maioria dos concelhos dispõem de lar ou residência para idosos;

E já podemos dizer aos açorianos que o apoio domiciliário chega a todas as freguesias da região.

Comprometemo-nos também com os açorianos no que concerne ao apoio a adultos portadores de deficiência, prometendo criar valências em todas as ilhas.

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que, com exceção de Flores e Corvo, todas as ilhas dispõem de Centros de Actividades Ocupacionais sendo que, apenas em S. Miguel e na Terceira, se encontram já em funcionamento 8 centros dispersos pelos diferentes concelhos;

E já podemos dizer aos açorianos que dispõem de residências de cariz temporário ou permanente, para pessoas com deficiência.

Houve ainda outros compromissos. Comprometemo-nos com os açorianos a promover o atendimento, encaminhamento e alojamento provisório de mulheres vítimas de violência.

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que possuímos 3 centros de alojamento temporário e 3 serviços de atendimento, aconselhamento e encaminhamento das vítimas em São Miguel, na Terceira e no Faial.

Comprometemo-nos com os açorianos a consolidar os centros de economia solidária.

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que dispõem de 5 centros de Promoção e Emprego Social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No final de 2003, perante a situação aqui exposta, e face a uma proposta de Plano de Governo para 2004 que dedica um investimento global de 5.140.000€ ao desenvolvimento do sistema de solidariedade social, ao qual devemos adicionar uma verba de mais de 6.500.000€ em acções complementares desenvolvidas pelas diferentes secretarias, julgo que podemos garantir aos açorianos que honraremos os nossos compromissos.

Mas, como argumentei inicialmente, este plano é também um projecto de mudança. De mudança, porque introduz algumas experiências inovadoras que deverão ser, num futuro próximo, avaliadas, submetidas à reformulação que se verificar necessária, e generalizadas.

E de mudança também porque, ganho que está o desafio quantitativo, se propõe deslocar gradualmente a ênfase da intervenção governativa desse esforço quantitativo, em benefício duma perspectiva centrada essencialmente na salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

Trata-se assim de uma mudança a favor da inovação e da qualidade, que se traduz necessariamente numa mudança a favor da qualidade de vida dos açorianos, e em particular dos mais desfavorecidos.

Inovação e qualidade a favor das pessoas com doenças do foro psiquiátrico que passam a beneficiar de unidades de vida autónoma que facilitam a desinstitucionalização;

Inovação e qualidade a favor de pessoas vítimas de toxicodependências que podem já beneficiar de apartamentos de reinserção social, facilitando a sua inclusão na sociedade;

Inovação e qualidade a favor das pessoas portadoras de deficiências motoras graves que vêem a sua mobilidade assegurada através da prestação de serviços de transporte adaptado, bem como de pessoas portadoras de outros tipos de deficiência através de um crescente empenhamento no sentido de se promover práticas potenciadoras do convívio de pessoas com deficiência com os seus pares ditos "normais";

Inovação e qualidade a favor dos idosos que poderão usufruir de uma nova modalidade de apoio domiciliário e, num futuro próximo, de centros de noite como forma de contribuir para reduzir o isolamento e evitar a institucionalização;

Inovação e qualidade a favor das crianças institucionalizadas através da substituição progressiva das grandes instituições por outras de dimensão familiar, potenciadoras de dinâmicas mais humanizadas e conducentes a um desenvolvimento mais harmonioso;

Inovação e qualidade a favor das famílias com crianças em idade pré-escolar através do alargamento da rede de amas que, a par de assegurar a qualidade do apoio prestado às crianças, contribuirá também para promover uma maior estabilidade profissional das mulheres nos meios rurais;

E inovação e qualidade a favor de crianças e idosos através de modalidades de apoio multigeracional que facilitem a interação entre crianças e "avós adoptivos", contribuindo simultaneamente para um desenvolvimento mais harmonioso da criança e também para um maior sentido de realização pessoal do idoso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano para 2004 é, por tudo isto, um documento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se orgulha de defender.

Os Açores ainda não são o melhor sítio do mundo para se viver, mas por certo, que para muitos açorianos, são um sítio onde se vive cada vez melhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições sobre esta intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Estamos a discutir a última proposta do Orçamento da Legislatura, o que significa que é possível fazer-se um balanço cada vez mais global das políticas do governo.

Nos âmbitos das políticas da Saúde, quão distantes estão estas propostas em relação ao que preconizava o Programa do Governo e o PMP, que referiam “... o sistema de saúde assenta nos cuidados de saúde primários...”

Não é possível considerar que este objectivo esteja concretizado. Há graves lacunas de acessibilidade, não há igualdade de acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde seja qual for a sua condição económica, são frouxas as acções de promoção da educação para a saúde, da sensibilização para as doenças sexualmente transmissíveis, para as toxicodependências, para a prevenção da doença.

O Governo não promoveu planos e programas para sensibilizar as pessoas para a prevenção das doenças mais prevalentes na sociedade açoriana: a diabetes, as doenças cérebro-cárdio-vasculares e oncológicas e até adequada utilização de medicamentos, mormente para as pessoas idosas e doentes crónicos.

Os açorianos têm mais problemas de saúde. A taxa de mortalidade infantil é superior à do Continente. A taxa de mortalidade geral tem estado sempre acima do Continente. As doenças mais prevalentes, do aparelho circulatório, da diabetes, do coração, as do aparelho digestivo, são quase o dobro em relação ao Continente.

Cerca de 10.000 açorianos, sofrem da diabetes e 0.13% destes têm menos de 19 anos, pelo que é urgente prevenir a doença evitando a obesidade. As nossas crianças, adolescente e jovens estão a alimentar-se de forma incorrecta e há que potenciar as escolas e centros de saúde no âmbito da higiene alimentar e da educação global para a saúde.

Aproximadamente 30% da população não tem médico de família, nem acesso a uma consulta de clínica geral ou familiar.

Ou seja, entre 70 a 75 mil Açorianos, estão nessas condições, o que é um grave atropelo à igualdade no acesso e à universalidade do Sistema.

Aliás, verificou-se mesmo um retrocesso nesta matéria: diminuíram os utentes inscritos nos Centros de Saúde. Em 1997 havia 175.000 inscritos e em 2000 baixou para 154.000.

À excepção das consultas de especialidade, diminuíram todas as consultas de clínica geral, incluindo a saúde materna e infantil. Entre 1996 e 2000 realizaram-se menos 80 mil consultas.

Estes cuidados de saúde desceram e aumentaram desmesuradamente as despesas nos principais Centros de Saúde.

Em consequência disso, são os serviços de urgência a serem mais solicitados, com uma percentagem de 90% das “falsas urgências”, bem como a pressão sobre as consultas de especialidade, o que evidencia a procura desmesurada das urgências hospitalares em detrimento das consultas de medicina familiar, com agravantes custos, onerando o Sistema sem ganhos de qualidade, penalizando-o quanto à eficiência, acessibilidade e humanização.

Em suma, as grandes directrizes do Programa do Governo, falharam em larga medida.

Ao nível hospitalar, se é certo que há mais profissionais de saúde, também não corresponde cabalmente às suas responsabilidades, não fazendo eliminar as grandes listas de espera para consultas, para exames de diagnóstico e terapêutica e cirurgia programada, mas por outro lado, verificou-se um aumento desmedido de despesa nos hospitais.

O Sr. Presidente do Governo, no encerramento do debate do Programa do Governo, comprometeu-se com “...a reforma da qualidade e do acesso aos cuidados de saúde e da gestão financeira do Serviço Regional de Saúde” (citei). Pode-se concluir que tal não foi atingido, especialmente quanto à equidade no acesso de todos os Açorianos ao SRS e à gestão económico-financeira do sistema que foi, diga-se em abono da verdade, um desastre.

A dívida do SRS quadruplicou com esta governação, relativamente aos 20 anos anteriores, ou seja, de 21 M € (4 M de contos) passou para os 81 M € (16 M de contos), incluindo as dívidas não cobradas dos sub-sistemas.

Faltou a este Governo orientação e gestão políticas e a necessária responsabilização e avaliação.

Desde 1997 a 2003, o SRS teve uma dotação de 1.100 M €, ao qual valor se acresce a dívida dos subsistemas, o que é muito dinheiro do erário público e dos contribuintes, o que deveria ter exigido do Governo uma rigorosa gestão política do sector.

Gastar muito mais na saúde e não promovê-la a todos os açorianos, é um contraste inaceitável.

Não pode este Governo dizer que lhe faltaram os instrumentos e as estruturas funcionais para a gestão política e técnica do SRS.

Criou o Estatuto do SRS em 1999 e, através deste, as Unidades de Saúde de Ilha, mas nas ilhas onde existem hospitais e centros de saúde (Faial, Terceira e São Miguel) o Governo não teve a coragem política para o fazer. A iniciativa foi válida mas falhou a sua concretização.

Criou o IGFS, em 1998, um instituto público tido como o instrumento para a correcta gestão do Sistema, mas tornou a falhar redondamente, ao ponto de o extinguir criando a “milagrosa“ Saudaçor, o que só contribuiu para agravar as despesas da Administração Regional.

O PS, através do seu grupo parlamentar, criou a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde, aliviando a responsabilidade do Governo, que confirmou o desalinho na política de saúde, e nem uma visível medida o Governo tomou, na sequência das 26 recomendações apontadas no Relatório.

Criou em 1998 e recriou em 2002 o cartão de utente, mas não cumpriu depois de sucessivas promessas e prazos indicados.

Prometeu redefinir os serviços de urgência hospitalar, os regimes de prevenção e presença física, mas não cumpriu.

Prometeu rever o modelo de financiamento das unidades de saúde, mas não vemos a sua execução.

A actual proposta de orçamento do SRS para 2004, de 171 M € (180,4M € com as receitas próprias), representa um subfinanciamento no valor de 80 M €, mesmo que venha a cobrar as receitas dos subsistemas, o que não vislumbramos.

Quanto a investimentos na Saúde, para economia de tempo, realço duas preocupações.

A decisão inicial de construir o Centro de Saúde de Ponta Delgada desapareceu. O maior concelho em termos de população dos Açores, com mais habitantes que a ilha

Terceira, tem o Centro de Saúde a funcionar em diversas instalações, precariamente, criando dificuldades em especial aos utentes e seus profissionais.

O Governo não fez o projecto, não definiu a sua localização e vai apenas construir um Sal – Serviço de Atendimento Urgente junto do hospital.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O novo hospital de Angra continua mergulhado em estudos, já referidos em Dezembro de 1998 e em Novembro de 99.

Em 2000 foi promessa eleitoral e constante do PMP, mas ano após ano só verificamos palavras e nada de actos e decisões.

Em conclusão.

Estamos perante um Orçamento da Saúde e um Plano sem credibilidade e a presente legislatura bem o demonstra.

O Governo deixou de governar a Região.

O Governo contentou-se com uma gestão política à “vista”, sem orientação estratégica, sem definição de prioridades, cansado, sem criatividade, numa desculpabilização permanente, um Governo que já deu o que tinha a dar.

Em democracia é fundamental haver uma oposição forte, que fiscalize o Governo e promova a diversidade de opiniões e seja uma verdadeira alternativa e esperança para os nossos concidadãos.

É isso que o PSD está conscientemente a fazer para benefício dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo inscrições para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para apresentar a sua intervenção.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ano de 2003 não foi um bom ano para o País". Estima-se que o Produto Interno Bruto tenha sofrido uma contracção à volta dos 1.1%. O desemprego aumentou significativamente, os últimos dados de Outubro apontam para uma taxa de desemprego da ordem dos 6.9%, e os principais sectores económicos tiveram um desempenho negativo. Nos restantes Países que constituem a União Europeia o abrandamento económico foi também superior ao previsto, tendo mesmo em alguns casos e à semelhança de Portugal, ocorrido situações recessivas. Apesar de tudo gostaria de dizer que o ano de 2003 vai terminar melhor do que começou.

A nível internacional surgem sinais de apaziguamento ou de estabilização de alguns conflitos, o preço do barril do petróleo, depois de um período de grande instabilidade, dá mostras de contenção, e a partir da 2ª metade de 2003 surgem indicações de retoma económica em algumas das principais economias mundiais, como são o caso dos Estados Unidos, da Alemanha e da França.

É evidente que os Açores, estando inseridos neste espaço económico, também sofreram alguma influência negativa desta situação menos boa por que passou as diversas economias da União Europeia, especialmente a portuguesa. Um exemplo claro desta influência negativa é o caso do Turismo. O mercado nacional que representou em 2002 cerca de 57% do total das dormidas, e que naquele ano cresceu cerca de 12%, este ano, nos primeiros nove meses, não só não cresceu, como sofreu uma redução à volta dos 9.5%, em relação ao mesmo período do ano passado. O crescimento do mercado externo, neste mesmo período, foi da ordem dos 11%. Estou convicto, dado o bom comportamento do mês de Outubro e de Novembro, que acabaremos o ano de 2003 com um desempenho positivo, tanto no que diz respeito ao número de dormidas, como no que diz respeito aos proveitos totais.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, na sua publicação de 28 de Novembro de 2003, os Açores e o Algarve são as Regiões do País que apresentaram os maiores crescimentos no que diz respeito aos proveitos totais, 2,3%, logo seguidos da Madeira com um crescimento de 2%, tendo todas as outras Regiões do País

apresentado resultados negativos. Como sabem os proveitos totais são para o empresário hoteleiro o indicador que melhor traduz os resultados da sua operação.

Trata-se de um comportamento notável do sector do Turismo nos Açores dada a nossa dependência majoritária do mercado nacional. Isto é tanto mais significativo quanto ocorreu este ano quase tudo o que podia ocorrer para que o turismo corresse mal. Portugal entrou numa recessão profunda e por isso perdemos 9.5% dos turistas que normalmente vinham do Continente português, que continua a ser o nosso principal mercado emissor de turistas, tivemos a Cimeira do Bush, Aznar e Durão Barroso, na Terceira, que foi extremamente negativa para a imagem dos Açores, tivemos mesmo que cancelar um voo charter. No exterior, tivemos a guerra e depois a pneumonia atípica que também afectou a nossa imagem, principalmente em Portugal o que explica em parte o comportamento do mês de Julho.

Não vale a pena fazermos sofismas sobre os dados estatísticos, muito menos sobre o Turismo. Os resultados são bem claros. Em 1997 tínhamos 423 mil dormidas, em 2002 obtivemos 796 mil dormidas, 88.2% decréscimo em 5 anos.

Veja-se o que ocorreu no quinquénio anterior. Em 92 obtivemos 399 mil dormidas e em 97 obtivemos 423 mil dormidas, um crescimento de 6%, em 5 anos. É evidente que há anos bons e há anos menos bons. O que interessa é ver o que ocorre num período mais alargado de tempo.

O Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo disse em Junho passado que o ano de 2003 era o pior ano de sempre para o sector. Manter durante o ano de 2003 o número de dormidas, sabendo que o mercado nacional era largamente maioritário só foi possível devido à nossa política de diversificação que vínhamos encetando desde 97. E para aqueles que julgam que de 97 para 2002 a Região Autónoma dos Açores foi a única que cresceu em termos de camas, aconselho-vos a comparar os Açores com a Madeira e a verificar o que ocorreu em termos relativos nas duas Regiões. De 97 a 2002 os Açores cresceram em termos de dormidas 88%, a Madeira cresceu 30%; em termos de oferta hoteleira os Açores cresceram 42%, a Madeira cresceu 43%; em termos de taxa de ocupação os Açores cresceu 9.9%, a Madeira decresceu 4.7%.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao terminar o ano de 2003 podemos afirmar que apesar dos efeitos negativos que a conjuntura internacional e nacional tiveram sobre a economia regional, há indicadores que demonstram que resistimos bem, e que o ano de 2003 acabou por ser um ano positivo.

A variação média dos últimos doze meses da inflação na Região Autónoma dos Açores referente ao mês de Outubro apresenta um valor inferior em uma décima percentual à média nacional. É verdade que em 2002 a inflação nos Açores foi superior à do continente português em cerca de 3 décimas percentuais, mas também é verdade que em 2000 verificou-se exactamente o contrário. O que é mais difícil de explicar é aquilo que ocorreu em 93, 94 e 95 em que os Açores apresentaram sistematicamente inflações bem acima das nacionais, em média cerca de 9 décimas percentuais.

Nos Açores e em 2003 o desemprego manteve-se ao mesmo nível do ano passado. Em 2002 a média dos 4 trimestres foi de 2.5%, este ano a média dos 3 primeiros trimestres aponta para valores da ordem dos 2.6%, o valor mais baixo do País. Repare-se que a seguir aos Açores vem a Madeira, com cerca de 3.2%, e a Região Centro com cerca de 3.4%. No topo da escala surgem o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo com 9% e 7.5%, respectivamente. Veja mais uma vez uma série mais alargada para perceber todo o enquadramento da taxa de desemprego e o possível milagre das rosas que aqui foi anunciado. De 1990 a 1996 a taxa de desemprego oscilou entre 3.6% e 7.9%, sendo o seu valor médio de 4.7%. De 1997 a 2003 a taxa de desemprego variou entre 5.2%, referente ao ano de 1997, e 2.4%, referente ao ano de 2001, sendo o seu valor médio de 3.1 %.

Srs. Deputados da oposição, os senhores podem ainda vir a ter este ano uma grata surpresa e verificar que afinal o 4º Trimestre deste ano veio estragar-lhe as vossas contas, o que não me espantaria, visto o terceiro trimestre deste ano não ter tido em consideração, por exemplo, a abertura em São Miguel do Centro Comercial Parque Atlântico que só por si empregou 850 trabalhadores. Acreditem que o milagre das rosas foi responsável pelos bons anos de 97 a 2002 e está para continuar.

No que diz respeito à construção civil, nos primeiros 9 meses deste ano, houve uma ligeira baixa em relação ao consumo de cimento da ordem dos 6.4% em relação ao ano de 2002 que foi o melhor ano de sempre para esta actividade.

Refira-se que em 2002 o consumo per capita de cimento na Região Autónoma dos Açores foi 1.5 toneladas por pessoa, enquanto que a nível nacional foi de 0.9 toneladas por pessoa. Mas vejamos melhor o que ocorreu entre 1990 e 1996, e o que ocorreu entre 1997 e 2003. No primeiro caso o consumo médio de cimento andou à volta das 181 mil toneladas, tendo o ano de 1994 apresentado o valor mais baixo de sempre, correspondente a 159 mil toneladas, e o ano de 1992, o tal ano em que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse que o relatório de execução de Janeiro a Setembro era uma ficção, o valor mais elevado de 201 mil toneladas.

No 2º caso, ou seja de 1997 a 2003, o valor médio do consumo de cimento foi 296 mil toneladas, tendo o ano de 97 apresentado o valor mais baixo que foi 203 mil toneladas e o ano de 2002 apresentado o valor mais elevado de 361 mil toneladas. Bem, meus amigos, este ano estima-se que o consumo de cimento ultrapasse as 330 mil toneladas. Mas afinal onde está a crise na construção civil? Os senhores de tanto apregoarem a crise arriscam-se a ser como aquela história que se aprende na escola primária do "Pedro e do lobo". Quando vier mesmo o lobo ninguém vos acredita.

Veja-se então o indicador recentemente descoberto pela oposição que diz respeito ao número de licenciamentos. No período de 1990 a 1996 o número de licenciamentos anuais andava à volta dos 1600 por ano. A partir de 97 começou a subir de uma forma significativa atingindo em 2002 o pico máximo de 2467 licenciamentos. É evidente que quando se licencia muito num ano, no ano seguinte há certamente menos fogos a serem licenciados. Trata-se de algo que ocorre normalmente e é o ruído de fundo habitual neste género de actividade. É por isso é que se fizeram os diversos parâmetros estatísticos para perceber as tendências e não tomar a árvore pela floresta. Mas se alguém tinha dúvidas do que está a ocorrer na construção civil veja o consumo de cimento, que é sem dúvida um bom indicador.

No que concerne à produção de electricidade, nos primeiros 10 meses deste ano, verifica-se mais uma vez um acréscimo à volta dos 7% em relação ao mesmo período do ano anterior, bem mais do que se verificou por exemplo a nível nacional

em 2002 que foi apenas de 1.6% ou do que ocorreu nos Açores em 93 e 94 que foi apenas de 4%.

No que diz respeito ao comércio a retalho existem alguns sinais de retracção dos consumidores. De facto, o número de automóveis vendidos na Região, à semelhança do que acontece no Continente, tem vindo a diminuir. É verdade, aqui têm razão, só que se esquecem de contar a verdade toda. De 93 a 97 venderam-se em média na Região Autónoma dos Açores cerca de 3907 carros, ora o que se prevê para este ano é que se atinja as 4300 viaturas. É evidente que o congelamento dos salários da função pública, o grande envolvimento das famílias na aquisição de novas habitações, a renovação do parque automóvel ocorrido essencialmente em 2000 e 2001 e um clima de expectativas negativas importado do continente levou à diminuição do consumo privado, afectando alguma actividade comercial. A informação que me chega da principal cadeia de hipermercados da Região Autónoma dos Açores é que o crescimento do consumo deste tipo de comércio se continua a processar nos Açores a valores superiores a um dígito ao ano, sendo mesmo um caso excepcional a nível nacional, onde impera a estagnação, ou seja o crescimento zero. É evidente que o comércio tradicional se encontra numa fase de reestruturação devido ao aparecimento de outras formas de comércio que têm surgido nos Açores muitos delas "franchising" ligados a marcas internacionais. Não esconde que há uma situação de alguma turbulência no sector originada pelas múltiplas iniciativas que têm surgido nos últimos anos com reflexos claros no comércio tradicional. Mas, meus amigos, estas iniciativas surgem exactamente por começarmos a ser um mercado aliciante que começa a ser cobiçado pelas diversas cadeias nacionais e até internacionais. Isto teria que acontecer um dia. Aconteceu connosco. É o milagre das Rosas!

No que diz respeito ao investimento privado ele continua em alta. Penso que apesar de algumas críticas feitas aos novos sistemas de incentivos, eles tiveram o mérito de suscitar uma avalanche de investimento privado nunca dantes vista na Região Autónoma dos Açores. Como é do vosso conhecimento os diversos sistemas de incentivos ainda provenientes do II Quadro Comunitário e que transitaram para este Quadro estão a terminar tanto a nível nacional como a nível regional. O RIME, o

SAJE, o PROCOM, o SIRALA, o SIRAPA e o SITRAA ficarão concluídos nos próximos meses. A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, através das suas associadas, está a fazer um esforço junto dos empresários para que estes terminem os seus investimentos correlacionados com estes incentivos até meados do ano que vem. Julgamos poder então encerrar estes incentivos e proceder a uma revisão dos actuais sistemas de incentivos de forma a corrigir detalhes processuais e a introduzir novas vertentes, correlacionadas com a promoção da qualidade e a criação de condições mais favoráveis para atracção do investimento estrangeiro, em áreas consideradas relevantes para a nossa economia.

Está a decorrer a 2ª fase do SIDEL com um valor de 4 milhões de Euros. Durante este ano já decorreu a 2ª fase do SIDET investimento corpóreo, com um valor de 3 milhões de Euros, e a 3ª fase do SIDET - Promoção e Animação, com um valor de 1 milhão de Euros, que estão neste momento em fase de avaliação e de celebração de contratos. Já entraram no PRIME, ex-Programa Operacional de Economia 4 projectos no âmbito do SIVETUR no valor global de 45 Milhões de Euros, 3 candidaturas no âmbito do PITER, no valor de 90 Milhões de Euros, 91 projectos no âmbito do SIME no valor de 300 Milhões de Euros e de 10 projectos no âmbito do URBCOM no valor de 24 Milhões de Euros.

Ao todo no PRIME, desde meados de 2001, deram entrada projectos que totalizam um investimento da ordem dos 459 Milhões de Euros em apenas dois anos. Já foram celebrados 49 contratos no âmbito do SIDEP no valor de 241 milhões de Euros. Como se pode ver na Região Autónoma dos Açores o investimento privado não sofreu qualquer abrandamento. Antes pelo contrário, nunca se investiu tanto na nossa Região. Com os Governos da responsabilidade do Partido Socialista os sistemas de incentivos têm visto a sua dotação a aumentar todos os anos. Em 97 a dotação utilizada foi de 9.8 Milhões de Euros, a prevista no Plano para este ano é de 22.7 Milhões de Euros, um crescimento de 70% em cerca de 5 anos, o que não tem qualquer paralelo no passado. É por isso que a nossa economia continua apresentar bons resultados, é por isso que o desemprego na nossa Região é um dos mais baixos do País e é também por isso que estamos a crescer mais que a média nacional.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Determinar nos próximos tempos o evoluir da situação, não é tarefa fácil. O ano de 2004 afigura-se como sendo um ano difícil para Portugal. Embora haja sinais de retoma nos Estados Unidos e em alguns países da Europa nomeadamente na Alemanha e França que adoptaram outra política face ao défice orçamental, não vemos a curto prazo grandes alterações que prefiguram já no próximo ano uma retoma vigorosa da nossa economia. Nós tudo faremos para afastar este clima catastrofista que se implantou a nível nacional. Aumentámos significativamente o volume de incentivos à iniciativa privada para 2004, escolhemos de forma criteriosa os investimentos públicos com maior efeito multiplicador na economia regional e no que diz respeito ao turismo adoptámos uma política diversificadora dos mercados turísticos.

Vejamos mais em detalhe o que se propõe para 2004. Uma análise atenta aos diversos instrumentos financeiros postos à disposição da Secretaria Regional da Economia mostra que aos 38.2 Milhões de Euros existentes nos Programas 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15 e 33 do Plano de 2004, há que adicionar 18 milhões de Euros disponibilizados pelo Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas e os 71 Milhões de Euros que as diversas Administrações Portuárias e a SATA irão utilizar na reabilitação de portos, na construção de novos portos, na aquisição de gruas, rebocadores, equipamentos de estiva, na construção de novas aerogares, na aquisição de equipamentos de placa e de ajuda aérea, como se descreve no capítulo ligado ao investimento público. Para além disto, a EDA vai efectuar investimentos relevantes em todas as ilhas dos Açores como se descreve no capítulo 1.2, com destaque especial para o projecto geotérmico da ilha Terceira.

No que concerne ao capítulo 7, desenvolvimento do turismo, gostaria de realçar o investimento que está a ser feito na reabilitação do Teatro Micaelense a Centro Cultural e de Congressos, no valor global de 7 milhões de Euros, a prossecução do Plano de Ordenamento do Turismo e a promoção da Região Autónoma dos Açores no exterior. No próximo ano teremos voos directos com Estocolmo, Gotemburgo, Malmo, na Suécia, com Oslo e Stavanger, na Noruega, com Copenhaga, Paris,

Zurique, Munique, Frankfurt, Toronto, Montreal, Boston e Providence. Estamos convictos que em 2004, apesar do crescimento que esperamos que ocorra no mercado continental, o mercado externo suplantar já o mercado interno. Trata-se de uma estratégia que tem como objectivo diversificar a nossa procura de forma a tomar-nos cada vez mais independentes dos ciclos económicas que ocorrem nos diversos países. É também fundamental procurar mercados emissores de turistas menos sazonais do que o mercado nacional. É isso que estamos a fazer, cumprindo aquilo que foi definido no Plano Operacional de Marketing, realizado em colaboração com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Nos Programas 8, 9 e 11 merecem destaque as medidas ligadas à divulgação e promoção dos nossos produtos e o apoio ao transporte destes para o exterior. No programa 10 descreve-se os montantes adstritos aos diversos incentivos que, em conjugação com as dotações existentes no Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, perfazem o montante de 24.2 Milhões de Euros.

No programa 13, consolidação e modernização dos transportes marítimos, merecem destaque os apoios às diferentes obras portuárias a serem realizados pelas Administrações portuárias. Assim, será concluída a obra de reabilitação do Porto das Lajes, do Porto de São Roque do Pico, do Cais ferry de Santa Maria, será lançado a concurso, caso haja aprovação definitiva no Fundo Coesão, a reabilitação do Porto da Praia da Vitória, o projecto de alargamento dos terraplenos do Porto das Velas. Estamos a proceder à candidatura dos diversos núcleos de recreio programados para Santa Maria, Graciosa, Velas e Lajes das Flores.

No que diz respeito ao Programa 15, merecem destaque a conclusão da obra do aeroporto do Pico e sua a nova aerogare avaliada em 5.4 milhões de Euros, a aerogare das Flores avaliada em 2 milhões de euros, a aerogare de São Jorge avaliada em 1.9 Milhões de Euros e a Aerogare Civil das Lajes cujo projecto global aponta para um valor de 18 Milhões de Euros. No caso das Flores e do Pico estas obras já foram adjudicadas e os contratos assinados. Em relação à Aerogare Civil das Lajes a abertura das propostas para a 1ª fase do concurso realizou-se hoje, tendo surgido nove propostas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores têm de manter com prudência um clima de expectativas positivas baseado num conjunto de acções que visam manter a confiança da iniciativa privada e criar as condições para que no próximo ano se continue a verificar crescimento económico nos Açores. O ano de 2004 não se afigura como um ano fácil. Haverá no País certamente mais desemprego, os funcionários públicos não serão novamente aumentados com reflexos claros no consumo tanto nacional, como regional, e não se vislumbra a curto prazo indicações seguras da retoma económica, tantas vezes anunciada, mas sempre aliada. Todos esperamos e desejamos que Portugal rapidamente ultrapasse a crise actual e inicie a retoma económica. Para os Açores o ano de 2004 é mais um desafio que temos todos de vencer.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Fiquei desiludido com o seu discurso.

Neste momento, com um discurso daqueles o senhor corre um sério risco de não ser acreditado.

Aconselhava-o a adoptar um outro discurso, o discurso do país de tanga proposto pelo nosso Primeiro-Ministro.

Nesse, 58% dos portugueses acreditam. Diz uma sondagem que 58% dos portugueses acreditam que a situação no emprego vai ser pior em 2004 que em 2003; 52% dos portugueses acreditam que a economia vai piorar em 2004. Por isso, Sr. Secretário, o conselho que eu lhe tenho a dar é que não nos venha com discursos optimistas, porque boas notícias não são notícias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso deve ter algum sentido!

O Orador: Finalmente, queria pedir um esclarecimento sobre o sector do turismo.

O Sr. Secretário falou-nos do que fez no passado. Gostaria de saber o que está previsto para o futuro em termos de plano regional do turismo.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, designado por POTRAA, está em andamento. É um plano sectorial, vinculativo que virá a esta Assembleia Legislativa Regional.

Ele exige um trabalho profundo de contacto com as diversas autoridades.

Neste momento, existe um grupo alargado de autores, que estão ligados à actividade, tanto em São Miguel, como na Terceira e no Faial, que têm vindo a acompanhar os trabalhos.

Tem havido diversas reuniões da Secretaria Regional da Economia com esses autores. É um processo que gostaríamos muito de ver terminado em 2004.

É um plano complexo, mas é necessário. Porquê?

Porque o Plano Director anterior não era vinculativo. Como sabem, hoje as câmaras municipais têm um poder muito grande, porque são elas que licenciam os diversos projectos turísticos.

É importante a nossa Região criar um turismo de qualidade. Para isso é preciso criar também zonas dedicadas ao turismo e é preciso que os Planos Directores das diversas câmaras municipais reflectam essa orientação genérica para toda a Região.

Nós precisamos de saber, em cada ilha, qual a sua capacidade de carga, quais são os melhores locais dedicados ao turismo e é fundamental, se queremos ter um turismo de qualidade na Região Autónoma dos Açores, um turismo sustentado, que este plano seja vinculativo para todas as entidades.

Por isso é um processo mais lento. Tem que ser trabalhado com todas as autoridades ligadas aos diversos sectores, desde as câmaras municipais, ao ambiente, ao ordenamento do território, enfim... É isso que estamos a fazer.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2004 caracteriza-se pelo rigor e credibilidade, características essenciais de um documento que enforma a estratégia do Governo Regional do Partido Socialista com vista ao desenvolvimento harmónico da Região Autónoma dos Açores.

Trata-se de instrumento de planeamento, que embora indicativo, é determinante para garantir a continuidade das manifestações de confiança dos investidores e de segurança dos que carecem e são abrangidos por benefícios sociais.

Vivendo-se a nível nacional um clima de pessimismo em relação à evolução do emprego e da situação económica nacional que resulta das políticas desastrosas do Governo da Coligação que não consolidam as contas públicas, que não incrementam o investimento público e que agravam sobre maneira o desemprego, importa que a nível regional o Governo continue a ser forte e a transmitir a confiança necessária ao sector privado e à população em geral no sentido de garantir a convergência real dos Açores com as médias nacionais e europeias.

Posto isto, a política definida pelo VIII Governo Regional, para o sector industrial, focaliza-se, quanto a nós, em dois elementos essenciais: o primeiro diz respeito à promoção de acréscimos de produtividade e o segundo ao aprofundamento da especialização das actividades industriais tradicionais, apoiando indústrias que possam surgir em novas áreas e que assim contribuam para a diversificação do tecido industrial da Região.

As medidas referidas encontram-se consubstanciadas no programa n.º 8 – desenvolvimento industrial – que inclui quatro projectos relativos à consolidação de infra-estruturas, a serviços de apoio às empresas e ao artesanato.

Cumpre-me destacar o projecto 8.3 – artesanato – pelo facto de desempenhar um papel muito importante na estratégia do Governo Regional do Partido Socialista para o desenvolvimento local e regional. Insere-se nessa estratégia a integração das oficinas de artesanato nos circuitos turísticos e a recuperação de artes e ofícios em vias de extinção.

Este programa está dotado com 650.000 euros no Plano para 2004, representando um acréscimo de 7,4% relativamente ao valor previsto quer no plano para 2003, quer na Reprogramação Financeira do PMP 2001-2004.

Podemos então concluir que os grandes desafios do mercado ao sector industrial são a concorrência, os novos mercados, os novos produtos e a produtividade, sendo a inovação, a diversificação e a flexibilidade de critérios essenciais para garantir a competitividade da indústria regional, tornando-se prioritária a aposta na investigação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector comercial nos Açores possui algumas características particulares decorrentes da natureza insular e dispersa do território.

Face a essas especificidades, entendemos ser essencial promover e incentivar a divulgação de produtos regionais no exterior, dando continuidade à política definida pelo anterior Governo e já reconfirmada no Programa do VIII Governo Regional, consubstanciada no apoio financeiro ao escoamento e à promoção de produtos regionais.

Para a concretização dos objectivos referidos, o programa 9 - desenvolvimento do comércio e exportação – está dotado com 610.000 euros em 2004 sendo que o projecto de promoção externa de produtos regionais dispõe de uma dotação de 520.000 euros, representando cerca de 85% da verba global destinada ao programa.

Em nosso entender, as medidas desenvolvidas no âmbito dos planos anteriores e propostas no Plano para 2004 no âmbito da promoção externa de produtos regionais e da dinamização comercial contribuirão, simultaneamente, para a revitalização e dinamização do comércio tradicional, bem como, para melhorar a competitividade das empresas comerciais, não descurando a requalificação do parque comercial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O turismo mereceu em Planos anteriores e continua a merecer neste Plano uma grande atenção, por ser entendimento do Governo Regional do Partido Socialista de que se trata de vector de grande relevância na estratégia de desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores.

Fruto do trabalho desenvolvido ao longo destes 7 anos pelo Governo Regional do PS, também, nos Açores o Turismo começa a assumir um dinamismo importante que não pode ser dissociado do espírito de confiança e de optimismo que impeliu os empresários ligados ao sector a investir fortemente na oferta hoteleira e de serviços ligados ao turismo.

Evidentemente que este espírito empreendedor esteve e está associado a factores como a forte campanha promocional do destino Açores e a política de incentivos financeiros ao investimento turístico.

Estes factores aliados a uma série de outros tão ou mais importantes constituem elementos determinantes na formação de expectativas positivas entre os empresários existentes e os potenciais investidores de um crescimento sustentado do sector do turismo.

A aposta ao Governo Regional no aumento da oferta hoteleira deu frutos. A Região em 1997 dispunha de 68 estabelecimentos de hotelaria tradicional e em 2003 atinge 95, ou seja, mais 27 unidades hoteleiras. Facto este que induz necessariamente um aumento da capacidade de alojamento que passou de 3815 camas em 1997 para 6033 camas em 2003.

O turismo em espaço rural foi também uma vertente da oferta hoteleira que sofreu um forte incremento passando de 112 estabelecimentos em 1997 para 29 em 2003, mais do que duplicando a oferta.

Outros objectivos definidos pelo Governo Regional foram o combate à sazonalidade e a diversificação da procura.

Ao nível do combate a sazonalidade o governo entende potenciar o turismo de congressos e o golfe.

Quanto ao último aspecto de referir que o peso dos turistas por país de residência tem registado uma evolução muito positiva no sentido da diminuição da dependência de turistas portugueses, comprovada por uma quebra do seu peso de 75% em 1997 para 57% em 2003.

Mas não poderia falar de turismo sem referir o forte esforço de investimento que o anterior Governo e o actual têm preconizado nos sucessivos planos anuais apresentados a esta Assembleia.

De facto, o Plano para 2004 não é excepção, prevendo um acréscimo na ordem dos 10,7% relativamente à reprogramação financeira do PMP 2001-2004, no que toca ao programa 7 – desenvolvimento do turismo.

O referido programa está dotado com 5,9 milhões de euros o que representa 2,14% do investimento do Plano e 10% do investimento previsto no objectivo de dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional.

A definição pelo Governo Regional de prioridades e grandes objectivos, bem como o estabelecimento de meios financeiros para a sua prossecução permitiram e continuarão a garantir a resposta, do comércio da indústria e do turismo, aos desafios da globalização e da grande competitividade internacional.

De resto, a modernização e o acréscimo da competitividade dos sectores industrial, comercial e turístico não depende unicamente dos investimentos sectoriais do plano, mas também do apoio financeiro directo concedido pelo Governo Regional a esses sectores e que tem sido presente ao longo dos últimos anos.

O modelo de desenvolvimento prosseguido pelo Governo Regional garante, por um lado a defesa intransigente dos rendimentos na agricultura e nas pescas e, por outro lado, a qualificação e crescimento do turismo como elemento diversificador.

Este é um modelo com provas dadas e que nos permite olhar o futuro com esperança e com garantias de prosperidade. Prosseguir esta tarefa é um imperativo que a todos move, a bem dos Açores e dos Açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, permita-me V. Exa. que lhe dirija um cumprimento especial pelas funções que acaba de assumir e que lhe expresse os meus mais cordiais votos de felicidades no seu desempenho.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A proposta de Plano Anual que aqui debatemos é a última do Plano a Médio Prazo. Terá, pois, que ser vista como a fase de conclusão deste Plano e, conseqüentemente, do desempenho do Governo Regional no decurso do seu último mandato.

A soma das dotações inscritas nos quatro programas que respeitam à agricultura nesta proposta de Plano Anual mantém o mesmo peso percentual que tem presentemente, num valor que se situa ao redor dos 14%.

Os referidos quatro programas (a saber: Fomento Agrícola, Apoio à comercialização e Transformação dos Produtos Agrícolas, Diversificação Agrícola e Fomento Florestal) têm uma dotação global de 40.486 milhares de euros, verba superior em 10.158 milhares de euros àquela que fora aprovada por esta Assembleia, aquando da Reprogramação Financeira do Plano, em Novembro de 2002.

Perante um tal cenário, à primeira vista positivo, a sabedoria popular diria: - “quando a esmola é grande, o pobre desconfia”. E é caso para isso, tanto mais que este reforço das verbas para investimento no sector agrícola surge no último ano deste Plano a Médio Prazo, quando já é demasiado tarde para consubstanciar as modificações que a Agricultura desta Região precisa para enfrentar os desafios que lhe colocam as condicionantes ao seu desenvolvimento.

Cabe então perguntar:

Será que se trata de um reconhecimento tardio das carências de investimento no sector agrícola, com vista a prepará-lo para o futuro difícil que se perspectiva? Não, já não vem a tempo! Parece antes tratar-se de um Plano talhado para ano de eleições, destinado a pagar os compromissos atrasados ou a fazer apenas obra fisicamente visível?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O desenvolvimento sólido de uma Agricultura competitiva, como se deseja, teria passado, obrigatoriamente, por uma outra postura perante os problemas, por aquilo que três anos deste Plano a Médio Prazo não foram capazes de operar. Ou seja, uma aposta forte:

- no rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e na melhoria das condições de acesso à actividade pelos jovens empresários;

uma aposta forte:

- na reestruturação fundiária, sobretudo no que respeita ao emparcelamento e ao redimensionamento das explorações; no bom uso da terra; na melhoria dos acessos às explorações e, sobretudo e de uma vez por todas, das redes de distribuição de água e de energia eléctrica;

uma aposta forte:

- no desenvolvimento da investigação científica, da experimentação e da vulgarização com vista à melhoria da eficiência técnica e económica dos circuitos de produção e de transformação e da qualidade e competitividade dos produtos regionais,

uma aposta forte:

- na estruturação de uma verdadeira política para a produção intencional de carne de bovino, com vista a inverter a tradicional exportação de gado vivo, promover a regularidade e uniformidade da oferta e desenvolver a tecnologia necessária ao reconhecimento da qualidade do produto no mercado;

E se a ênfase tem que ser posta, naturalmente, nas vertentes do leite e da carne, porque são as de maior impacto social e económico, e porque é imperioso tirar o maior partido possível dos nossos recursos endógenos e das vantagens comparativas que eles poderão representar, isso não significa que se ponha de parte a busca de alternativas viáveis e o incentivo de outras produções, mesmo sabendo que, na conjuntura actual, as dificuldades são muitas.

Deveriam assim merecer maior atenção:

- as culturas industriais que ainda se mantêm, que lutam com dificuldades e precisam ser acarinhadas e incentivadas.

Merece atenção:

- o sector horto-frutícola. Apesar da procura interna sempre em crescimento, sente as dificuldades de competir, mesmo cá dentro, num mercado altamente concorrencial, onde a falta de organização da produção, com vista a enfrentar as exigências de qualidade e das novas formas de comercialização, não permitiu ainda que se tivesse desenvolvido como seria de desejar. É preciso restituir a este sector tão importante o papel que lhe cabe no nosso auto-abastecimento.

Merecem atenção:

- a floricultura e a produção de batata de consumo. São hipóteses válidas de diversificação, com capacidades de afirmação no mercado externo, a requerer apoio no suporte científico e técnico, na concertação de estratégias, na procura e no acesso aos mercados.

Finalmente, merece maior atenção:

- o sector florestal, com um considerável potencial de desenvolvimento, com um importantíssimo papel a desempenhar, não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também pelo seu significado na ocupação de incultos, na recuperação de terrenos indevidamente apastados, na protecção das zonas de pastagem alta e dos cursos de água torrenciais, no equilíbrio do regime hídrico, no combate à erosão, em suma, na preservação da qualidade ambiental e da paisagem.

Infelizmente, não vimos reflectidas, com a clareza objectiva que seria de esperar, nem ao longo deste Plano a Médio Prazo, nem na proposta anual que agora se discute, estas preocupações, que só muito timidamente se manifestaram.

Porque, afinal de contas, Sras. e Srs. Deputados, o que verdadeiramente importa como grandes objectivos do desenvolvimento agrícola desta região mais não é do que:

- a melhoria do rendimento dos agricultores e do seu agregado familiar, presentemente num processo de degradação acentuado, progressivo e preocupante;
- a sua valorização social;
- a dignificação do trabalho agrícola;
- a melhoria da sua qualidade de vida, e do meio rural onde se inserem.
- a melhoria do ambiente e a preservação da paisagem rural.

Chegados à última etapa deste PMP, constata-se que ele não conseguiu promover as alterações que a agricultura açoriana necessitava para enfrentar com segurança o futuro que se lhe depara. Por isso, continua a não merecer a nossa concordância.

Não vou referir ou especificar particularmente nenhum aspecto dos projectos e acções desta proposta de Plano para 2004 na área agrícola. As considerações que vos deixo, para além de constituírem outras tantas preocupações que sinto, pretendem também justificar as razões que nos levam a votar desfavoravelmente esta proposta de Plano Anual.

Disse.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Estão inscritos dois deputados e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, gostaria de agradecer os votos e os cumprimentos que me dirigiu, no que diz respeito ao desempenho das minhas funções.

Passando a algumas das preocupações que manifestou na sua intervenção, sem prejuízo da troca de ideias e deste debate prosseguir não só agora, mas também amanhã e no futuro, gostaria de dizer que existem preocupações que são válidas na sua génese e em termos de objectivos que se pretendem alcançar.

Certamente reconhecerá que tenho uma visão distinta da análise completa que faz da actuação dos VII e VIII Governos Regionais nesta matéria, em relação aos resultados concretos que essa actuação permitiu alcançar.

Existem aspectos como por exemplo a questão relativa a preocupações de melhoria de rendimento dos agricultores, – já agora permita-me que acrescente, de melhoria de rendimento dos pescadores ou uma atenção especial ao rendimento destas classes – questões relativas à exportação de gado vivo e, por inerência, falaremos da questão da Rede Regional de Abate, em relação aos quais me parece que a realidade não sustenta por completo a visão que o Sr. Deputado expressou da tribuna.

Gostaria de lhe referir nesta fase, que existem objectivos que foram claramente assumidos nos Programas do Governo Regional que estão a ser cumpridos. Alguns deles estão numa fase de materialização adiantada.

Se importa relevar nesta fase a questão das verbas e das dotações concretas que estão afectas à materialização de cada um destes objectivos, também importará dizer que se de acção política estamos a falar e se existem situações que exigem cuidados e atenção, se há necessidades que se fazem sentir, maior é o empenho, a determinação e a vontade do Governo Regional de ultrapassar os obstáculos que eventualmente se colocam e de levar por diante um projecto que, sinceramente, na minha apreciação, permitiu transformar na área da agricultura, das pescas e dos recursos florestais, os Açores para melhor. **Presidente:** Sr. Secretário Regional, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

É este o objectivo global e último que preside à actuação do Governo Regional e reafirmo não apenas hoje, mas amanhã e no futuro, nomeadamente quando fizer a minha intervenção de tribuna.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que o Sr. Deputado Luís Sequeira Medeiros trouxe, no que respeita às suas preocupações futuras, é ponderada e merece a nossa concordância quanto aos seus principais aspectos. Amanhã teremos oportunidade de reflectir um pouco mais sobre isso.

Já não estamos tanto de acordo quanto à inocuidade das propostas que foram levadas a cabo nos últimos anos.

Só para renovar alguns aspectos, fazendo alguma comparação entre 90/96 e 97/2002, eu relembro que, em termos de preocupações fundiárias, não havia qualquer apoio naquela altura.

Neste momento temos apoios à aquisição de terras no valor 0,2%. A estrutura agrária nessa altura era de 0,4 hectares, que era a área destinada para exploração. Neste momento houve um incremento de 21,2%. Há uma alteração.

No caso do efectivo médio das vacas leiteiras, houve um incremento de 18,4%. Essa alteração é substancial.

O rendimento dos produtores não era apoiado. Por exemplo, neste momento há um apoio muito significativo ao gasóleo agrícola.

A mecanização, fruto do resultado do desafogo, teve um incremento muito grande. Neste momento assiste-se, por exemplo, a um índice de melhoria de cerca de 29 e 30% em tractores e máquinas agrícolas, o que significa uma melhor organização do trabalho, para não falar naquilo que eu tenho alguma pena de falar sempre, que são as falências, os atrasos no pagamento do leite no Pico, nas Flores e em São Jorge...

Deputado Mark Marques (PSD): Não é bem assim.

Deputado Lizuarte Machado (PS): É bem assim, sim senhor!

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não tenho tempo, se tivesse contava-lhe a história, mas fica para Janeiro!

O Orador: ... nos matadouros que não existiam e que agora existem e na estrutura transformadora que também não existia e que agora existe. Portanto, nada disso é inócuo, é resultado da aplicação dos incentivos, dos planos e das políticas que se levaram a cabo nos últimos anos.

Muito obrigado. (*)

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Paulo Alves:

Temos sempre que fazer essa comparação entre o que foi e o que é. Quando olho para este plano penso na forma como ele começou e como está a terminar e fico preocupado em relação ao futuro por tudo aquilo que não foi feito.

Neste momento apoiamos o gasóleo agrícola, mas deixou de se apoiar o transporte de adubos e eles subiram substancialmente de preço. As rações também sofreram um aumento substancial de preço e simultaneamente nalgumas ilhas, designadamente em São Miguel, o leite baixou de preço.

Se olharmos para as medidas que foram sendo tomadas por este Governo, vemos que houve aqui ou ali um apoio mais substancial, mas, globalmente, o rendimento do agricultor está a baixar de forma muito acentuada. Essa questão preocupa-me.

De resto, gostaria de dizer que as coisas vão evoluindo, as condições vão-se modificando, e como já tive oportunidade de dizer aqui várias vezes, o tempo vai passando e nós não podemos julgar com uma perspectiva actual situações que se verificaram há anos atrás. O tempo corre velozmente e por isso a minha preocupação é como se encontra a agricultura açoriana neste momento, qual a competitividade que ela tem, quais as perspectivas que se lhe deparam para enfrentar o futuro.

Preocupa-me, por exemplo, ver, por um lado, o aumento do turismo e, por outro, a importação de milhares de toneladas de produtos vegetais para nosso consumo interno, produtos que continuarmos a não ser capazes de produzir quando temos solo fértil e a tecnologia necessária à nossa disposição. Falta apenas a organização da produção e a disciplina do mercado. Tudo coisas que poderiam ter sido apoiadas, acompanhadas e até mesmo condicionadas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de aproveitar esta oportunidade para saudar o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas no seu novo cargo. Desejo-lhe um bom e profícuo trabalho, em nome da bancada do Partido Socialista.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Muito obrigado!

O Orador: Em meu nome pessoal, como aliás tenho feito ao longo desta Sessão, prometo um atento seguimento da sua acção e uma fraterna crítica, mas continuada crítica das suas acções.

No que respeita à intervenção do Sr. Deputado Luís Medeiros gostaria de prestar um esclarecimento.

Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que do ponto de vista do diagnóstico, avança, mas no que respeita às preocupações, pensando no futuro, apresenta soluções do passado.

Pretender que no futuro haja uma política de substituição de importações, é aplicar uma política dos anos 30 que não se coaduna com o mundo de livre comércio da União Europeia.

A preocupação em relação ao futuro está correcta, mas a solução está errada.

Gostaria também de lhe esclarecer que há uma preocupação com a qual concordo no que se refere a um dos sectores que apresentou, que é o futuro do sector florestal. Aí, Sr. Deputado, penso que tem informação suficiente.

Desde o primeiro Governo Socialista que existe um plano de melhoramento florestal que está a ser executado, iniciou-se com o primeiro governo do PS e continua neste momento.

Ele já está a dar frutos e pode requerer junto dos serviços a informação necessária.

Com certeza que não lhe merecerá atenção, nem crítica, porque uma das pessoas que colaborou na sua elaboração é hoje Ministro da Agricultura do PSD e a outra colabora na Direcção-Geral das Florestas.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu não falei em substituir a totalidade das importações por produções regionais. Acho que o sector da hortofruticultura tem um lugar no nosso panorama agrícola e tem que ser acarinhado, incentivado e ocupar a parte do nosso auto abastecimento que naturalmente lhe cabe.

Quanto ao programa de fomento florestal, eu não o ponho em causa. Ele pode estar excelentemente concebido. Simplesmente as dotações para esse plano de fomento florestal diminuíram 52,8%, em relação ao que estava previsto no Plano a Médio Prazo, e no Plano para 2004 diminuem em 15,05%, em relação ao que tinha sido estabelecido na reprogramação financeira aprovada em 2002. Isso confrange-me, porque a sua execução ficará gravemente comprometida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

Somente para lhe dizer que não pode criticar por gastarmos de mais e criticar por gastarmos de menos.

Deve prestar atenção ao que se fez.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente para uma intervenção.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A transversalidade do ambiente e a inserção deste nos restantes sectores não pode ficar-se pela sua expressão verbal, o que levou o VIII Governo Regional a desenvolver em diversas áreas sectoriais um conjunto de projectos, centrados em valores ambientais, mas com consideráveis ganhos sociais e económicos.

A candidatura da Vinha da Ilha do Pico é, a este propósito, um bom exemplo de um projecto que, apresentando um conjunto de valias ambientais relevantes, possui igualmente um claro valor agrícola, por se centrar na produção de vinhas e do vinho, funcionando como estímulo ao aumento da sua produção e induzindo a recuperação de todo um património arquitectónico, paisagístico, cultural e económico que o envolve.

O valor económico resulta aliás, não apenas do aumento da produção de vinho, mas também do crescimento já observado, que certamente se continuará a observar no futuro, dos fluxos turísticos e bem assim da valorização do património edificado. Este é assim um projecto fundamental ao relançamento económico da ilha do Pico, que deve ser, nessa perspectiva, entendido por todos, e em primeira linha pelos picoenses, primeiros destinatários do esforço e empenho que o Governo vem emprestando a este projecto de projecção nacional e internacional. Devem, no entanto, ser os picoenses os primeiros também a entender que a futura classificação desta extensa área pela UNESCO representa uma opção de fundo em termos de desenvolvimento, claramente interessante em termos económicos, mas necessariamente condicionante no que se refere particularmente à natureza das construções e recuperações a efectuar nesta área.

Um outro projecto ambiental com claras valias económicas, neste caso centradas essencialmente no sector das pescas, é a candidatura à UNESCO, actualmente em preparação, eventualmente como Reserva da Biosfera ou até como Património da

Humanidade, de uma extensa área marinha dos Açores, envolvendo possivelmente, outras áreas fora da ZEE nacional ao longo da cordilheira médio-atlântica.

Este projecto de elevado valor ambiental, resultante da inclusão na candidatura das Fontes Hidrotermais, pelo claro interesse que o conhecimento acumulado tem despertado por parte da comunidade científica e, desde logo, da Universidade dos Açores, através do Departamento de Oceanografia e Pescas, bem como da parte de Organizações Não Governamentais do Ambiente, como a WWF, IUCN, Greenpeace e a própria Quercus no espaço nacional, apresenta também um significativo valor económico, até pela protecção que poderá garantir de comunidades pesqueiras exploradas pelos nossos pescadores, mas cuja distribuição ultrapassa, nalguns casos largamente, as áreas de pesca tradicionais. Com este projecto, estamos a corresponder não apenas aos anseios daquelas organizações, como também às aspirações dos nossos profissionais da pesca num momento particularmente difícil decorrente da diminuição da nossa área de pesca exclusiva.

Neste âmbito, merece também destaque o reconhecimento obtido pela União Europeia dos SIC's marinhos do Corvo, Canal Faial-Pico e Recife Dollabarat, vulgo Ilhéus das Formigas, relativamente aos quais se encontram já concluídos os respectivos Planos de Gestão.

Refira-se a este propósito, que esta Secretaria Regional, com a indispensável colaboração do Departamento de Oceanografia e Pescas, preparou a candidatura de seis Áreas Marinhas Protegidas à Convenção OSPAR, enviada já em Maio ao Instituto do Ambiente, mas aguardando ainda que aquele Instituto, na dependência do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, alargando a candidatura ao todo nacional, a remeta para aquela Organização do Atlântico Norte.

Uma referência também para a recente criação a nível nacional da Comissão Estratégica dos Oceanos com o objectivo de proceder à definição de um plano estratégico sobre a gestão e exploração dos Oceanos, que reforce a associação de Portugal ao Mar, assente no desenvolvimento e uso sustentável dos Oceanos e seus recursos. O Governo Regional associou-se de imediato a este projecto, nomeando o seu representante, na consciência de que um projecto com esta natureza passa obviamente pela mais de metade da ZEE nacional contida nos mares dos Açores.

Contudo, todos estes esforços só surtirão o desejado efeito, na medida em que sejam acompanhados do aumento do esforço e melhor adequação dos meios de fiscalização nos mares dos Açores por parte da Marinha de Guerra e da Força Aérea, entidades com competência exclusiva, a nível nacional, para fiscalizar e intervir em situação de acesso ilegal a zonas de pesca nacional exclusiva ou em áreas que, dentro ou fora desta, apresentem reconhecido valor ambiental.

Uma outra frente de investimentos ambientais com significativo interesse económico, particularmente no sector turístico, é a dos investimentos associados à valorização das Áreas Protegidas através da recuperação do património natural, geológico e de algumas edificações contidas nessas áreas e bem assim da necessária sinalização e informação que tem sido disponibilizada aos visitantes. A Caldeira Velha, Ilhéu de Vila Franca, Montanha do Pico, Gruta das Torres, Porto Pim e Vulcão dos Capelinhos são alguns exemplos da estratégia seguida e das intervenções a decorrer ou a iniciar muito brevemente.

Na vertente social, e com particulares reflexos ao nível da educação, refiram-se os projectos Ecoescolas e Ecotecas. Ao nível das ecoescolas, o número de escolas abrangidas por este programa passou de 5 para 40, envolvendo no presente ano lectivo 4.000 alunos, sendo 24 as escolas galardoadas com a Bandeira Verde, isto no período de 2000 até hoje.

Relativamente às Ecotecas o seu número na Região foi alargado de duas em 2000 até atingir actualmente uma Rede Regional de seis Ecotecas, nomeadamente Flores, Pico, S. Jorge, Graciosa e em S. Miguel, Ponta Delgada e Ribeira Grande, prevendo-se que só este ano estejam envolvidos nos respectivos programas cerca de 13.000 alunos.

Entretanto, ao nível da saúde, foi lançado e concluído o Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores que, se bem que esteja ainda em fase de arranque da sua aplicação, produziu já melhorias acentuadas ao nível da gestão destes resíduos, dentro e fora das unidades de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Merece igualmente referência um conjunto de projectos que, pela sua natureza, apresenta claras mais-valias para a gestão de um conjunto de valores ambientais sob a responsabilidade total ou parcial das autarquias. Refiro-me concretamente ao Plano Regional da Água, também concluído e já em fase de implementação, ao programa de limpeza e manutenção de ribeiras que tem observado um significativo aumento do número de Juntas de Freguesia abrangidas e dos montantes para o efeito disponibilizados por protocolo, e à implementação do PAGIR, Plano de Acção de limpeza das nossas ilhas, através da articulação que tem sido mantida com as autarquias dos Açores e entre diversos departamentos do Governo. Refira-se a este propósito, que já foram limpos 238 locais de deposição ilegal de resíduos, tendo na sequência destas acções, e no âmbito de acções paralelamente concertadas com os municípios, sido exportadas 1.500 toneladas de sucatas, 51 contentores com madeira e papel, 5 toneladas de pilhas, 4 contentores de pneus, 5 contentores com tambores de óleo e um contentor de baterias. Trata-se efectivamente de uma megaoperação de limpeza, sem paralelo na Região, que tem por objectivo resolver um enorme passivo ambiental ao qual se virou costas durante demasiados anos.

E, se é verdade que cabe à Sociedade Ponto Verde assegurar, também na Região, o transporte e destino adequado destes resíduos, em particular dos resíduos de embalagem, não é menos verdade que, tendo a Associação de Municípios negado a assunção das suas responsabilidades em nome do Municípios dos Açores, restava apenas ao Governo Regional a possibilidade de, ou virar costas mais uma vez, a este significativo problema ambiental, ou substituir-se às competências e obrigações da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, enquanto se procura que ilha a ilha, vão sendo firmados os protocolos entre as respectivas Associações de Municípios, a Sociedade Ponto Verde e o Governo Regional.

Refira-se, no entanto, que no caso de S. Miguel foi já, em 2002, assinado o protocolo com a Sociedade Ponto Verde, esperando-se para breve a assinatura de idêntico protocolo com a Valor Pneus e EcoPilhas.

Antes de concluir, devo ainda fazer menção, sem a preocupação de ser exaustivo, a um vasto conjunto de projectos ambientais que estão já concluídos, em curso, ou se iniciarão ainda na presente legislatura, que foram durante muitos anos e nalguns

casos décadas, aguardados pelas populações locais. Refiro-me, sem prejuízo de muitos dos projectos atrás mencionados se incluírem nesta categoria: à Protecção da Orla Costeira das Lajes do Pico, à limpeza da zona envolvente ao aeroporto de Santa Maria, à candidatura da Vinha da Ilha do Pico e ao combate à eutrofização das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Essa, em parte, tem corrido mal.

O Orador: Não tem corrido mal, mas podemos conversar sobre isso. Antes pelo contrário, tem corrido até muito bem!

Isto para além de um vasto conjunto de Planos Sectoriais e Especiais de Ordenamento do Território, entre os quais merecem uma especial referência o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável que se encontra já quase concluído e o Plano Sectorial da Rede Natura com conclusão prevista para o terceiro trimestre de 2004.

Acresce aos projectos e acções atrás referidos um conjunto de intervenções na Orla Costeira e em diversas ribeiras da Região, desenvolvidas por esta Secretaria Regional, num significativo esforço para a resolução de um considerável passivo ambiental acumulado no Arquipélago há longos anos.

Ao nível da Orla Costeira foram desde 2000 e até ao presente, investidos 10,116 milhões de euros, representando 29,4% do plano de investimento ambiental no mesmo período. As reparações efectuadas nas diversas ilhas das quais destacamos, de entre outras, as obras de protecção realizadas em S. Lourenço, Povoação, Ribeira Quente, Rabo de Peixe, S. Roque e St^a Cruz das Flores, a que acresce a protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes do Pico, cujo concurso está a decorrer, são um exemplo, bem expressivo, da importância do esforço desenvolvido pelo Governo Regional através da Secretaria Regional do Ambiente neste domínio. Referência também para o facto de, em paralelo, se terem iniciado diversos planos de ordenamento da orla costeira com o objectivo de garantir uma mais correcta e eficaz gestão da orla marítima das ilhas, tendo como preocupação primordial a defesa das populações e dos seus bens, mas também, a valorização do potencial recreativo e turístico das zonas marítimas.

Paralelamente, desenvolveu-se um conjunto de intervenções de elevada expressão financeira, no âmbito da correcção de leitos, reforço e requalificação das margens de ribeiras. Estas intervenções, das quais se destacam a título de exemplo, a Ribeira de Santiago, e de Faial da Terra, representaram um investimento global de 9,47 milhões de euros, correspondente a 26,5 % do investimento efectuado na área ambiental.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): No âmbito da prevenção de cheias!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até 1996 o volume de investimentos efectuado em áreas de intervenção ambiental não excedeu nunca os dois milhões de euros por legislatura. No período 97/2000 correspondente ao 1º Governo do Partido Socialista, este investimento cresceu para um nível de mais de vinte milhões de euros, atingindo-se na presente legislatura, com a aprovação deste Plano, um investimento global de aproximadamente quarenta milhões de euros.

Em termos percentuais e a preços correntes é mais perceptível o significado destes investimentos se dissermos que de 0,33% de investimento ambiental durante o VI Governo Regional passámos para 2,41% ao longo do VII Governo e cerca de 4,5% durante a presente legislatura.

O investimento previsto de 11.453.000 euros em 2004, correspondente a 4,1% do Plano de Investimentos Regional, e gera 56% de retorno de fundos europeus. Das principais rubricas do Plano desta Secretaria Regional importa referir o reforço do Programa Qualidade Ambiental, nomeadamente dos projectos da Valorização da Qualidade Ambiental que passou para 3,981 milhões de euros, do Ordenamento do Território com uma dotação de 3,212 milhões de euros, dos Recursos Hídricos com uma verba alocada de 2,789 milhões de euros e 636 mil euros para a Promoção Ambiental

A aprovação do Plano 2004 ora proposto na vertente ambiental, é o garante da conclusão de um projecto consistente, desenvolvido na Região Autónoma dos Açores pela mão do Partido Socialista, representando inegavelmente, uma profunda transformação na estratégia e políticas ambientais, corrigindo um conjunto vasto de

problemas acumulados, e afirmando uma marca de sustentabilidade no desenvolvimento que vimos promovendo na Região.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições sobre esta intervenção.

(Pausa)

Tenho inscrito o Sr. Deputado Hernâni, a quem dou a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar uma nota, que me parece digna de registo, na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Trata-se do 5º debate, contando naturalmente com o debate do Programa do Governo, do Plano a Médio Prazo, do Plano e Orçamento para 2000, 2001 e 2003 e agora 2004, em que da parte da oposição de direita não ouvimos lamentavelmente uma única ideia, nem sequer uma única voz.

Esta é uma questão digna de registo, tanto mais que se trata de uma área essencial que não respeita exclusivamente à qualidade de vida presente de todos os açorianos, mas que é fundamental quanto à sustentabilidade das gerações futuras e até do nosso progresso económico.

Sr. Presidente, uma nota de registo:

Numa legislatura completa não houve uma única ideia, nem sequer uma voz. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições passo a informar dos tempos ainda disponíveis:

Partido Socialista – 1 hora e 35 minutos.

Partido Social Democrata – 1 hora e 28 minutos

Partido Popular – 14 minutos

Partido Comunista Português – 9 minutos.

Governo – 1 hora e 8 minutos.

Terminam por hoje os nossos trabalhos, recomeçando amanhã às 10 horas.

Boa noite.

(Eram 19 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva Azevedo

(*) Texto não revisto pelo orador.

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*